

# Relatório Anual 2009

Banco Interamericano de Desenvolvimento



Demonstrações Contábeis e Apêndices Gerais







# Relatório Anual **2009**

**Demonstrações Contábeis e Apêndices Gerais**

---

## Carta de apresentação

Conforme estabelecem os regulamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Diretoria Executiva submete à Assembleia de Governadores o Relatório Anual do Banco referente a 2009. O relatório, em dois volumes, contém uma descrição das atividades do Banco em 2009 (empréstimos, garantias e operações não

reembolsáveis) e, em volume separado, Discussão e Análise da Administração; Capital Ordinário; as demonstrações contábeis do Banco; e os apêndices gerais.

24 de fevereiro de 2010

## SUMÁRIO

---

<b>Discussão e Análise da Administração: Capital Ordinário</b> .....	1
<b>Demonstrações Contábeis</b> .....	27
Capital Ordinário .....	29
Fundo para Operações Especiais .....	67
Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário .....	81
Fundo Não Reembolsável do BID .....	87
<b>Apêndices Gerais</b> .....	91
Governadores e Governadores Suplentes .....	93
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes .....	94
Órgãos de ligação e depositários .....	95
Principais funcionários .....	96
Representações e Representantes .....	97



**Discussão e Análise da Administração:**  
**Capital Ordinário**





## VISÃO GERAL DAS FINANÇAS

*Salvo indicação em contrário, todas as informações apresentadas nesta Discussão e Análise da Administração se referem ao Capital Ordinário do Banco.*

O objetivo do Banco é fomentar o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, promovendo igualdade social, redução da pobreza e crescimento sustentável do ponto de vista ambiental. O Banco é uma instituição internacional constituída em 1959, de acordo com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) e seus proprietários são os países membros. Esses membros incluem 26 países membros mutuários e 22 países membros não mutuários. Os cinco maiores membros do Banco, em termos de número de ações detidas, são os Estados Unidos, Argentina, Brasil, México e Venezuela.

Os recursos do Banco consistem no Capital Ordinário, no Fundo para Operações Especiais (FOE), na Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e no Fundo Não Reembolsável do BID (GRF).

A solidez financeira do Banco se baseia no apoio recebido de seus membros e em suas políticas e práticas financeiras. Esse apoio se reflete nos aportes de capital recebidos e na diligência com que os membros mutuários satisfazem suas obrigações de serviço da respectiva dívida. A prudência nas práticas e políticas financeiras levou o Banco a aumentar o valor dos lucros retidos, diversificar suas fontes de captação de recursos, manter uma grande carteira de investimentos líquidos e limitar diversos riscos, incluindo os de crédito, mercado e liquidez. O objetivo do Banco é auferir rendimentos em um nível adequado para preservar sua solidez financeira e sustentar suas atividades de desenvolvimento. O **Quadro 1** apresenta uma seleção de dados financeiros para os últimos cinco anos.

Os principais ativos do Banco são os empréstimos concedidos aos países membros. Em 31 de dezembro de 2009, 95% do saldo de empréstimos contavam com garantia soberana. No máximo, 10% do saldo de empréstimos e garantias, exceto empréstimos de emergência e empréstimos concedidos pelo Programa de Liquidez para Sustentabilidade do Crescimento (Programa de Liquidez), podem beneficiar diretamente entidades do setor privado ou entidades subsoberanas (“entidades qualificadas”), sem garantia governamental (“operações sem garantia soberana”), respeitados certos limites.

O Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, estruturas e formatos, colocados com investidores em todo o mundo. Essas captações de recursos, juntamente com o patrimônio do Banco, são usadas para financiar as atividades de empréstimo e investimento, bem como as operações do Banco em geral.

A maior parte dos ativos e passivos após os swaps está denominada em dólares dos Estados Unidos, mas também euros, ienes e francos suíços. O Banco minimiza o risco de taxa de câmbio casando as moedas de seu passivo e ativo. Entretanto, os níveis informados para os ativos, passivos, receitas e despesas

são afetados pelos movimentos da taxa de câmbio entre essas principais moedas e a moeda de relatório, o dólar dos Estados Unidos. O Banco, além disso, casa as moedas em que está expresso seu patrimônio com as moedas em que estão expressos os empréstimos que concede; por isso, as flutuações de taxa de câmbio não têm impacto significativo sobre a capacidade do Banco para arcar com riscos.

### Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. A preparação dessas demonstrações contábeis exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os resultados apresentados. Veja na Seção sobre Informações e Divulgações Adicionais algumas das mais significativas políticas contábeis aplicadas na apresentação dos resultados financeiros de acordo com os princípios contábeis vigentes nos Estados Unidos, que envolvem um grau relativamente alto de julgamento e complexidade e se relacionam com assuntos inerentemente incertos.

O Banco decidiu medir ao valor justo certos instrumentos de débito de médio e curto prazo (em sua maior parte captações usadas no financiamento de ativos de taxa flutuante), para reduzir a volatilidade de receita resultante da contabilização anterior das captações pelo seu valor amortizado e seus derivativos, incluindo os swaps de captações, ao valor justo, com reflexos no resultado. O restante da volatilidade da receita das operações de captação informada não é uma representação perfeita do aspecto econômico das transações, já que o Banco, de modo geral, mantém as captações e swaps até o vencimento. A volatilidade da receita aumenta ainda com a assimetria contábil que resulta de contabilizar os empréstimos concedidos pelo Banco ao custo amortizado e os swaps de empréstimos ao valor justo, com reflexos no resultado. Sendo assim, o Banco define Resultado antes dos Ganhos e perdas a realizar sobre derivativos não mantidos para negociação e captações com medição ao valor justo<sup>1</sup> como “Resultados operacionais”, o que exclui o impacto dos ajustes ao valor justo associados com instrumentos financeiros (salvo investimentos para negociação) dos resultados das operações do Banco.

Os ganhos e perdas a realizar sobre derivativos não detidos para negociação e captações com medição ao valor justo são demonstrados separadamente na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e excluídos da determinação de índices e outros parâmetros financeiros.

**Acontecimentos na área contábil:** Como descrito na Nota B às demonstrações contábeis, no terceiro trimestre de 2009, o Banco adotou uma emenda às normas contábeis sobre a hierarquia dos princípios contábeis dos EUA (FASB ASC 105-10-65-1). Essa emenda altera a hierarquia dos princípios contábeis dos Estados Unidos usada na preparação de demonstrações

<sup>1</sup>As referências a contas das demonstrações contábeis e notas relacionadas estão identificadas pelo nome da conta, com a letra inicial em maiúscula, sempre que aparecem na Discussão e Análise da Administração.

contábeis de entidades não governamentais. Estabelece a Codificação de Normas de Contabilidade do FASB (FASB ASC) da Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) como a fonte mais autorizada de informações sobre princípios de contabilidade reconhecida pelo FASB para aplicação, por entidades não governamentais, na preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os princípios contábeis dos Estados Unidos da América. A adoção dessa emenda não teve efeito sobre as demonstrações contábeis do Banco.

O Banco adotou uma emenda às normas de contabilidade aplicáveis a derivativos e hedging (FASB ASC 815-10-65-1) no primeiro trimestre de 2009. Além disso, no segundo trimestre, o FASB publicou as seguintes emendas, com o objetivo de orientar melhor sobre a aplicação e melhorar as divulgações a respeito de medições de valor justo e prejuízo ao valor de títulos: (i) o FASB ASC 820-10-65-4 apresenta diretrizes para tornar as medições ao valor justo mais condizentes com os princípios apresentados na norma contábil sobre Medições e Divulgações de Valor Justo; além disso, essa emenda exige um aprimoramento nas divulgações sobre ativos e passivos financeiros contabilizados ao seu valor justo; (ii) O FASB ASC 825-10-65-1 torna mais consistentes os relatórios financeiros, obrigando a divulgação de valor justo para as datas intermediárias, em vez de só no encerramento do exercício; e (iii) O FASB ASC 320-10-65-1 emendou as normas contábeis aplicáveis a Investimentos – Títulos de Dívida e Participações Acionárias para oferecer mais instruções destinadas a dar mais clareza e consistência à contabilidade, apresentação e divulgação de prejuízos ao valor de títulos. O Banco também adotou outros pronunciamentos, como exigido durante o exercício. O impacto da adoção desses procedimentos para o Banco se relacionou principalmente com certas divulgações adicionais sobre instrumentos derivativos e valor justo de instrumentos financeiros e extensão de certas divulgações anuais a períodos intermediários.

### Ambiente econômico

Como reflexo da situação financeira e econômica global e seu impacto sobre nossa região, a demanda por empréstimos do Banco aumentou significativamente, excedendo nossa capacidade para satisfazer a demanda no curto prazo. Sendo assim, na Reunião Anual realizada em Medellín, Colômbia, em março de 2009, a Assembleia de Governadores conferiu à Administração poderes para apresentar opções de aumento na capacidade de concessão de empréstimos do Banco no curto prazo. Posteriormente, o Banco aprovou três opções para lidar com a restrição aos empréstimos no curto prazo: (i) eliminação de restrição a empréstimos de apoio a reformas de políticas para se apoiar nos limites de captação atuais do Banco; (ii) aceitação de uma oferta do Canadá de aumentar sua participação no capital exigível, temporariamente, em US\$ 4 bilhões; e (iii) o endosso da continuação do uso de oportunidades de cofinanciamento com terceiros, para disponibilizar mais recursos para a região.

A posição de adequação do capital do Banco continua forte em face do ambiente de turbulência financeira atual, como mostra a relação total entre patrimônio e empréstimos ou

TELR<sup>2</sup> (veja os cálculos na Tabela 7). Além disso, os níveis de liquidez são robustos e estão alinhados com a política do Banco. Com isso, o Banco conseguiu atender o aumento na demanda por empréstimos.

Com o objetivo de fortalecer ainda mais a capitalização do Banco e manter a solidez financeira da instituição, a Diretoria Executiva aumentou a margem sobre os empréstimos de 0,30% para 0,95% para o segundo semestre de 2009 e primeiro trimestre de 2010.

A recuperação da carteira de investimentos começou no segundo trimestre de 2009, momento em que as condições do mercado financeiro começaram a mostrar sinais de melhora. Durante 2009, os ganhos da carteira de investimentos para negociação com ajustes ao mercado totalizaram US\$ 528 milhões, em comparação com as perdas de US\$ 1.605 milhões sofridas em 2008.

Em 2008, dada a deterioração global dos mercados acionários, os ativos dos benefícios de pensão e pós-aposentadoria do Banco sofreram perdas significativas com seus investimentos. Como resultado, a expectativa é de que os custos dos benefícios de pensão e pós-aposentadoria cresçam em 2010 e nos anos seguintes. Durante 2009, o valor justo dos ativos dos planos, um componente significativo da posição de financiamento dos planos, recuperou uma parcela das perdas anteriores, o que resultou em um aumento de US\$ 558 milhões para US\$ 3.635 milhões em 31 de dezembro de 2009.

### Destaques financeiros

**Operações de empréstimos:** O Quadro 1 apresenta o resumo de empréstimos do Banco e outros dados financeiros. Continuando a tendência iniciada no final do exercício anterior, o Banco teve um aumento significativo em suas operações de empréstimo durante o exercício, como reflexo do aumento nas aprovações e desembolsos líquidos de empréstimos, totalizando US\$ 4,2 bilhões e US\$ 4,5 bilhões, respectivamente, em comparação com 2008. Os empréstimos aprovados totalizaram US\$ 15,3 bilhões<sup>3</sup> (148 operações), incluindo US\$ 1,6 bilhão<sup>3</sup> (quatro operações) aprovados sob os programas de empréstimos de emergência e liquidez, em comparação com os US\$ 11,1 bilhões (131 operações) e US\$ 900 milhões (duas operações), respectivamente, em 2008. O aumento substancial nas aprovações de empréstimos foi em grande parte condicionado por um aumento na demanda pelos empréstimos do Banco como resultado da atual crise financeira. A parcela a desembolsar dos empréstimos aprovados aumentou para US\$ 21,6 bilhões no final de 2009, em comparação com os US\$ 19,8 bilhões do final de 2008.

<sup>2</sup>A TELR é a relação entre a soma do “patrimônio líquido” (definido como Capital integralizado, Lucros retidos e a provisão para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moedas dos países mutuários, valor líquido a receber de membros (mas não o líquido a pagar aos membros) e os efeitos cumulativos de ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre derivativos, exceto os da carteira de curto prazo, e captações com medição ao valor justo) e a soma do saldo dos empréstimos e da exposição líquida das garantias.

<sup>3</sup>Inclui US\$ 800 milhões (duas operações) em empréstimos aprovados pelo Programa de Liquidez e cancelados durante o exercício.

Durante o exercício, foi aprovada uma garantia não relacionada com comércio e sem contragarantia soberana, no valor de US\$ 10 milhões, similar ao que aconteceu em 2008. Além disso, foram emitidas 105 garantias de operações comerciais em um valor agregado de US\$ 187 milhões (2008 – 136 garantidas com valor agregado de US\$ 203 milhões).

A carteira de empréstimos sem garantia soberana aumentou US\$ 0,5 bilhão, para US\$ 2,9 bilhões, comparados com os US\$ 2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2008. Além disso, a exposição sem garantia soberana se reduziu em US\$ 36 milhões, totalizando US\$ 834 milhões, em comparação com os US\$ 870 milhões do exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2009, 6,4% dos empréstimos e garantias em carteira, sem contar os empréstimos de emergência e empréstimos do Programa de Liquidez, não contavam com garantia soberana, em comparação com os 6,3% de 31 de dezembro de 2008.

Em 2008, o Banco aprovou um empréstimo sem garantia soberana em um país membro mutuário, do qual US\$ 288 milhões foram desembolsados; posteriormente, no mesmo exercício, a corte constitucional do país declarou que os decretos governamentais que aprovavam o financiamento eram inconstitucionais. Em 2009, o Congresso do país membro aprovou uma lei de subsídios, que, entre outras coisas, autorizava o Governo a assumir o empréstimo no seu todo e antecipar sua amortização. Em virtude dessa lei, em 15 de dezembro de 2009, esse Governo liquidou o saldo total do empréstimo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou US\$ 148 milhões em 31 de dezembro de 2009, ao passo que era de US\$ 169 milhões em 2008. A queda se deveu substancialmente a uma redução no saldo de empréstimos sem garantia soberana classificados como prejudicados. O saldo dos empréstimos sem garantia soberana classificados como prejudicados em 31 de dezembro de 2009 era de US\$ 110 milhões, comparados com os US\$ 288 milhões em 31 de dezembro de 2008. Todos os empréstimos prejudicados estão cobertos por provisões específicas em um total de US\$ 29 milhões.

**Conversão de empréstimos com taxa ajustável do Serviço de Moeda Única (MMU) e do Fundo Comum de Moedas (FCM) para empréstimos baseados na LIBOR:** como parte do esforço do Banco para continuar a desenvolver produtos flexíveis e baseados no mercado que permitam aos mutuários gerenciar melhor seu débito para com o Banco, em janeiro de 2009, a Diretoria Executiva aprovou medidas para (i) oferecer aos mutuários a oportunidade de converter, em datas específicas em 2009 e 2010, os saldos de empréstimos desembolsados e a desembolsar dos produtos com taxas reajustáveis do MMU e FCM para taxas de custo com base fixa ou com base na USD LIBOR, ou mesmo em uma combinação de ambas; e (ii) a suspensão da oferta do produto MMU com taxa ajustável em 30 de junho de 2009. Os empréstimos do FCM deixaram de ser oferecidos em 2003. Como resultado da primeira parcela, foram convertidos US\$ 26,3 bilhões de saldos de empréstimos, às taxas vigentes no mercado, com vigência a partir de 1º de agosto de 2009. Além disso, o Banco executou swaps

cambiais e de taxa de juros para um total conceitual de aproximadamente US\$ 9,7 bilhões. A execução foi feita em bases competitivas, com diversas contrapartes, permitindo que o Banco diversificasse sua exposição em swaps.

**Operações de captação:** Para financiar o aumento na demanda por seus empréstimos, o Banco emitiu títulos de médio e longo prazo por um valor nominal total equivalente a US\$ 17,9 bilhões (2008 – US\$ 11,1 bilhões) que geraram recursos equivalentes a US\$ 16,2 bilhões (2008 – US\$ 10,7 bilhões) com um prazo médio de 4,6 anos (2008 – 4,8 anos). Esses títulos de dívida foram emitidos de acordo com uma estratégia que combina obrigações referenciais globais de alto valor com transações de valor menor orientadas para segmentos de demanda particulares.

**Resultados Financeiros:** O lucro operacional para 2009 totalizou US\$ 1.294 milhões, em comparação com o prejuízo operacional de US\$ 972 milhões em 2008. O aumento de US\$ 2.266 milhões nos resultados se deveu, substancialmente, à alta na receita de juros líquida, que totalizou US\$ 2.250 milhões, resultante, em sua maior parte, de um aumento de US\$ 2.142 milhões na receita de investimentos líquida sobre a carteira de investimentos para negociação, em comparação com 2008, e um crédito para perdas com empréstimos e garantias no valor de US\$ 21 milhões, comparado com uma provisão de US\$ 93 milhões em 2008, parcialmente compensado por um aumento em outras despesas, que totalizou US\$ 112 milhões. Durante 2009, o Banco realizou perdas de US\$ 32 milhões (em relação ao preço de aquisição), em comparação com os US\$ 71 milhões em 2008. Exceto por um valor ínfimo de perdas com o principal durante 2009 e uma posição em commercial paper lastreado em ativos com um valor justo de US\$ 14 milhões que está inadimplente desde 2007, a carteira de investimentos continua em curso normal.

Os encargos são estabelecidos de tempos em tempos pela Diretoria Executiva, como parte de seu exame dos encargos sobre empréstimos praticados pelo Banco, de acordo com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para a determinação de encargos sobre empréstimos do Capital Ordinário. Durante o primeiro semestre de 2009, a Diretoria Executiva manteve o mesmo nível de encargos sobre empréstimos do segundo semestre de 2008, com uma margem de empréstimo de 0,30%, comissão de crédito de 0,25% e sem taxa de supervisão e inspeção. A margem de empréstimo foi aumentada para 0,95% para o segundo semestre de 2009 e para o primeiro de 2010.

Conquanto as variações nas taxas de juros, no longo prazo, venham a resultar em variações correspondentes no resultado operacional, o efeito sobre um único exercício é relativamente pequeno, devido ao fato de que o patrimônio financeiro principalmente ativos remunerados a taxas fixas e, no caso dos ativos financiados por captações, a maior parte da exposição à taxa de juros é repassada aos mutuários ou protegida por hedge mediante o uso de instrumentos derivativos.

Com a escolha da opção de valor justo para um número substancial de captações, as alterações no valor justo de derivativos não mantidos para fins de negociação são significativamente compensadas pelas alterações no valor justo das captações a eles associados. Entretanto, ainda subsiste volatilidade de resultados em razão das variações nas margens de crédito do Banco e das margens de base de swap, que afetam a avaliação de captações e swaps, respectivamente, e alterações no valor justo de swaps de empréstimos, que não são compensadas por variações correspondentes nos valores justos de empréstimos, já que todos os empréstimos do Banco são contabilizados pelo seu custo amortizado. As perdas líquidas a realizar com derivativos não mantidos para negociação e captações com medição ao valor justo somaram US\$ 500 milhões, comparados com os ganhos líquidos a realizar de US\$ 950 milhões em 2008. O aperto nas margens de crédito do Banco na carteira de captações, em comparação com os níveis em vigor no final de 2008, resultou em perdas de aproximadamente US\$ 460 milhões para o exercício, em comparação com ganhos de US\$ 939 milhões em 2008. Além disso, o impacto das alterações nas margens de base foi uma perda de aproximadamente US\$ 210 milhões, compensada por ganhos a realizar sobre swaps de empréstimos que totalizaram US\$ 216 milhões. (Vide Nota P às demonstrações contábeis para uma análise mais pormenorizada das variações em valor justo das carteiras não mantidas para negociação).

**Adequação do capital:** O Banco administra sua posição financeira monitorando certos índices financeiros, particularmente a TELR. A TELR em 31 de dezembro de 2009 era de 34,2%, em comparação com os 35,3% de 31 de dezembro de 2008, apresentando uma queda principalmente devida ao aumento no saldo de empréstimos em carteira e da exposição líquida por garantias, totalizando US\$ 6,8 bilhões, com uma compensação parcial por um aumento de US\$ 1,8 bilhão no

patrimônio usado na TELR. O aumento no patrimônio reflete, principalmente, o Resultado Operacional de US\$ 1.294 milhões e o efeito do aumento na posição de financiamento dos planos de benefícios pós-aposentadoria, no valor de US\$ 506 milhões.

O Banco aceitou uma oferta do Canadá de aumentar sua participação no capital exigível, temporariamente, em US\$ 4 bilhões. Em agosto de 2009, o Canadá subscreveu 334.887 ações do capital exigível sem direito a voto, dessa forma aumentando a subscrição total do Canadá para 669.774 ações. Sendo assim, o capital ordinário autorizado do Banco teve um aumento no valor de US\$ 4.039,9 milhões, ascendendo agora a um total de US\$ 104.980,0 milhões representados por 8.702.335 ações autorizadas e subscritas. O capital integralizado do Banco permanece o mesmo. Além disso, os termos e condições da subscrição pelo Canadá estipulam que a subscrição seja temporária e que o Canadá transfira 25% das ações para o Banco anualmente, em datas a cinco, seis, sete e oito anos a contar da data de subscrição.

**Benefícios de pós-aposentadoria:** Em 31 de dezembro de 2009, o Balanço Patrimonial mostrava ativos por benefícios de pós-aposentadoria no valor de US\$ 105 milhões, em comparação com os passivos por benefícios de pós-aposentadoria no valor de US\$ 410 milhões em 31 de dezembro de 2008. O aumento de US\$ 515 milhões na posição de financiamento dos planos reflete um aumento nos ativos nos planos no valor de US\$ 558 milhões, em sua maior parte resultante de uma recuperação de perdas com ajustes ao mercado anteriores. Em 31 de dezembro de 2009, os ativos dos planos de pensões e do plano de benefícios pós-aposentadoria representavam 107% e 94%, respectivamente, das obrigações por benefícios, em comparação com 91% e 82%, respectivamente, no encerramento do exercício anterior. Para mais informações, consulte a Nota Q às demonstrações contábeis.

As informações acima estão sujeitas às ressalvas contidas nas informações detalhadas encontradas nesta Discussão e Análise da Administração, bem como nas demonstrações contábeis do Capital Ordinário, incluídas no Relatório Anual. Além disso, esta Discussão e Análise da Administração contém informações relativas ao futuro e que podem ser identificadas por termos tais como “crê”, “espera”, “pretende” ou palavras com significados similares. Essas afirmações envolvem alguns pressupostos e estimativas baseados em expectativas atuais, sujeitas a riscos e incertezas fora do controle do Banco. Por esse motivo, pode haver diferenças relevantes entre os resultados futuros alcançados e os previstos atualmente. O Banco não se obriga a atualizar nenhuma das observações sobre o futuro.

**Quadro 1: Informações financeiras selecionadas**

As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com as informações detalhadas desta Discussão e Análise da Administração e das demonstrações contábeis do Capital Ordinário constantes do presente Relatório Anual, nas quais são baseadas.

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro				
	2009	2008	2007	2006	2005
<b>Destaques operacionais</b>					
Empréstimos e garantias aprovados <sup>(1)</sup> . . . . .	\$ 15.278	\$11.085	\$ 8.577	\$ 5.632	\$ 6.448
Desembolsos de empréstimos, brutos . . . . .	11.424	7.149	6.725	6.088	4.899
Desembolsos de empréstimos, líquidos <sup>(2)</sup> . . . . .	6.882	2.409	1.460	(2.527)	(325)
<b>Dados do Balanço Patrimonial</b>					
Caixa e investimentos, líquidos <sup>(3)</sup> , após os swaps . . . . .	\$ 20.204	\$16.371	\$16.301	\$16.051	\$13.717
Saldo de empréstimos . . . . .	58.049	51.173	47.954	45.932	48.135
Parcela dos empréstimos aprovados a desembolsar . . . . .	21.555	19.820	16.428	16.080	17.000
Total do ativo . . . . .	84.006	72.510	69.907	66.475	65.382
Saldos de captações, após os swaps . . . . .	57.697	47.779	45.036	43.550	43.988
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital exigível <sup>(4)</sup> . . . . .	100.641	96.599	96.613	96.613	96.613
(parcela subscrita pelos Estados Unidos, Japão, Canadá e os outros membros extrarregionais) . . . . .	52.329	48.287	48.302	48.302	48.302
Capital integralizado . . . . .	4.339	4.339	4.340	4.340	4.340
Lucros retidos <sup>(5)</sup> . . . . .	16.335	15.105	16.013	15.468	14.387
Total do patrimônio líquido . . . . .	20.674	19.444	20.353	19.808	18.727
<b>Dados da Demonstração de Resultado</b>					
Lucro de empréstimos, após os swaps . . . . .	\$ 2.002	\$ 2.355	\$ 2.436	\$ 2.466	\$ 2.413
Lucro (prejuízo) de investimentos . . . . .	831	(973)	487	619	403
Despesas de captação, após os swaps . . . . .	951	1.764	2.135	2.070	1.733
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias . . . . .	(21)	93	(13)	(48)	(14)
Despesas exceto juros, líquidas . . . . .	609	497	518	436	385
Lucro (prejuízo) operacional . . . . .	1.294	(972)	283	627	712
Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com medição ao seu valor justo . . . . .	(500)	950	(149)	(384)	50
Lucro (prejuízo) líquido . . . . .	794	(22)	134	243	762
<b>Índices</b>					
Captações líquidas <sup>(6)</sup> como porcentagem do capital exigível subscrito pelos Estados Unidos, Japão, Canadá e os outros membros extrarregionais . . . . .	74,1%	69,3%	61,2%	57,9%	63,5%
Índice de cobertura de juros <sup>(7)</sup> . . . . .	2,36	0,45	1,13	1,30	1,41
Relação entre patrimônio total <sup>(8)</sup> e empréstimos <sup>(9)</sup> (TEL) . . . . .	34,2%	35,3%	40,2%	40,8%	37,3%
Caixa e investimentos como porcentagem do saldo de captações, após os swaps . . . . .	35,0%	34,3%	36,2%	36,9%	31,2%
<b>Retornos e custos, após os swaps</b>					
<b>Retorno sobre:</b>					
Saldo médio de empréstimos . . . . .	3,75%	4,85%	5,35%	5,22%	5,04%
Investimentos líquidos médios <sup>(10)</sup> . . . . .	4,29%	(5,27%)	2,93%	4,39%	3,29%
Ativos remunerados médios . . . . .	3,89%	2,14%	4,69%	5,02%	4,68%
<b>Custo médio de:</b>					
Captações em aberto durante o exercício . . . . .	1,78%	3,84%	4,92%	4,78%	4,07%
Total dos fundos disponíveis . . . . .	1,32%	2,66%	3,36%	3,40%	2,92%

<sup>(1)</sup> Em 2009, inclui US\$ 800 milhões em empréstimos aprovados cancelados durante o exercício.

<sup>(2)</sup> Inclui desembolsos de empréstimos brutos, menos amortizações de principal.

<sup>(3)</sup> Líquido do valor a pagar ou receber sobre compra ou venda de títulos para investimento e valor a pagar por garantias recebidas em numerário.

<sup>(4)</sup> Em 2009, inclui US\$ 4.039,9 milhões em subscrições ao capital recebidos do Canadá por 334.887 ações do capital exigível sem direito a voto, que podem ser resgatadas de 2014 a 2017.

<sup>(5)</sup> Inclui Outros resultados abrangentes acumulados.

<sup>(6)</sup> Captações (após os swaps) e exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados (após os swaps) e ativos da reserva especial.

<sup>(7)</sup> O índice de cobertura de juros é calculado com base no Resultado Operacional (Prejuízo).

<sup>(8)</sup> Capital integralizado, Lucros retidos e a provisão para perdas com empréstimos e garantias, menos os saldos de caixa em moedas dos países mutuários, valor líquido a receber de membros (mas não o líquido a pagar aos membros) e os efeitos cumulativos de ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre derivativos exceto para fins de negociação e captações com medição ao valor justo.

<sup>(9)</sup> Inclui saldo de empréstimos e exposição líquida por garantias.

<sup>(10)</sup> Retornos ponderados pelo tempo e geometricamente conectados.



## OPERAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

### Geral

O Banco oferece empréstimos e garantias a governos e órgãos governamentais, empresas e instituições de desenvolvimento de países membros mutuários como auxílio para que atendam suas necessidades de desenvolvimento. Os empréstimos e garantias também podem beneficiar diretamente entidades do setor privado que executam projetos nos territórios dos países membros mutuários ou entidades subsoberanas, sem garantia soberana e em todos os setores, desde que atendam aos critérios de empréstimo do Banco. O Banco também oferece financiamentos a fundo perdido e assistência com recuperação contingente a países membros mutuários, de acordo com sua estratégia global para a região.

### Objetivos de desenvolvimento

As duas metas principais do Banco são promover o crescimento sustentável, bem como a redução da pobreza e igualdade social. Para atingir essas metas, o Banco foca seu trabalho em quatro áreas prioritárias:

- Fomento à competitividade, pelo apoio a políticas e programas que aumentem o potencial do país para o desenvolvimento de uma economia global aberta.
- Modernização do estado pelo fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas.
- Investimento em programas sociais que expandam as oportunidades para os pobres.
- Promoção da integração econômica regional, forjando elos entre países para desenvolver mercados mais amplos para os bens e serviços que produzem.

### Ciclo de empréstimo

O processo de identificar e avaliar um projeto, aprovar e desembolsar um empréstimo, muitas vezes se estende por vários anos, dependendo da natureza, objetivo e propósito do projeto. Entretanto, em várias ocasiões o Banco abreviou o ciclo de preparação e aprovação em resposta a situações de emergência, tais como desastres naturais ou crises econômicas. De modo geral, a equipe operacional do Banco (economistas, engenheiros, analistas financeiros e outros especialistas setoriais e em países específicos) avalia os projetos. Com certas exceções, todos os empréstimos precisam ser aprovados pela Diretoria Executiva do Banco.

Os desembolsos dos empréstimos estão sujeitos à satisfação das condições estabelecidas no contrato de empréstimo. Durante a fase de implementação de operações apoiadas pelo Banco, profissionais experientes do quadro de pessoal do Banco analisam o andamento do projeto, monitoram a conformidade com as políticas do Banco e ajudam a resolver os eventuais problemas. Uma unidade independente do Banco, o Gabinete de Avaliação e Supervisão, avalia certas operações, de acordo com um plano de trabalho anual aprovado pela Diretoria Executiva, com o objetivo de determinar até que ponto seus principais objetivos foram atingidos, e comunicam essas avaliações diretamente à Diretoria Executiva.

As operações de empréstimo do Banco estão em conformidade com certos princípios, que, conjuntamente, procuram assegurar que os empréstimos feitos aos países membros se destinem a fins financeira e economicamente sólidos, aos quais esses países atribuíram alta prioridade, e que os fundos emprestados sejam utilizados como pretendido. Esses princípios são detalhados no **Quadro 2**.

### Quadro 2: Princípios que regem as operações de empréstimo

- (i) O Banco concede empréstimos com garantia soberana e garantias principalmente ao setor público, bem como a entidades governamentais, empresas e instituições de desenvolvimento dos países membros mutuários. Além disso, o Banco concede empréstimos sem garantia soberana e garantias a entidades qualificadas.
- (ii) Os interessados em obter empréstimos devem apresentar ao Banco uma proposta detalhada, com pormenores sobre os méritos técnicos, econômicos e financeiros do projeto. A proposta precisa incluir uma avaliação dos riscos ou impactos ambientais esperados e das medidas mitigatórias propostas, bem como o impacto sobre as mulheres e grupos indígenas, quando aplicável.
- (iii) O Banco não renegocia acordos de reescalonamento de dívida nem participa deles, quando se trata de empréstimos com garantia soberana.
- (iv) Os contratos de empréstimo geralmente contêm uma cláusula vedatória da concessão de garantias que, em termos gerais, proíbe que o mutuário onere seus ativos ou resultados com respeito a dívidas em moeda estrangeira, salvo se houver garantia igual e proporcional para o Banco. A Diretoria Executiva concedeu isenções parciais no passado.
- (v) Na concessão de empréstimos, o Banco calcula a capacidade do mutuário para cumprir as obrigações financeiras sob o contrato de empréstimo, o clima macroeconômico e o ônus da dívida do país, bem como políticas e questões institucionais consideradas relevantes para o empréstimo.
- (vi) O Banco considera a capacidade do mutuário para obter financiamento privado em termos e condições razoáveis. O Banco serve como catalisador para promover o investimento privado, não como concorrente deste.
- (vii) O uso feito dos recursos do financiamento é supervisionado. O pessoal do Banco monitora e supervisiona o desenvolvimento do projeto com respeito aos objetivos de desenvolvimento de cada operação, pelos Escritórios que mantêm em cada um dos 26 países membros mutuários e mecanismos fiduciários que asseguram o uso apropriado dos recursos do Banco para atingir os objetivos da operação.

## Empréstimos

Os empréstimos concedidos pelo Banco com garantia soberana, de modo geral, se dividem em duas categorias: financiamentos de investimentos para projetos específicos, incluindo empréstimos para intermediários com propósito de repasse, ou financiamentos setoriais baseados nas políticas do Banco. Os financiamentos para investimento normalmente são usados para financiar a aquisição, obras e serviços em apoio a projetos de desenvolvimento econômico e social em uma ampla gama de setores. Os empréstimos baseados nas políticas do Banco de modo geral apoiam reformas sociais, estruturais e institucionais cujo objetivo é aperfeiçoar setores específicos das economias dos mutuários e promover o crescimento sustentável. Esses empréstimos apoiam os seguintes setores da economia: energia, indústria e mineração, agricultura e pesca, transportes e comunicações, financiamento de comércio, educação, ciência e tecnologia, água, saúde e saneamento, turismo, urbanismo, planejamento e reforma, modernização do estado e meio ambiente, bem como preparação de projetos. O Banco também instituiu programas de empréstimos de emergência e de liquidez, para enfrentar crises econômicas ou financeiras.

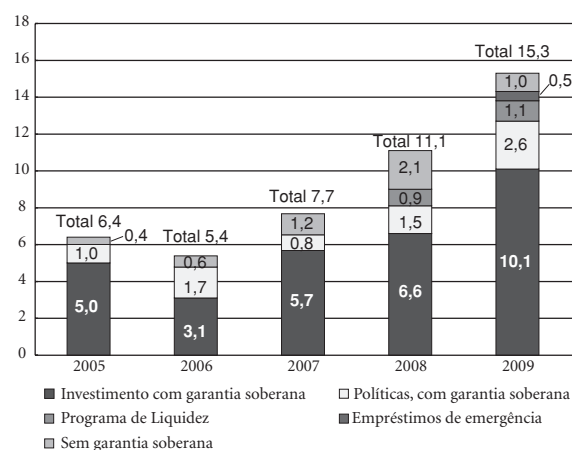
Em novembro de 2008, a Assembleia de Governadores aprovou a criação do Programa de Liquidez, um programa para empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2009, dentro da categoria de empréstimos de emergência do Banco, com um teto de US\$ 6 bilhões, projetados para ajudar os países membros mutuários a enfrentar os efeitos da crise financeira atual no progresso social e econômico da região, protegendo o fluxo de crédito da economia por intermédio das instituições financeiras.

Em agosto de 2009, a Assembleia de Governadores aprovou uma redução no valor agregado rotativo dos empréstimos de emergência de US\$ 6 bilhões para US\$ 3 bilhões.

Além disso, o Banco empresta diretamente a entidades qualificadas sem garantia soberana, para o financiamento de investimentos de transações em todos os setores, respeitada uma lista de exclusões. Esses empréstimos e garantias são concedidos com base em preços de mercado, estão sujeitos a certas exigências de qualificação e seu saldo agregado não pode exceder 10% dos empréstimos e garantias do Banco em vigor, exclusive empréstimos de emergência e sob o Programa de Liquidez. Essas garantias e financiamentos sem contragarantia soberana também estão sujeitos a certos limites, incluindo um teto equivalente ao menor entre US\$ 200 milhões ou 50% do custo total do projeto no caso de projetos de expansão e garantias de crédito, e uma restrição dos valores a 25% (ou 40%, no caso de certos países) da capitalização total da entidade em termos da relação entre endividamento e patrimônio, e 25% do custo total do projeto (40%, no caso de certos países), para novos projetos. O Banco também pode prestar garantias de risco político, dentro do limite de US\$ 200 milhões ou 50% do custo total do projeto. Em condições excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar empréstimos e crédito e garantias políticas no valor de até US\$ 400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor por operações sem garantia soberana não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco, no momento da aprovação.

A **Figura 1** apresenta uma análise dos projetos aprovados por tipo de empréstimo durante os últimos cinco anos. Nos últimos cinco anos, o nível anual de empréstimos para investimento com garantia soberana flutuou entre US\$ 3,1 bilhões e US\$ 10,1 bilhões; os empréstimos de apoio a reformas de políticas variaram entre US\$ 0,8 bilhão e US\$ 2,6 bilhões e os sem garantia soberana entre US\$ 0,4 bilhão e US\$ 2,1 bilhões. As aprovações sob o novo Programa de Liquidez somaram US\$ 0,9 bilhão e US\$ 1,1 bilhão<sup>4</sup> em 2008 e 2009, respectivamente. Além disso, o Banco aprovou um empréstimo de emergência no valor de US\$ 500 milhões em 2009.

**Figura 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS, POR TIPO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 a 2009  
(Em bilhões de dólares dos Estados Unidos)



Como continuação do novo esquema de financiamento de 2005–2008, em 2009, a Assembleia de Governadores aprovou limites de empréstimo de US\$ 33,4 bilhões para o quadriênio de 2009 a 2012, inclusive US\$ 9,8 bilhões e US\$ 7,6 bilhões, respectivamente, de aprovações e desembolsos de empréstimos de apoio a reformas de políticas.

Durante 2009, as aprovações de empréstimo totalizaram US\$ 15,3 bilhões<sup>4</sup> (2008 – US\$ 11,1 bilhões). Na **Tabela 1**, apresentamos um resumo das aprovações por país, em 2009 e 2008. O aumento substancial nas aprovações de empréstimos foi em grande parte condicionado pelo aumento na demanda pelos empréstimos do Banco como resultado da atual crise financeira. Por tipo de empréstimo, as aprovações de empréstimos de investimento, para reformas de políticas, de emergência e do Programa de Liquidez aumentaram em US\$ 3,5 bilhões, US\$ 1,1 bilhão, US\$ 0,5 bilhão e US\$ 0,2 bilhão, respectivamente, e as aprovações de empréstimos sem garantia soberana tiveram uma redução de US\$ 1,1 bilhão.

<sup>4</sup>Inclui US\$ 800 milhões em aprovações de empréstimos canceladas durante o exercício.

**Tabela 1: EMPRÉSTIMOS APROVADOS POR PAÍS<sup>(1)</sup>**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008**  
*(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)*

PAÍS	2009	2008
Argentina.....	\$ 1.601	\$ 1.186
Bahamas.....	—	100
Barbados.....	80	41
Belize.....	28	24
Bolívia.....	134	56
Brasil.....	2.959	3.303
Chile.....	57	581
Colômbia.....	1.347	1.074
Costa Rica.....	45	860
El Salvador.....	327	544
Equador.....	505	50
Guatemala.....	645	279
Guiana.....	17	16
Honduras.....	50	79
Jamaica.....	401	205
México.....	3.127	1.095
Nicarágua.....	92	40
Panamá.....	705	600
Paraguai.....	224	82
Peru.....	447	215
República Dominicana.....	992	40
Suriname.....	15	72
Trinidad e Tobago.....	49	25
Uruguai.....	326	383
Venezuela.....	1.000	—
Regional.....	95	125
Total.....	<u>\$15.268</u>	<u>\$11.075</u>

<sup>(1)</sup> Inclui empréstimos sem garantia soberana.

Em 31 de dezembro de 2009, o volume total da carteira de empréstimos somava US\$ 58,0 bilhões, US\$ 6,8 bilhões acima dos US\$ 51,2 bilhões do saldo em 31 de dezembro de 2008. O saldo aumentou principalmente porque os desembolsos (US\$ 11,4 bilhões) excederam as amortizações (US\$ 4,5 bilhões, incluindo antecipações no valor de US\$ 0,5 bilhão). Os saldos a desembolsar em 31 de dezembro de 2009 totalizavam US\$ 21,6 bilhões, um aumento de US\$ 1,7 bilhão em relação a 31 de dezembro de 2008. Essa mudança resulta, principalmente, do fato de que as aprovações excederam os desembolsos e cancelamentos.

Em 2009, a carteira de empréstimos sem garantia soberana aumentou em US\$ 0,5 bilhão para um nível de US\$ 2,9 bilhões, em comparação com os US\$ 2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2008. Além disso, a exposição sem garantia soberana se reduziu em US\$ 36 milhões, totalizando US\$ 834 milhões, em comparação com os US\$ 870 milhões do exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2009, 6,4% dos empréstimos e garantias em carteira, sem contar os empréstimos de emergência e empréstimos do Programa de Liquidez, não contavam com garantia soberana, em comparação com os 6,3% de 31 de dezembro de 2008.

De acordo com os termos do Convênio, o valor total dos empréstimos e garantias não pode exceder, em momento algum, o valor total do capital subscrito, somado às reservas e superávit, excluídos os resultados destinados a certas reservas, incluindo uma reserva especial para obrigações com captações e garantias.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total da carteira de empréstimos e exposição bruta por garantias, como porcentagem do limite estatutário de US\$ 118,2 bilhões, após a exclusão dos efeitos cumulativos de Ganhos (perdas) a realizar sobre derivativos exceto para fins de negociação e captações com medição ao valor justo, totalizou 49,9%.

No Anexo I-3 às demonstrações contábeis, é apresentado um resumo da posição do Banco em empréstimos em 31 de dezembro 2009 e 2008, classificado por país.

#### **Condições financeiras dos empréstimos**

**Condições financeiras disponíveis atualmente:** O Banco atualmente oferece produtos baseados no mercado que proporcionam ao mutuário a flexibilidade de selecionar condições compatíveis com suas próprias estratégias de administração de dívidas. A **Tabela 2** apresenta as condições financeiras atualmente disponíveis para empréstimos com garantia soberana. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco oferecia dois tipos básicos de empréstimo, ambos denominados na moeda ou moedas de escolha do mutuário, conforme disponíveis sob os programas: empréstimos do MMU baseados na LIBOR e empréstimos do Mecanismo de Financiamento em Moeda Local (MML). O Banco também oferece empréstimos de emergência e empréstimos sob o Programa de Liquidez com garantia soberana.

A taxa de juros sobre os empréstimos do MMU baseados na LIBOR é reajustada trimestralmente, com base na taxa LIBOR para três meses específica para a moeda utilizada, com a adição de uma margem geral que reflete o custo de captação, bem como a margem do Banco. O Banco vem oferecendo aos mutuários a opção de converter os saldos de empréstimos MMU baseados na LIBOR em empréstimos com taxa fixa.

De acordo com as disposições do MML, os mutuários dos setores público e privado têm a opção de receber financiamentos em moeda local sob três diferentes modalidades: i) empréstimos diretamente em moeda local ou conversão para moeda local de futuros desembolsos e/ou saldos devedores; ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) desembolso de garantias exigidas em moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de mitigação de risco nos mercados financeiros. Os saldos em carteira do Mecanismo em Moeda Local são remunerados a uma taxa de juros fixa, flutuante ou atrelada à inflação. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco tinha uma carteira de empréstimos em moeda local que totalizava US\$ 1,5 bilhão, que foi objeto de swap para dólares dos Estados Unidos.

O Banco oferece empréstimos sem garantia soberana a entidades qualificadas, sob várias condições. Os empréstimos sem garantia soberana podem ser denominados em dólares dos Estados Unidos, ienes, euros, francos suíços ou moeda local, e os mutuários podem optar entre taxas flutuantes ou fixas. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. As margens e encargos de crédito têm determinação separada para cada operação.



**Tabela 2: CONDIÇÕES FINANCEIRAS DISPONÍVEIS ATUALMENTE PARA EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA**

	Serviço de Moeda Única	Mecanismo de Financiamento em Moeda Local	Empréstimos de emergência e Programa de Liquidez
<b>Opção de taxa de juros</b>	Empréstimos baseados na LIBOR <sup>(3)</sup>	Custo com base fixa, flutuante, ligado à inflação, sujeito à disponibilidade do mercado	Empréstimos baseados na LIBOR
<b>Moedas oferecidas</b>	Dólar dos Estados Unidos, euro, iene, francos suíços ou uma combinação delas	Moeda de qualquer membro mutuário, sujeita a disponibilidade no mercado	USD.
<b>Base de custo</b>	LIBOR para 3 meses	Equivalente em moeda local do custo em dólares dos Estados Unidos do financiamento projetado ou custo real do financiamento	LIBOR para 6 meses
<b>Margem do custo de financiamento</b>	Margem do custo médio ponderado do endividamento alocado a este projeto	Não aplicável	Não aplicável
<b>Margem de empréstimos<sup>(1)(2)</sup></b>	95	95	400
<b>Comissão de Crédito<sup>(1)(2)</sup></b>	25	25	75
<b>Taxa de supervisão e inspeção<sup>(1)(2)</sup></b>	0	0	Não aplicável
<b>Comissão inicial<sup>(1)</sup></b>	Não aplicável	Não aplicável	100
<b>Prazo<sup>(4)</sup></b>	15–25 anos	15–25 anos, sujeito à disponibilidade do mercado <sup>(5)</sup>	5 anos
<b>Período de carência<sup>(4)</sup></b>	Para empréstimos para investimento: 6 meses após o período de desembolso original.		3 anos

<sup>(1)</sup> Encargos sobre empréstimos expressos em pontos-base (pbs).

<sup>(2)</sup> Os encargos sobre empréstimos com garantia soberana, excluindo empréstimos de emergência e empréstimos sob o Programa de Liquidez, são determinados periodicamente pela Diretoria Executiva. A comissão de crédito não poderá exceder 0,75%, nem a taxa de inspeção e supervisão poderá exceder, em qualquer período de seis meses, o valor que resultaria da aplicação de 1% ao valor do empréstimo, dividido pelo número de períodos de seis meses inclusos no período de desembolso inicial.

<sup>(3)</sup> Os saldos dos empréstimos do MMU baseados na LIBOR podem ser convertidos em taxas de custo com base fixa, ou MML, respeitadas certas condições.

<sup>(4)</sup> Para “empréstimos paralelos” do MMU (uma combinação de empréstimos do Capital Ordinário e do FOE), o prazo é de 30 anos e o período de carência, 6 anos.

<sup>(5)</sup> O prazo dos desembolsos/conversões é limitado aos prazos disponíveis no mercado. Quando o prazo do financiamento do Banco em moeda local é mais curto do que o prazo original do empréstimo, são oferecidos vencimentos/conversões parciais, de modo que os mutuários tenham a opção de rolar o saldo no vencimento do financiamento original, havendo disponibilidade no mercado e acordo quanto à precificação. Como opção, o Banco oferece a capacidade de alterar o cronograma de amortização original no momento do desembolso/conversão, de modo que (i) a vida média ponderada (VMP) do cronograma de amortização revisado não exceda a VMP original do empréstimo e (ii) o prazo original final dos valores desembolsados/convertidos não exceda o prazo final do empréstimo.

**Conversão de Empréstimos a Taxas Ajustáveis do MMU e FCM em empréstimos baseados na LIBOR:** Como parte do esforço do Banco para continuar a desenvolver produtos flexíveis e baseados no mercado que permitam aos mutuários gerenciar melhor seu débito para com o Banco, em de janeiro de 2009, a Diretoria Executiva decidiu (i) oferecer aos mutuários a oportunidade de converter, em datas específicas em 2009 e 2010, os saldos de empréstimos desembolsados e a desembolsar dos produtos com taxas reajustáveis do MMU e FCM para taxas de custo com base fixa ou baseada na USD LIBOR, ou mesmo em uma combinação de ambas; e (ii) suspender a oferta do produto MMU com taxa ajustável em 30 de junho de 2009. O produto FCM com taxa ajustável deixou de ser oferecido em 2003.

Como resultado da primeira parcela, foram convertidos US\$ 26,3 bilhões de saldos de empréstimos, às taxas vigentes no mercado, com vigência a partir de 1º de agosto de 2009, como segue: US\$ 1,6 bilhão de FCM convertidos à taxa com base em USD LIBOR, US\$ 5,4 bilhões de FCM com taxa de custo baseada em USD fixos, US\$ 1,2 bilhão de MMU em taxa baseada em USD LIBOR e US\$ 18,1 bilhões de MMU em taxa de custo com base fixa. Os futuros desembolsos dos empréstimos convertidos vão ser remunerados à mesma base de custo fixo, que

exclui a margem do Banco, sobre a LIBOR determinada na data em que foi executada a conversão.

Além disso, o Banco executou swaps de taxa de juros e cambiais para um total conceitual de aproximadamente US\$ 9,7 bilhões. A execução foi feita em bases competitivas, com diversas contrapartes, permitindo que o Banco diversificasse sua exposição em swaps.

**Condições disponíveis anteriormente:** Até 30 de junho de 2009, o Banco oferecia empréstimos do MMU a taxas reajustáveis com uma taxa de juros repactuada a cada seis meses, para refletir o custo efetivo específico de cada moeda do conjunto de captações alocado a tais empréstimos durante os seis meses anteriores, mais a margem do Banco. Em 31 de dezembro de 2009, esses empréstimos representavam 7% (2008 – 45%) do saldo da carteira.

No passado, o Banco também ofereceu Empréstimos sob o FCM. Para esses empréstimos, o Banco mantém uma meta de composição de moedas de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes e 25% em moedas europeias. Os empréstimos aprovados antes de 1989 estão sujeitos a uma taxa de juros fixa, ao passo que os aprovados entre 1990 e 2003 estão sujeitos a

taxas reajustáveis. A taxa de juros reajustável é repactuada semestralmente, de modo a refletir o custo, durante os seis meses anteriores, de cada um dos conjuntos de captações alocados para o financiamento desses empréstimos, mais a margem de empréstimo do Banco. Em 31 de dezembro de 2009, esses empréstimos representavam 8% (2008 – 26%) do saldo da carteira.

Até junho de 2007, o Banco oferecia também empréstimos com garantia soberana no Programa de Guichê em Dólares dos Estados Unidos, com taxas fixas ou baseadas na LIBOR, destinados a repasses para mutuários do setor privado.

A **Tabela 3** apresenta uma análise da carteira de empréstimos por produto de crédito. Para mais informações, vide Anexo I-4 às demonstrações contábeis.

**Tabela 3: CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR PRODUTO 31 de dezembro de 2009 e 2008**  
(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009		2008	
	Total	%	Total	%
MMU-reajustável . . . . .	\$ 4.158	7,2	\$23.132	45,2
MMU-base LIBOR . . . . .	18.057	31,1	11.069	21,6
MMU-custo com base fixa . . . . .	25.629	44,2	232	0,5
MME . . . . .	1.470	2,5	245	0,5
Empréstimos de emergência . . . . .	300	0,5	40	0,1
Programa de Liquidez . . . . .	116	0,2	37	0,1
Fixo sem garantia soberana . . . . .	514	0,9	319	0,7
Flutuante sem garantia soberana . . . . .	2.369	4,1	2.114	4,1
Sistema de cesta de moedas . . . . .	4.665	8,0	13.117	25,6
Guichê em dólares dos EUA . . . . .	549	0,9	632	1,2
Outras . . . . .	222	0,4	236	0,4
Total . . . . .	<u>\$58.049</u>	<u>100,0</u>	<u>\$51.173</u>	<u>100,0</u>

Dos US\$ 21,6 bilhões do saldo de empréstimos a desembolsar em 31 de dezembro de 2009, 74% são empréstimos MMU baseados na LIBOR, 12% são empréstimos MMU reajustáveis e 9% pertencem às carteiras de taxa flutuante sem garantia soberana.

O Banco usa swaps cambiais e de taxa de juros como hedge de exposição de empréstimos quando não se aplica o repasse do custo da captação ou os empréstimos e as captações estão denominados em moedas distintas.

#### Encargos sobre empréstimos com garantia soberana (exclusive empréstimos de emergência e do Programa de Liquidez)

Os encargos são estabelecidos de tempos em tempos pela Diretoria Executiva, como parte de seu exame dos encargos sobre empréstimos praticados pelo Banco, de acordo com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para a determinação de encargos sobre empréstimos do Capital Ordinário. Os encargos sobre empréstimos padrão normalmente debitados pelo Banco aos empréstimos com garantia soberana, excluindo os empréstimos de emergência e os concedidos sob o Programa de Liquidez, consistem em uma margem de 0,30% ao ano sobre o saldo em carteira, mais uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre o valor a desembolsar pelo empréstimo, sem taxa de supervisão e inspeção. Durante o primeiro semestre de

2009, a Diretoria Executiva aprovou encargos sobre empréstimos padrão, no mesmo nível que no segundo semestre de 2008. Com o objetivo de fortalecer ainda mais a capitalização do Banco e manter a solidez financeira da instituição, a margem sobre os empréstimos foi aumentada para 0,95% para o segundo semestre de 2009 e primeiro semestre de 2010. A **Tabela 4** mostra os encargos prevalecentes durante os períodos indicados.

**Tabela 4: ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS**

	Margem de empréstimos %	Comissão de crédito %	Taxa de supervisão e inspeção %
<b>2007:</b>			
Primeiro semestre . . . . .	0,15	0,10	—
Segundo semestre . . . . .	0,15	0,10	—
<b>2008:</b>			
Primeiro semestre . . . . .	0,15	0,10	—
Segundo semestre . . . . .	0,30	0,25	—
<b>2009:</b>			
Primeiro semestre . . . . .	0,30	0,25	—
Segundo semestre . . . . .	0,95	0,25	—

#### Garantias

O Banco pode prestar garantias de risco político e garantias de crédito parciais, sem contragarantia soberana dentro do limite de 10% estabelecido para tais operações ou com contragarantia soberana de um país membro. Essas garantias são denominadas em dólares dos Estados Unidos ou em moeda local.

Como parte das atividades de empréstimo sem garantia soberana, o Banco prestou garantias de risco político e garantias de crédito parciais, concebidas para encorajar investimentos do setor privado em projetos de infraestrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento ao comércio exterior. As garantias de riscos políticos e garantias de crédito parciais podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias de riscos políticos cobrem eventos de risco específicos relacionados a fatores não comerciais, como conversibilidade de moeda, transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro ou inadimplência do governo. As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento de dívidas ou transações de financiamento ao comércio exterior. Os termos de todas as garantias são estabelecidos especificamente nos respectivos contratos e estão vinculados principalmente a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida ou a transações de financiamento ao comércio exterior. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias para reduzir sua exposição. A exposição por garantias é medida como os fluxos de caixa garantidos futuros, líquidos de resseguro, quando aplicável, descontados para o período atual.

Durante 2009, foi aprovada uma garantia não relacionada com comércio e sem contragarantia soberana, no valor de US\$ 10 milhões, similar à concedida em 2008. O Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (PFFC) do Banco presta garantias de crédito plenas sem contragarantia soberana

para transações de financiamento de comércio exterior. Esse Programa autoriza linhas de crédito em apoio a bancos emissores aprovados, respeitado o saldo máximo agregado de US\$ 1 bilhão em qualquer momento. Durante 2009, foram emitidas 105 garantias para financiamento de comércio exterior, no valor agregado de US\$ 187 milhões. Esses dados se comparam com as 136 garantias no valor agregado de US\$ 203 milhões, prestadas em 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de garantias em vigor e sujeitas a exigência totalizava US\$ 988 milhões (2008 – US\$ 1.035 milhões), inclusive US\$ 97 milhões (2008 – US\$ 141 milhões) prestadas pelo PFFC. Jamais foi exigida garantia alguma. O valor atual líquido da exposição por garantias não soberanas, líquido de resseguros, que é o valor levado em conta no cálculo do limite de 10% para as operações sem garantia soberana, era de US\$ 834 milhões em 31 de dezembro de 2009 (2008 – US\$ 870 milhões).

## GESTÃO DA LIQUIDEZ

O Banco investe seus ativos líquidos em instrumentos de dívida de renda fixa e depósitos bancários com classificação de crédito elevada. Esses instrumentos incluem obrigações com alta classificação de crédito emitidas por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades com personalidade jurídica própria, incluindo títulos garantidos por ativos. Além disso, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxas de juros, na gestão de suas carteiras de investimento.

A liquidez desempenha um papel de capital importância na gestão dos riscos de captação do Banco, por abordar o risco de que o Banco não tenha fundos suficientes para satisfazer obrigações futuras de desembolso e serviço da dívida. O objetivo da gestão de liquidez é garantir a existência de recursos suficientes para satisfazer obrigações contratuais previstas, bem como para assegurar a continuidade das operações financeiras, caso o Banco tenha de se abster de captar recursos em reação a condições de mercado pouco atraentes ou a qualquer outra restrição. Os princípios de gestão de liquidez do Banco são apresentados no **Quadro 3**.

De acordo com sua política de liquidez em vigor até 31 de dezembro de 2009, o Banco estabelecia os níveis anuais mínimos e máximos de liquidez, calculados em 20% e 40%, respectivamente, do saldo de empréstimos projetado para o encerramento do exercício, com um nível desejado de 30%. Para 2009, a faixa estabelecida para o nível de liquidez vai de US\$ 12 bilhões a US\$ 24 bilhões, com o ponto médio de US\$ 18 bilhões como nível desejado. Em 31 de dezembro de 2009, a liquidez do Banco (em sua maior parte composta de caixa e investimentos, após swaps, menos captações de curto prazo e saldos de caixa na moeda local dos países mutuários) totalizava US\$ 18,1 bilhões. Durante o exercício, os ativos líquidos totalizaram, em média, US\$ 17,3 bilhões, em comparação com os US\$ 14,7 bilhões de 2008.

### Quadro 3: Princípios de gestão de liquidez

O principal objetivo da gestão de liquidez do Banco é limitar a exposição a riscos de mercado, crédito e liquidez. Dentro das restrições determinadas por esse objetivo principal, o Banco procura maximizar o retorno sobre a carteira de ativos investidos, enquanto limita a volatilidade de sua receita líquida de investimentos, que é a diferença entre retorno dos investimentos e os custos de captação.

O Banco gere sua liquidez por meio de políticas, instrumentos e diretrizes financeiras que servem como regras, procedimentos e ferramentas que definem sua gestão de liquidez. A Resolução sobre Investimentos, aprovada pela Diretoria Executiva, prevê as alçadas básicas para aplicação da liquidez. As Diretrizes de Investimento, aprovadas pela Administração, estabelecem os pormenores das condições operacionais, de conformidade legal e monitoramento para a implementação da gestão de liquidez. Ambos os documentos foram projetados para garantir que o Banco avalie os riscos de crédito e mercado e estabeleça restrições de investimento de acordo com o seu nível de tolerância ao risco. Consulte a seção “Gestão de risco financeiro”, a seguir, para obter informações sobre a gestão de exposição ao risco de liquidez.

Em dezembro de 2009, a Diretoria Executiva aprovou uma nova política de liquidez que entra em vigor em 1º de janeiro de 2010. A nova política de liquidez tem o objetivo de construir uma carteira de investimentos suficiente para cobrir entre seis e doze meses de amortizações de dívidas e desembolsos de empréstimos. A nova política permite à Administração dar à liquidez uma gestão mais dinâmica, com base nas necessidades de fluxo de caixa esperadas pelo Banco. Além disso, para fins de medir o nível das posições de liquidez, nem os ativos da carteira de títulos mantidos até o vencimento nem os ativos financiados com dívidas originadas do programa de notas descontadas serão levados em conta.

O Banco conta com linhas de captação a curto prazo, que consistem em um programa de notas com deságio e mantêm linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas é de US\$ 100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias. Essas linhas de curto prazo são usadas para cobrir necessidades de caixa de curto prazo.

Os investimentos líquidos são mantidos em três subcarteiras distintas: transacional e operacional (carteira de investimentos destinados à negociação) e de posições detidas até o vencimento, cada uma delas com perfis de risco e referenciais de desempenho distintos. A carteira transacional é usada para atender a necessidades de fluxo de caixa do dia-a-dia. A carteira operacional detém a maior parte das posições líquidas do Banco. A carteira mantida até o vencimento consiste principalmente nos ativos da reserva especial.

É permitida a contratação de gestores externos para administrar até 10% do total da carteira de investimentos líquidos.

Em 31 de dezembro de 2009, o Banco tinha sob gestão de firmas externas investimentos em um total de US\$ 566 milhões (2008 – US\$ 554 milhões).

Os retornos das carteiras de investimento líquido em 2009 e 2008 aparecem na **Tabela 5**. A existência de níveis de rendimento positivos na carteira transacional em 2009, comparada com os rendimentos negativos de 2008, deve-se principalmente à melhora nos mercados financeiros, que resultou em ganhos nos ajustes ao mercado, em comparação com as perdas com esses ajustes sofridas em 2008, como descrito abaixo. Os rendimentos das posições detidas até o vencimento caíram durante o exercício, como resultado de um ambiente de taxas de juros mais baixas.

**Tabela 5: CARTEIRAS DE INVESTIMENTO LÍQUIDO<sup>(1)</sup>  
31 de dezembro de 2009 e 2008**

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Carteira	2009		2008	
	Saldo final	Retorno financeiro (%) <sup>(2)(3)</sup>	Saldo final	Retorno financeiro (%) <sup>(2)(3)</sup>
Transacional. ....	\$ 5.066	0,40	\$ 3.419	2,23
Operacional. ....	11.140	6,08	9.083	(10,34)
Detidos até o vencimento. ....	3.756	2,75	3.568	3,47
<b>Total da carteira. ....</b>	<b>\$19.962</b>	<b>4,29</b>	<b>\$16.070</b>	<b>(5,27)</b>

<sup>(1)</sup>Após os swaps e líquido dos valores a pagar ou receber por compra ou venda de títulos para investimento.

<sup>(2)</sup>Retorno combinado de todas as moedas da carteira.

<sup>(3)</sup>Retornos ponderados pelo tempo e geometricamente conectados.

### Desempenho e exposição da carteira de investimentos de liquidez

Durante 2009, muitos indicadores econômicos e de mercado começaram a mostrar sinais de melhora. Entretanto, como os fundamentos da economia global ainda estão fracos e o desalavancamento das instituições financeiras continua, a precificação de mercado dos títulos estruturados continua em depressão.

A liquidez limitada e a alta volatilidade dos mercados continuam a afetar a capacidade do Banco para mitigar seu risco de crédito mediante a venda ou hedge de exposições. As avaliações continuaram a sofrer o impacto de fatores de mercado tais como as medidas das agências classificadoras de risco de crédito e os preços aos quais as transações se realizaram. O Banco continua a maximizar, na medida do possível, o uso de informações do mercado na avaliação de seus investimentos, incluindo serviços de precificação externos, preços de distribuidoras independentes e curvas de rendimento de mercado observáveis.

O Banco continua a monitorar de perto a qualidade dos ativos componentes de sua carteira de investimentos, a analisar e avaliar o valor fundamental de seus títulos, com particular foco nos títulos lastreados em ativos e hipotecas. Além disso, o Banco tomou importantes medidas para melhorar o esquema de gestão de riscos, incluindo uma revisão de suas diretrizes de investimento, com o propósito de evitar riscos de concentração do tipo que conduziu a perdas nos ajustes ao mercado em clas-

ses de ativos específicas que foram particularmente afetadas pela crise financeira.

Em 2009, o Banco reconheceu US\$ 528 milhões de ganhos em ajustes ao mercado em sua carteira de investimentos para negociação (2008 – perdas de US\$ 1.605 milhões), incluindo US\$ 146 milhões (2008 – perdas de US\$ 9 milhões), principalmente como resultado de estornos de perdas reconhecidos em razão da liquidação, ao par, de US\$ 753 milhões (2008 – US\$ 753 milhões) de títulos que tinham sofrido reduções de valor para ajuste ao mercado. Esses ganhos de investimento, em grande parte, se relacionam com a parcela de títulos lastreados em ativos e hipotecas da carteira, no valor de US\$ 3,9 bilhões. Embora a liquidez dessa parcela da carteira continue limitada e as avaliações continuem com grandes descontos, em 31 de dezembro de 2009, 56,1% ainda tinham a nota de classificação AAA e 85,4% tinham classificação de investimento (em comparação com 85,4% e 97,5%, respectivamente, em 2008) e, exceto por um valor insignificante de perdas com principal em 2009 e uma posição em commercial paper lastreado em ativos com um valor justo de US\$ 14 milhões que está inadimplente desde 2007, a carteira continua com desempenho regular.

Embora tenha havido alguma migração para patamares inferiores nas notas de classificação, é importante observar que as notas de crédito sempre são dadas depois dos eventos. Em seguida à quebra do Lehman Brothers em setembro de 2008, houve um impacto nos mercados financeiros e na economia real que levou à degradação de uma parcela significativa dos títulos das carteiras de investimentos, particularmente durante o primeiro semestre de 2009. A degradação continuou, embora mais lenta, mesmo depois de os preços de mercado começarem a se recuperar durante o ano. Além disso, a parcela mais baixa de posições em títulos com nota AAA em 2009, em comparação com 2008, reflete o que ficou depois da liquidação desses títulos. Durante 2009, o Banco realizou perdas de US\$ 32 milhões (em relação ao preço de aquisição), em comparação com os US\$ 71 milhões em 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, a exposição de crédito para a carteira de investimentos como um todo totalizava US\$ 20,0 bilhões, em comparação com os US\$ 16,2 bilhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. A qualidade da carteira como um todo continua alta, já que 75,3% da exposição de crédito têm a classificação AAA e AA, 13,3% têm a classificação mais alta para o curto prazo (A1+), 7,2% têm classificação A e 4,2% têm classificação abaixo de A/A1+. A **Tabela 6** apresenta os detalhes da carteira de investimentos para negociação em 31 de dezembro de 2009 e 2008 por classes de títulos, juntamente com lucros e perdas a realizar, incluídos em Lucro (perda) com investimentos no fim de cada exercício.

**Tabela 6: PRINCIPAIS CATEGORIAS DE TÍTULOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS PARA NEGOCIAÇÃO 31 de dezembro de 2009 e 2008**

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

Classe de Título	2009		2008	
	Valor justo <sup>(1)</sup>	Ganhos (perdas) a realizar <sup>(2)</sup>	Valor justo <sup>(1)</sup>	Ganhos (perdas) a realizar <sup>(2)</sup>
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos. ....	\$ 819	\$ —	\$ 1.157	\$ 5
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA. ....	540	3	1.539	4
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA. ....	6.574	17	771	2
Obrigações de bancos. ....	4.458	57	4.796	(99)
Títulos privados. ....	49	7	199	(2)
Títulos lastreados em hipotecas. ...	2.337	195	2.492	(1.079)
Títulos lastreados em ativos. ....	1.558	103	1.715	(427)
Total dos investimentos para negociação. ....	<u>\$16.335</u>	<u>\$382</u>	<u>\$12.669</u>	<u>\$(1.596)</u>

<sup>(1)</sup> Inclui juros acumulados de US\$ 31 milhões e US\$ 56 milhões em 2009 e 2008, respectivamente, refletidos no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados.

<sup>(2)</sup> Representa os ganhos e perdas a realizar incluídos em Receita de investimentos para o exercício correspondente.

### Obrigações contratuais

Durante o curso de suas operações normais, o Banco assume diversas obrigações contratuais que exigem pagamentos em dinheiro em datas futuras. As obrigações contratuais mais significativas se relacionam com a amortização de captações. A estrutura de vencimento das captações a médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2009 é apresentada no Anexo I-5 às demonstrações contábeis. Além disso, o Banco tem várias outras obrigações a serem liquidadas em numerário, as quais são refletidas em suas demonstrações contábeis, inclusive empréstimos a liberar, captações de curto prazo, valores a pagar relacionados a swaps cambiais e de taxa de juros e valores a pagar pela compra de títulos adquiridos para fins de investimento.

## ORIGENS DOS RECURSOS

### Patrimônio líquido

O patrimônio total, em 31 de dezembro de 2009, somava US\$ 20,7 bilhões, em comparação com os US\$ 19,4 bilhões de 31 de dezembro de 2008. O aumento de US\$ 1,3 bilhão reflete, principalmente, o Resultado operacional para o exercício, de US\$ 1.294 milhões, e Outros resultados abrangentes, totalizando US\$ 436 milhões (essencialmente compostos do efeito do aumento na posição de financiamento dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria do Banco, que totalizou US\$ 506 milhões, parcialmente compensados por ajustes de tradução negativos de US\$ 72 milhões) que foram parcialmente compensados por Perdas líquidas a realizar sobre derivativos para negociação e captações com medição ao valor justo, no valor de US\$ 500 milhões.

Essa base desempenha um papel crucial, garantindo que o Banco atinja seus objetivos financeiros e permitindo que ab-

sorva riscos com seus próprios recursos, dessa forma protegendo os países membros contra a possibilidade de uma chamada do capital exigível. Para fins gerenciais, o Banco monitora o patrimônio como definido e utilizado na TELR, que mede a adequação de sua capacidade para suportar riscos. A Tabela 7 apresenta a composição dessa medida em 31 de dezembro de 2009 e 2008. Veja “Gestão de riscos financeiros – risco de crédito – estrutura de adequação do capital” abaixo, para mais informações sobre a TELR.

**Tabela 7: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO TOTAL E EMPRÉSTIMOS**

**31 de dezembro de 2009 e 2008**

(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009	2008
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital integralizado. ....	\$ 4.339	\$ 4.339
Lucros retidos:		
Reserva geral <sup>(1)</sup> . ....	13.766	12.542
Reserva especial <sup>(1)</sup> . ....	2.569	2.563
<b>Mais:</b>		
Provisões para perdas com empréstimos e garantias. ....	148	169
<b>Menos:</b>		
Saldos de caixa em moeda local dos países mutuários. ....	131	131
Valores a receber de países membros, líquidos <sup>(2)</sup> . ....	—	52
Lucro (prejuízo) líquido acumulado a realizar sobre instrumentos derivativos não mantidos para negociação e captações com avaliação ao seu valor justo. ....	528	1.026
<b>Parcela do patrimônio usada no cálculo da TELR. ....</b>	<b>\$20.163</b>	<b>\$18.404</b>
<b>Saldo de empréstimos e exposição líquida por garantias. ....</b>	<b>\$58.935</b>	<b>\$52.095</b>
<b>Relação entre patrimônio total e empréstimos. ....</b>	<b><u>34,2%</u></b>	<b><u>35,3%</u></b>

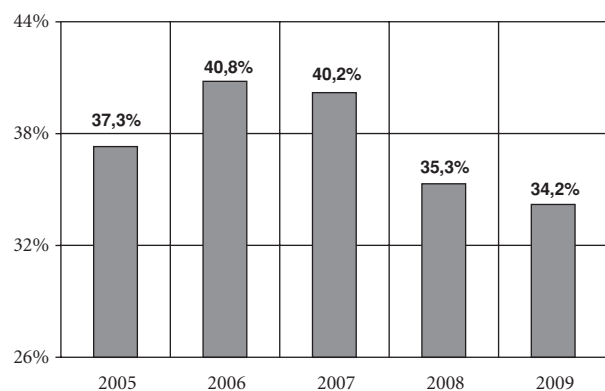
<sup>(1)</sup> Inclui Outros resultados abrangentes acumulados.

<sup>(2)</sup> Exclui Valores líquidos a pagar aos membros, quando aplicável.

Como apresentado na Tabela 7, a TELR caiu de 35,3% em 31 de dezembro de 2008 para 34,2% em 31 de dezembro de 2009. A redução se deveu, em grande parte, a um aumento de US\$ 6,8 bilhões no saldo de empréstimos e exposição por garantias líquida, parcialmente compensada por um aumento no patrimônio usado na TELR, de US\$ 1,8 bilhão, em sua maior parte resultante do Resultado operacional de US\$ 1.294 milhões e do efeito do aumento na posição de financiamento nos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria no valor de US\$ 506 milhões. Apesar da queda, a TELR manteve-se dentro da faixa de política de 32% a 38%. A Figura 2 mostra que, antes de 2007, a TELR tinha um crescimento firme, resultante do crescimento na base patrimonial e no saldo menor da carteira de empréstimos. A partir de 2008, a TELR reflete o aumento do volume de empréstimos do Banco para a região.



**Figura 2: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO TOTAL E EMPRÉSTIMOS**



### Capitalização

O apoio dado ao Banco pelos seus acionistas se reflete nos aportes de capital recebidos dos membros. Em 31 de dezembro 2009, o capital subscrito totalizava US\$ 105,0 bilhões (2008 – US\$ 100,9 bilhões), dos quais US\$ 4,3 bilhões tinham sido integralizados e US\$ 100,6 bilhões eram exigíveis.

As subscrições de capital integralizadas e exigíveis são integralizáveis como descrito abaixo:

**Capital integralizado:** As subscrições de capital integralizado foram pagas, integral ou parcialmente, em ouro, dólares dos Estados Unidos ou na moeda do respectivo país membro. Na maioria dos pagamentos feitos na moeda do respectivo país membro, o país membro tomou providências satisfatórias para o Banco a fim de garantir que, respeitadas as disposições do Convênio, sua moeda seja mantida livremente conversível (ou o país membro comprometeu-se a converter sua moeda em favor do Banco) em moedas de outros países para fins das operações do Banco. O Banco aceitou obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar da integralização imediata, total ou parcial, das subscrições de capital integralizado dos países membros. De acordo com as disposições do Convênio, essas obrigações são aceitas quando as moedas não são necessárias para as operações do Banco.

**Capital exigível:** A parcela exigível das subscrições de capital poderá ser exigida somente quando e na extensão necessária para satisfazer as obrigações do Banco com relação a captações de fundos ou de garantias. Em caso de chamada de capital, o pagamento pode ser feito, à opção do membro, em ouro, dólares dos Estados Unidos, em moeda plenamente conversível do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco que levaram à chamada de capital. As chamadas de capital serão obrigatoriamente uniformes, mas as obrigações dos membros de efetuar pagamentos quando essas chamadas forem feitas são independentes entre si. A falta de um ou mais pagamentos por qualquer dos membros não escusará nenhum outro membro de sua obrigação de integralizar seus pagamentos e são permitidas sucessivas chamadas contra os membros não inadimplentes, se necessário, para satisfazer as obrigações do Banco.

Entretanto, não se exigirá de nenhum membro que pague mais do que o saldo a realizar de sua subscrição de capital. Jamais foi feita chamada de capital exigível do Banco.

Em 31 de dezembro de 2009, a subscrição total dos Estados Unidos, o maior acionista do Banco, era de US\$ 30,3 bilhões, dos quais US\$ 1,3 bilhão tinha sido pago como subscrição do capital integralizado. Da parcela exigível do capital subscrito pelos Estados Unidos, que totalizava US\$ 29,0 bilhões, US\$ 3,8 bilhões tinham sido plenamente autorizados e apropriados, sem limitação de exercício fiscal, pela legislação daquele país, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não precisa de outras alocações orçamentárias para integralizar esse valor, caso qualquer parcela dele seja exigida com o objetivo de satisfazer as obrigações do Banco. O saldo da subscrição de capital exigível dos Estados Unidos, totalizando US\$ 25,2 bilhões, foi autorizado pelo Congresso dos Estados Unidos, mas ainda não foi apropriado. Em 1979, em conexão com a subscrição, pelos Estados Unidos, de um aumento no capital exigível, o Banco obteve um parecer do Departamento Jurídico do Tesouro daquele país, segundo o qual não é necessária nenhuma alocação orçamentária para tais subscrições enquanto os Estados Unidos não tiverem de fazer pagamentos em conexão com uma chamada de capital feita pelo Banco. O parecer afirma ainda não ser necessária alocação orçamentária para tornar as subscrições de capital exigível feitas pelos Estados Unidos, autorizadas por sua legislação, obrigações com plena garantia do governo, e que uma obrigação contraída pelos Estados Unidos de acordo com uma autorização concedida pelo Congresso para fins constitucionais obriga o país, embora possa ser necessária uma alocação futura para seu financiamento.

**Aumento temporário no capital exigível do Canadá:** Para ampliar o volume de recursos disponíveis para empréstimos de curto prazo do Capital Ordinário (CO), o Banco aceitou a oferta do Canadá, de acrescentar temporariamente US\$ 4 bilhões a seu capital exigível, o que permitiu ao Banco expandir sua capacidade de captação (e, portanto, sua capacidade de empréstimo) pelo mesmo valor.

Em 17 de agosto de 2009, o Banco recebeu do Canadá uma carta de subscrição para 334.887 ações capital acionário exigível sem direito a voto, dessa forma aumentando a subscrição total do Canadá para 669.774 ações. Sendo assim, a partir desta data, o capital ordinário autorizado do Banco teve um aumento no valor de US\$ 4.039,9 milhões, ascendendo agora a um total de US\$ 104.980,0 milhões representados por 8.702.335 ações autorizadas e subscritas. O capital integralizado do Banco permanece o mesmo. Além disso, os termos e condições da subscrição pelo Canadá em 17 de agosto de 2009 estipulam que a subscrição seja temporária e que o Canadá deve transferir 25% das ações para o Banco anualmente, em datas a cinco, seis, sete e oito anos a contar da data de subscrição.

**Participação da República Popular da China:** Em 12 de janeiro de 2009, a República Popular da China ingressou no Banco como seu 48º membro e subscreveu oito ações do capital integralizado e 176 do capital exigível.

**Aumento de capital:** Durante 2009, a Assembleia de Governadores instruiu a Administração para avaliar a necessidade de um aumento geral do Capital Ordinário e de uma reposição dos recursos do FOE. A Administração apresentou as informações solicitadas à Comissão da Assembleia de Governadores em outubro de 2009 e os Governadores formaram um grupo de trabalho de Governadores que continuasse a revisão das necessidades do Banco e considerasse uma proposta de aumento de capital para o Capital Ordinário e uma reposição dos recursos do FOE.

#### Captações

O Banco capta fundos nos mercados de capitais internacionais principalmente pela emissão de títulos de dívida. Para diversificar suas fontes de captação, o Banco emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas para atender às necessidades dos investidores globais, tanto institucionais como varejistas. De acordo com os termos do Convênio, o Banco pode captar fundos somente com a aprovação do país membro em cujos mercados os títulos de dívida forem vendidos e do país membro em cuja moeda as captações forem denominadas. Além disso, o Banco é obrigado a obter o compromisso de cada um desses países membros de que os recursos obtidos poderão ser convertidos pelo Banco na moeda de qualquer outro país membro, sem restrição. As políticas de captação do Banco são resumidas no **Quadro 4**.

#### Quadro 4: Política de captações

A política do Banco é limitar o total das Captações líquidas ao capital subscrito exigível dos países não mutuários (Estados Unidos, Japão, Canadá e os outros membros extrarregionais). A Captação líquida de recursos é o valor das captações (após os swaps) mais exposição bruta por garantias, menos ativos líquidos qualificados e ativos da reserva especial. Os ativos da reserva especial somente podem ser usados para atender as obrigações do Banco relacionadas com captações e garantias. Em 31 de dezembro de 2009, as Captações líquidas representavam 74,1% do capital exigível subscrito dos membros não mutuários, em comparação com os 69,3% que representavam em 2008. Por isso, a capacidade de captação não utilizada no encerramento do exercício totalizava US\$ 13,5 bilhões, em comparação com os US\$ 14,8 bilhões de 2008.

Os objetivos da política de captação do Banco são obter acesso ao mercado de capitais a longo prazo, com volume e eficácia de custos. O Banco utiliza instrumentos derivativos, principalmente swaps cambiais e de taxas de juros, para fins de hedge, como parte de sua estratégia de gestão de passivo, com o objetivo de manter a composição de moedas e estrutura de taxa de juros desejadas e de reduzir os custos de financiamento. O Banco atentamente monitora e regula suas atividades com distribuidoras de valores e contrapartes (vide Gestão de Risco Financeiro – Risco de Crédito – Risco de Crédito Comercial, abaixo). O valor e momento das captações do Banco são determinados parcialmente pelos desembolsos de empréstimos, vencimento de obrigações e níveis de liquidez (vide “Gestão de Liquidez”, acima).

Em 2009, as operações passivas a médio e longo prazo envolvendo diretamente os mercados financeiros totalizaram US\$ 16,2 bilhões, em comparação com os US\$ 10,7 bilhões atingidos em 2008. O aumento nas captações se deve, principalmente, ao crescimento na demanda por empréstimos. As operações de captação de 2009 e 2008 são resumidas na **Tabela 8**.

**Tabela 8: RESUMO DAS OPERAÇÕES ANUAIS DE CAPTAÇÃO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008**  
(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009	2008
Captações totais de médio e longo prazo <sup>(1)</sup> .....	\$16.240	10.698
Vida média (anos) <sup>(2)</sup> .....	4.6	4.8
Número de transações.....	81	76
Número de moedas.....	10	13

<sup>(1)</sup> Representa o produto líquido, com base nas datas das operações.

<sup>(2)</sup> Vida média calculada considerando a probabilidade média ponderada de exercer opções de compra, conforme aplicável.

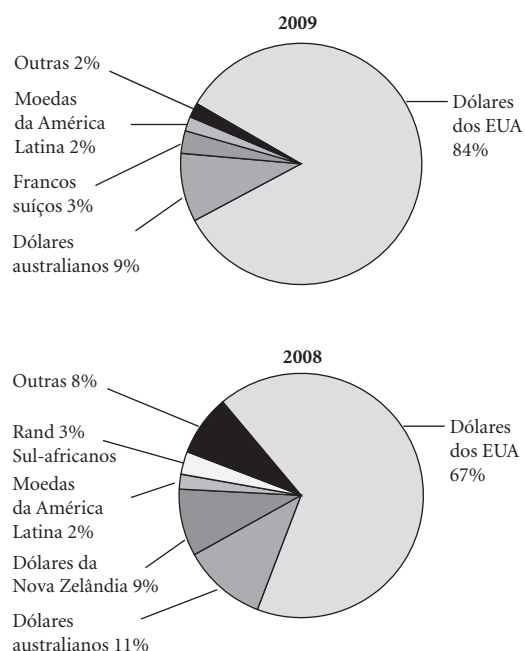
Os recursos captados em qualquer exercício são usados nas operações gerais, incluindo desembolsos de empréstimos e refinanciamento de dívidas próximas ao vencimento. Em 2009, o Banco levou a cabo cinco emissões de obrigações referenciais (incluindo a primeira emissão de obrigações referenciais com taxa flutuante) denominadas em dólares dos Estados Unidos, com prazos de vencimento de dois, três, cinco e dez anos, em um valor combinado de US\$ 9,5 bilhões. Foram emitidas obrigações em moedas de países membros mutuários no valor agregado de US\$ 303 milhões (2008 – US\$ 175 milhões), nas seguintes moedas: Reais – US\$ 246 milhões; colones – US\$ 15 milhões; e pesos mexicanos – US\$ 42 milhões (2008 – reais – US\$ 127 milhões e pesos chilenos – US\$ 48 milhões). Além disso, o Banco transacionou diversas obrigações denominadas em dólares australianos, rupias indonésias, dólares da Nova Zelândia, francos suíços, rands, libras turcas e dólares dos Estados Unidos.

As novas captações de recursos de médio e longo prazo em 2009, classificadas por moeda e em comparação com 2008, são apresentadas na **Figura 3**. Em 2009 e 2008, todas as captações feitas em moedas diferentes do dólar dos Estados Unidos foram permutadas inicialmente por captações em dólares dos Estados Unidos por meio de swaps.

O Banco recompra, resgata ou paga antecipadamente suas obrigações estrategicamente, com o objetivo de reduzir o custo das captações e a exposição à necessidade de refinanciamento em um determinado exercício ou para atender outras necessidades operacionais. Durante 2009, o Banco resgatou ou recomprou US\$ 176 milhões de suas captações (2008 – US\$ 358 milhões).

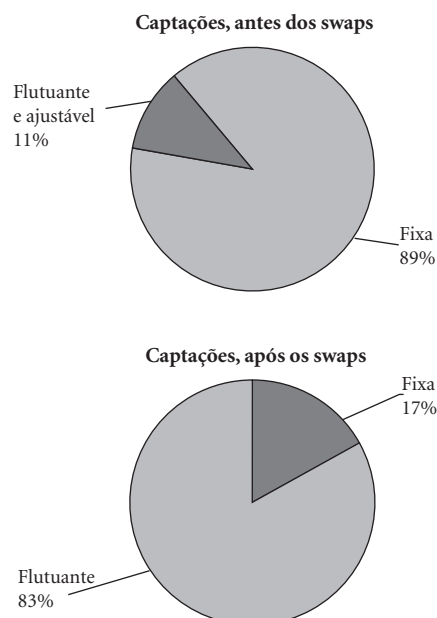
**Uso de derivativos:** O Banco pode firmar swaps de taxa de juros e de câmbio concomitantemente com suas captações, com o objetivo de converter recursos em euros, ienes, francos suíços ou dólares dos Estados Unidos e financiamentos com taxas fixas ou flutuantes, de modo a cumprir suas obrigações de desembolso. Em 2009, com a exceção de US\$ 698 milhões, todas as novas captações com taxas fixas foram inicialmente objeto de swap para dólares dos Estados Unidos a taxas flutuantes, e posteriormente convertidas em financiamentos a taxa fixa e/ou em euros ou ienes, de acordo com as necessidades de financiamento. As **Figuras 4 e 5** ilustram o efeito dos swaps tanto na estrutura de taxa de juros como na composição de moedas de captações a médio e longo prazo em 31 de dezembro de 2009. Nas Notas H, I, J e K e no Anexo I-5 às demonstrações contábeis, são encontradas informações mais detalhadas sobre as captações e derivativos utilizados pelo Banco.

**Figura 3: CAPTAÇÕES POR MOEDA<sup>(1)</sup>**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008



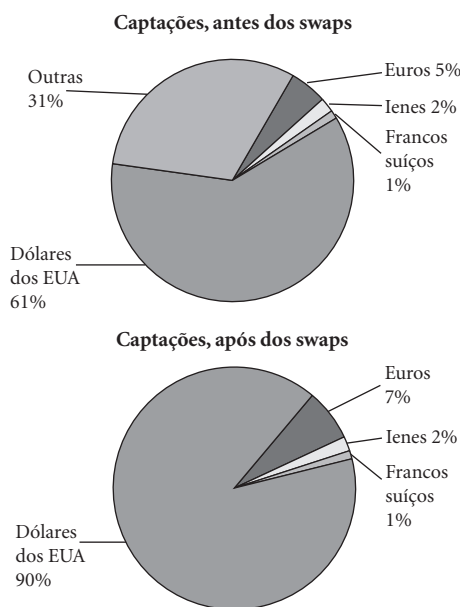
<sup>(1)</sup>Inclui as captações de médio e longo prazo, exclusive swaps, e representa o produto líquido, com base nas datas das operações.

**Figura 4: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A ESTRUTURA DE TAXAS DE JUROS DA CARTEIRA DE CAPTAÇÕES<sup>(1)</sup>**  
31 de dezembro de 2009



<sup>(1)</sup> Exclusivamente captações a médio e longo prazo.

**Figura 5: EFEITOS DOS SWAPS SOBRE A COMPOSIÇÃO DE MOEDAS DA CARTEIRA DE CAPTAÇÕES<sup>(1)</sup>**  
31 de dezembro de 2009



<sup>(1)</sup> Exclusivamente captações a médio e longo prazo.



## RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

### Lucro (prejuízo) operacional

O Lucro (prejuízo) operacional reflete a receita (despesa) de juros líquida sobre ativos remunerados e a contribuição ao resultado feita pelo capital do Banco, outras receitas de empréstimos, a provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias, e despesas não líquidas, exceto juros. A **Tabela 9** mostra a composição do Resultado operacional (prejuízo) dos últimos três exercícios.

**Tabela 9: LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL**  
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009	2008	2007
Receita de juros sobre empréstimos . . .	\$1.934	\$2.301	\$2.404
Lucro de investimento (perda) <sup>(1)</sup> . . . . .	831	(973)	487
	2.765	1.328	2.891
Menos:			
Despesas de captação . . . . .	951	1.764	2.135
Receita (despesa) de juros, líquida. . . . .	1.814	(436)	756
Outras receitas de empréstimos. . . . .	68	54	32
Outras despesas (créditos):			
Provisão (crédito) para perdas com			
empréstimos e garantias. . . . .	(21)	93	(13)
Despesas exceto juros, líquidas . . . . .	609	497	518
Total . . . . .	588	590	505
Lucro (prejuízo) operacional. . . . .	\$1.294	\$ (972)	\$ 283

<sup>(1)</sup> Inclui ganhos e perdas realizados e a realizar.

**Exercício de 2009 comparado com 2008:** O Lucro operacional para 2009 totalizou US\$ 1.294 milhões, em comparação com o Prejuízo operacional de US\$ 972 milhões em 2008, um aumento de US\$ 2.266 milhões nos resultados. Este aumento se deu, em grande parte, em função do aumento na receita de juros líquida de US\$ 2.250 milhões e um crédito por perdas com empréstimos e garantias no total de US\$ 21 milhões, em comparação com uma provisão de US\$ 93 milhões em 2008, parcialmente compensada pela alta de US\$ 112 milhões nas despesas exceto com juros.

**Exercício de 2008 comparado com 2007:** O Prejuízo operacional para 2008 totalizou US\$ 972 milhões, em comparação com o Lucro operacional de US\$ 283 milhões em 2007, uma redução de US\$ 1.255 milhões nos resultados. Essa redução se deve, substancialmente, à queda na receita de juros líquida, no valor de US\$ 1.192 milhões e uma provisão para perdas com empréstimos e garantias no valor de US\$ 93 milhões, em comparação com um crédito de US\$ 13 milhões em 2007.

### Receita (despesa) de juros, líquida

Os saldos médios das carteiras de ativos e passivos remunerados, após os swaps, bem como seus respectivos retornos e custos para 2009, 2008 e 2007 são demonstrados na **Tabela 10**.

**Exercício de 2009 comparado com 2008:** O Banco teve uma receita de juros líquida de US\$ 1.814 milhões em 2009, comparada com a despesa com juros líquida de US\$ 436 milhões em 2008, um aumento de US\$ 2.250 milhões. Essa variação se deveu substancialmente a um aumento de US\$ 2.142 milhões na receita de investimentos líquida na carteira de investimentos para negociação do Banco, resultante, em sua maior parte, dos ganhos no ajuste ao mercado de US\$ 528 milhões em comparação com as perdas de ajustes ao mercado de US\$ 1.605 milhões em 2008, e um aumento de empréstimos regulares do Banco, bem como da respectiva margem de juros, (gerado pelo aumento na margem sobre os empréstimos soberanos durante o segundo semestre de 2009), parcialmente compensado pela redução nas taxas de juros do mercado.

**Exercício de 2008 comparado com 2007:** O Banco teve uma despesa de juros líquida de US\$ 436 milhões em 2008, comparada com a receita líquida de US\$ 756 milhões em 2007, uma redução de resultados de US\$ 1.192 milhões. Essa redução foi devida, em sua maior parte, a um aumento de US\$ 1.316 milhões (2008 – US\$ 1.596 milhões, 2007 – US\$ 280 milhões) em perdas a realizar sobre a carteira de investimentos para negociação, parcialmente compensadas pelas margens mais amplas aplicadas no segundo semestre aos empréstimos com garantia soberana (excluindo empréstimos de emergência e empréstimos sob o Programa de Liquidez) e por um aumento na carteira

**Tabela 10: CARTEIRAS DE ATIVOS E PASSIVOS, COM SEUS CUSTOS E RETORNOS**  
(Valores em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009		2008		2007	
	Saldo médio	Retorno/ custo %	Saldo médio	Retorno/ custo %	Saldo médio	Retorno/ custo %
Empréstimos <sup>(1)</sup> . . . . .	\$53.434	3,62	\$48.589	4,74	\$45.569	5,28
Investimentos líquidos <sup>(2)</sup> . . . . .	19.061	4,29	16.550	(5,27)	16.791	2,93
Total dos ativos remunerados. . . . .	72.495	3,80	65.139	2,20	62.360	4,65
Captações . . . . .	53.372	1,78	46.007	3,84	43.349	4,92
Margem de juros <sup>(3)</sup> . . . . .		2,02		(1,64)		(0,27)
Margem de juros líquida <sup>(3)(4)</sup> . . . . .		2,50		(0,67)		1,21

<sup>(1)</sup> Exclui encargos sobre empréstimos.

<sup>(2)</sup> Retornos ponderados pelo tempo e geometricamente conectados.

<sup>(3)</sup> Margem de juros negativa e margem de juros líquida, conforme aplicável, substancialmente devidas às perdas com ajustes ao mercado, resultantes da crise nos mercados financeiros.

<sup>(4)</sup> Representa a receita (despesa) de juros líquida como porcentagem do saldo médio dos ativos remunerados.

de empréstimos regulares do Banco e na margem de juros por ela gerada.

### Despesas exceto juros, líquidas

Os principais componentes das despesas líquidas, exceto juros, são apresentados na **Tabela 11**.

**Tabela 11: DESPESAS EXCETO JUROS, LÍQUIDAS**  
(Em milhões de dólares dos Estados Unidos)

	2009	2008	2007
<b>Despesas administrativas</b>			
Custos de pessoal. ....	\$361	\$332	\$355
Honorários de consultores. ....	70	69	61
Viagens operacionais. ....	24	22	20
Despesas de realinhamento. ....	11	5	55
Outras despesas. ....	76	73	73
<b>Total das despesas administrativas brutas ...</b>	<b>542</b>	<b>501</b>	<b>564</b>
Menos: Parcela do Fundo para Operações Especiais. ....	(12)	(62)	(64)
<b>Despesas administrativas líquidas. ....</b>	<b>530</b>	<b>439</b>	<b>500</b>
Receitas de honorários de serviço. ....	(5)	(5)	(6)
Programas especiais. ....	94	69	37
Outras receitas. ....	(10)	(6)	(13)
<b>Despesas exceto juros, líquidas. ....</b>	<b>\$609</b>	<b>\$497</b>	<b>\$518</b>

**Exercício de 2009 comparado com 2008:** As despesas exceto juros aumentaram em US\$ 112 milhões em 2009, principalmente devido a uma redução na porcentagem de despesas administrativas debitadas ao FOE, de acordo com a aprovação da Diretoria Executiva (US\$ 50 milhões), um aumento de US\$ 25 milhões nos Programas especiais e um aumento de US\$ 29 milhões nos custos de pessoal.

**Exercício de 2008 comparado com 2007:** As despesas exceto juros, líquidas, caíram em US\$ 21 milhões em 2008 principalmente devido a uma redução em despesas de realinhamento (US\$ 50 milhões) parcialmente contrabalançado pelo aumento em despesas com programas especiais (US\$ 32 milhões).

## GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Como parte de seus serviços como banco de desenvolvimento, o Banco fica exposto a riscos de crédito (risco de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país e risco de crédito comercial), risco de mercado (taxa de juros, spread e taxa de câmbio), risco de liquidez (captação e liquidação) e risco operacional.

### Governança

O Banco conduz suas operações dentro de uma estrutura de políticas de gestão financeira e de risco, usa exclusivamente instrumentos financeiros especificamente autorizados e aplica um processo decisório bem definido à gestão de riscos.

O Banco gere seus riscos de acordo com as disposições do Convênio e outras políticas que tenham sido aprovadas pela Assembleia de Governadores, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Finanças, composto por membros da Administração. Três unidades de gestão de riscos do Banco – adequação do capital/ALM, risco de tesouraria e risco de crédito – foram combinadas para formar o Departamento de Gestão de Riscos, que se reporta agora diretamente ao Vice-Presidente Executivo. O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO, sigla em inglês) é o fórum para analisar questões de gestão financeira e de risco em conformidade com as práticas recomendadas de gestão de risco. Essas questões incluem a gestão de ativos e passivos, adequação do capital, produtos (empréstimos, investimentos, financiamentos, etc.) e planejamento financeiros, gestão de risco de tesouraria, gestão de risco de crédito, mercados de capitais (financiamentos e investimentos) gestão de liquidez, contabilidade e gestão de empréstimos.

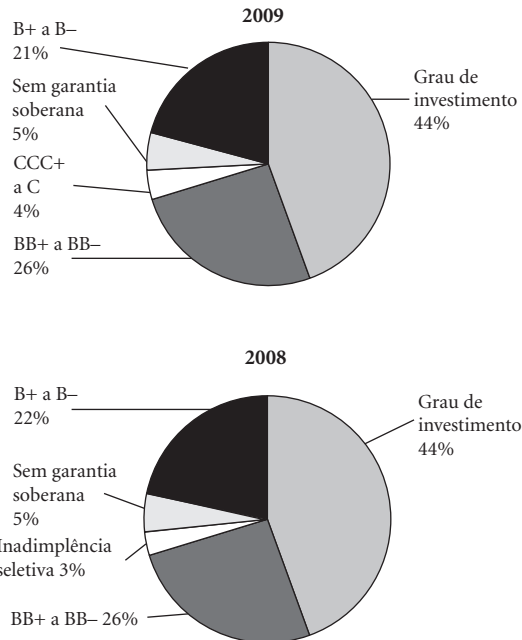
### Risco de crédito

Risco de crédito é a perda potencial que pode resultar de inadimplência por parte de mutuários (risco de crédito de carteira de empréstimos ou risco de crédito de país), ou da inadimplência/rebaixamento da classificação de crédito de uma contraparte em investimentos, operações financeiras ou swaps (risco de crédito comercial). Quase todos os empréstimos do Banco contam com garantia soberana.

**Risco de crédito da carteira de empréstimos:** O risco de crédito da carteira de empréstimos é o risco de que o Banco venha a não receber a amortização do principal ou o pagamento de juros de um ou mais empréstimos de acordo com os termos ajustados. Esse risco está diretamente relacionado com o negócio central do Banco e é o maior entre os riscos financeiros que ele enfrenta. O Banco usa múltiplas fontes de proteção contra o risco de crédito de sua carteira de empréstimos, inclusive uma limitação geral aos empréstimos, uma estrutura abrangente de adequação do capital (projetada para assegurar que o Banco detenha capital suficiente em qualquer ocasião, considerada a qualidade e concentração da carteira), uma política para o tratamento de empréstimos em curso anormal e uma política para a manutenção de uma provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito da carteira de empréstimos do Banco é determinado pela qualidade do crédito de cada mutuário e pela exposição a ele.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2009, como representada pelas classificações de crédito em moeda estrangeira a longo prazo atribuídas a cada país mutuário pelas agências classificadoras (geralmente Standard & Poor's) aparece na **Figura 6**.

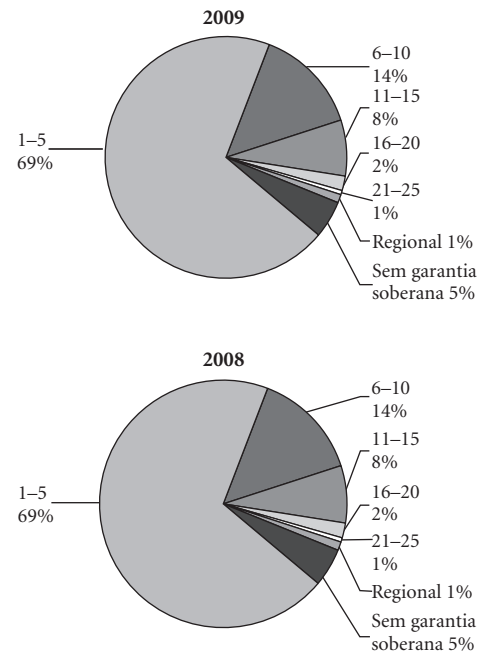
**Figura 6: QUALIDADE DE CRÉDITO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS COM GARANTIA SOBERANA REFLETIDA NAS CLASSIFICAÇÕES DOS PAÍSES MEMBROS MUTUÁRIOS**  
31 de dezembro de 2009 e 2008



Em relação a 31 de dezembro de 2008, a **Figura 6** demonstra que o saldo de empréstimos a mutuários soberanos com classificação em grau de investimento e níveis BB+ a BB- permanece em 44% e 26%, respectivamente. O valor relativo dos saldos de empréstimos a mutuários soberanos classificados entre CCC+ e C aumentou de 0,2% para 4%. A carteira de empréstimos na categoria sem garantia soberana continua respondendo por 5% do total. O valor relativo dos empréstimos em carteira concedidos a mutuários soberanos nas categorias B+ a B- viu uma queda de 22% para 21% do total. Não há nenhum mutuário em inadimplência seletiva (selective default, em inglês), em comparação com os 3% da carteira total em 2008. Observe-se que a média ponderada da qualidade de crédito da carteira de empréstimos soberanos continua no nível BB.

A exposição do Banco reflete o porte e concentração gerais da carteira. A exposição é limitada exclusivamente pela autorização de empréstimos do Banco; não há limites de empréstimo por país. Levando em consideração a natureza regional das suas operações e os portes relativos das economias dos países mutuários, o Banco espera que a concentração da carteira aumente progressivamente. Como mostrado na **Figura 7**, de 2008 a 2009, a concentração da carteira de empréstimos permaneceu basicamente a mesma. Cerca de 69% da carteira total ainda está nas mãos dos cinco maiores mutuantes.

**Figura 7: CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS**  
31 de dezembro de 2009 e 2008



**Limitação aos empréstimos:** O Convênio Constitutivo do Banco limita o valor total das carteiras de empréstimos e garantias ao capital subscrito, somado às reservas e superávits, deduzidas as receitas alocadas a certas reservas. Entretanto, a capacidade do Banco para conceder empréstimos é também limitada por sua política de captações.

**Estrutura de adequação do capital:** A estrutura de adequação do capital do Banco consiste em um modelo de risco de crédito, uma política de adequação do capital e a respectiva metodologia precificação de empréstimos. A estrutura permite ao Banco a gestão do risco inerente à sua carteira de empréstimos devido à qualidade de crédito de seus mutuários e à concentração de seus empréstimos, ao mesmo tempo em que oferece aos seus mutuários encargos baixos e estáveis sobre os empréstimos.

O capital econômico do Banco é medido pela TELR, cuja faixa de política de 32% a 38% foi determinada com base em uma análise das necessidades de capital econômico do Banco sob vários cenários hipotéticos de tensão financeira.

**Empréstimos em curso anormal:** Exceto nos casos de empréstimos sem garantia soberana, atrasos no serviço do empréstimo por parte de um mutuário em qualquer país membro impedem a aprovação de novos empréstimos a mutuários no país membro, podem conduzir à suspensão de desembolsos e resultar na contabilização do empréstimo em regime de caixa, podendo fazer também com que o empréstimo seja declarado vencido e exigível. O Banco exerce sua política de acordo com uma abordagem graduada, resumida na **Tabela 12**.

TABELA 12: TRATAMENTO DE EMPRÉSTIMOS SOBERANOS DE CURSO ANORMAL

30 dias após a data do vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre o empréstimo em mora e todos os outros empréstimos do mesmo mutuário. O Banco informa o garantidor de que o mutuário se encontra em mora e solicita o pronto pagamento do valor em mora. O Banco não celebra mais nenhum contrato de empréstimo com mutuários no país em questão e não se aprova mais nenhuma proposta de empréstimo.
120 dias após a data do vencimento	O Banco suspende desembolsos sobre todos os empréstimos ao garantidor e garantidos pelo garantidor, caso o garantidor deixe de pagar os valores devidos.
180 dias após a data do vencimento	O Banco coloca em regime de caixa a contabilização de todos os empréstimos do país cujo governo, banco central ou qualquer entidade governamental seja mutuário ou garantidor, salvo se ficar determinado que os pagamentos de todos os valores em mora estão em processamento e serão recebidos no futuro imediato. A colocação em regime de caixa implica no estorno da receita acumulada até a data e na cessação de novas acumulações até que os valores pendentes sejam recebidos. Todas as missões do Banco ao país, cujo objetivo seja a programação, preparação ou processamento de empréstimos são suspensas.

Quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou de qualquer outro fundo de titularidade do Banco ou sob sua gestão for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos concedidos a esse governo ou garantidos por ele também serão colocados em regime de caixa. O Banco mantém um diálogo contínuo com seus mutuários para garantir que todos os empréstimos sejam prontamente quitados.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, um subcomitê do ALCO determina quando a contabilização do empréstimo deve ser colocada em regime de caixa, o que pode acontecer em qualquer momento entre 30 e 90 dias após o vencimento ou, em casos especiais, em qualquer momento antes do decurso dos 30 dias.

**Provisão para perdas com empréstimos e garantias:** Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, o Banco espera que todos os empréstimos do Capital Ordinário com garantia soberana sejam liquidados. Além disso, o Banco mantém uma carteira de empréstimos com garantia soberana essencialmente sem empréstimos em liquidação desde sua fundação. Durante os 50 anos de história do Banco, somente cinco países mutuários foram incluídos no regime de caixa, durante períodos variáveis, entre 1988 e 1992. O saldo máximo agregado dos empréstimos em regime de caixa jamais excedeu 8% do saldo total de empréstimos e o Banco sempre acabou por receber integralmente o valor do principal e juros sobre esses empréstimos. O Banco mantém provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas com garantias para reconhecer as possíveis perdas inerentes a suas carteiras de empréstimos e garantias, relacionadas principalmente a financiamentos sem garantia soberana. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco tinha um empréstimo sem garantia soberana classificado como prejudicado, no valor de US\$ 110 milhões (2008 – um empréstimo de US\$ 288 milhões). De acordo com as políticas do Banco, foi reconhecido um crédito para perdas com empréstimos e garantias de US\$ 21 milhões durante 2009 (2008 – provisão de US\$ 93 milhões). Em 31 de dezembro de 2009, as provisões totalizavam US\$ 148 milhões (2008 – US\$ 169 milhões). A provisão para perdas com empréstimos sem garantia soberana e garantias totalizava o

equivalente a 3,7% do saldo combinado da carteira correspondente (2008 – 4,7%).

**Risco de crédito comercial:** Risco de crédito comercial é a exposição a perdas que poderiam resultar da inadimplência ou do rebaixamento por parte de uma agência de classificação de créditos de uma das contrapartes do Banco em investimentos, transações de títulos ou swaps. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o Banco investe suas posições líquidas. De acordo com suas políticas de risco conservadoras, o Banco investe exclusivamente em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por governos, órgãos governamentais, organizações multilaterais, instituições financeiras e entidades com personalidade jurídica própria, inclusive em títulos lastreados em ativos. O processo utilizado pelo Banco para controlar o risco de crédito comercial inclui: a) especificação de investimentos autorizados; b) estabelecimento de listas aprovadas de contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitos; c) definição de limites de classificação de crédito aceitáveis; e d) especificação de limites para exposição e prazo para contrapartes, emitentes e distribuidoras aceitos, com base em seu porte e capacidade creditícia.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, captação e gestão de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente swaps, para fins de hedging. O uso de derivativos é limitado a distribuidoras e contrapartes autorizadas selecionadas com base em políticas conservadoras de gestão de riscos. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de derivativos e tem contratos mestres de derivativos, os quais contêm disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também preveem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos patamares contratuais. Os limites de exposição às contrapartes são calculados e monitorados com base nas exposições de crédito potenciais modeladas durante a vida da carteira de cada contraparte. Para modelar as interações complexas dos fatores de risco de mercado, a dinâmica da carteira e o impacto dos mecanismos de atenuação de riscos, tais como limiares quantitativos para as garantias e gatilhos para a rescisão, são usadas simulações completas que resul-

tam em estimativas de exposição de crédito potencial. A monitoração das exposições do Banco e a gestão desses riscos são processos contínuos. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em swaps entre em inadimplência.

O Banco trata a exposição de crédito atual como o custo de reposição do respectivo instrumento derivativo. Esse valor também é conhecido como risco de reposição ou valor da exposição do ajuste ao mercado. A exposição ao mercado é a medida, em um determinado momento, do valor de um contrato derivativo no mercado aberto. Quando o ajuste ao mercado é positivo, indica que a contraparte deve ao Banco e, portanto, cria uma exposição para o Banco. Quando o ajuste ao mercado é negativo, o Banco deve à contraparte e não existe risco de reposição. Quando o Banco tem mais de uma transação com derivativos em curso, com a mesma contraparte de derivativo, a exposição líquida de ajuste ao mercado representa o valor líquido das exposições positivas e negativas com a mesma contraparte. Se o valor do ajuste ao mercado for negativo, a exposição do Banco à contraparte é considerada nula.

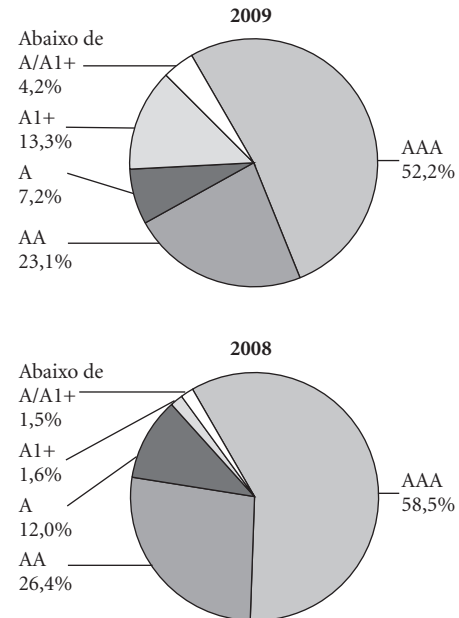
A **Figura 8** apresenta detalhes sobre a exposição de crédito estimada com relação aos investimentos, de acordo com as classificações de crédito dos emitentes. Em 31 de dezembro de 2009, a exposição de crédito para a carteira de investimentos como um todo totalizava US\$ 20,0 bilhões, comparada com US\$ 16,2 bilhões em 31 de dezembro de 2008. A qualidade de crédito da carteira de investimentos continua alta, já que 75,3% dos emissores têm a classificação AAA e AA, 13,3% têm a mais alta classificação para curto prazo (A1+), 7,2% têm classificação A, e 4,2% estão classificados abaixo de A/A1+, em comparação com 84,9%, 1,6%, 12%, e 1,5%, respectivamente, em 2008. A **Figura 9** mostra pormenores da exposição de crédito atual (líquida por contrapartes e após a consideração das garantias) na carteira de swaps, por categoria de nota de classificação de contraparte. Excluindo a garantia, a exposição de crédito dos swaps aumentou de US\$ 2 bilhões em 31 de dezembro de 2008 para US\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2009. A exposição de swaps de crédito é compensada por garantias (Títulos do Tesouro dos EUA ou disponibilidades) no valor de US\$ 2,8 bilhões. A exposição total de swaps sem garantia em 31 de dezembro de 2009 totalizava US\$ 0,3 bilhão, o mesmo valor que em 2008.

#### Risco de mercado

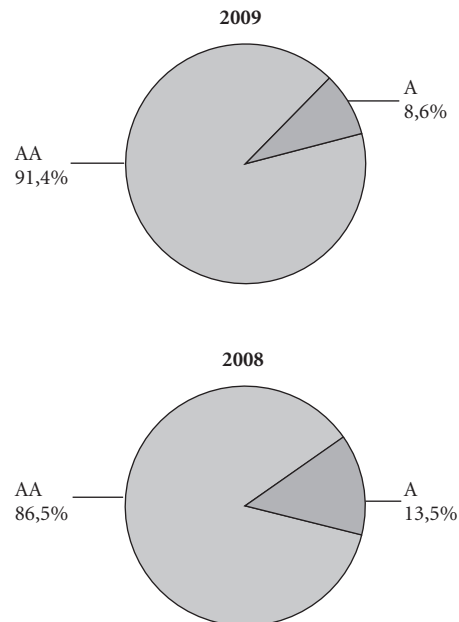
O Banco enfrenta riscos resultantes das movimentações de mercado, principalmente variações nas taxas de juros e de câmbio, mitigados pela estrutura integrada de gestão de ativos e passivos.

**Gestão de ativos e passivos:** O objetivo da gestão de ativos e passivos é gerir as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros da carteira de captações que dá apoio à liquidez e cada um dos produtos de empréstimo, de acordo com os requisitos específicos daquele produto e dentro dos parâmetros de risco prescritos. O Banco emprega derivativos para gestão de suas exposições de ativos e passivos, alinhando as características de seus ativos e passivos.

**Figura 8: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DO EMITENTE**  
31 de dezembro de 2009 e 2008



**Figura 9: EXPOSIÇÃO DE CRÉDITO EM SWAPS, POR CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO DA CONTRAPARTE**  
31 de dezembro de 2009 e 2008



**Risco de taxa de juros:** O Banco está exposto a duas fontes potenciais de risco de taxa de juros. A primeira é a exposição a alterações na margem líquida entre a taxa auferida sobre os ativos e o custo das captações usadas para financiá-los. A segunda é a exposição a alterações na receita auferida sobre a parcela dos ativos financiada pelo patrimônio.

O Banco mitiga sua exposição às alterações líquidas das margens ou por uma formulação de repasse de custos, calculada em bases reais ou estimadas, incorporada às taxas de juros debitadas, ou por intermédio de hedges de exposições de taxas de juros correlatas. Esses empréstimos com repasse de custos representam aproximadamente 93% da carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2009; os 7% restantes são empréstimos de emergência e do Programa de Liquidez, empréstimos sem garantia soberana e empréstimos com taxas fixas. Alguns dos empréstimos com repasse de custos (os empréstimos com taxa reajustável) têm algum risco de taxa de juros residual, devido à defasagem de seis meses inerente ao cálculo da taxa de juros sobre os empréstimos (vide “Operações de Desenvolvimento – Condições financeiras dos empréstimos”, acima). O Banco financia e investe sua liquidez em estruturas de taxas conjugadas, usando restrições às diferenças de prazo médio (duration), de tal modo evitando a exposição excessiva ao risco de taxas.

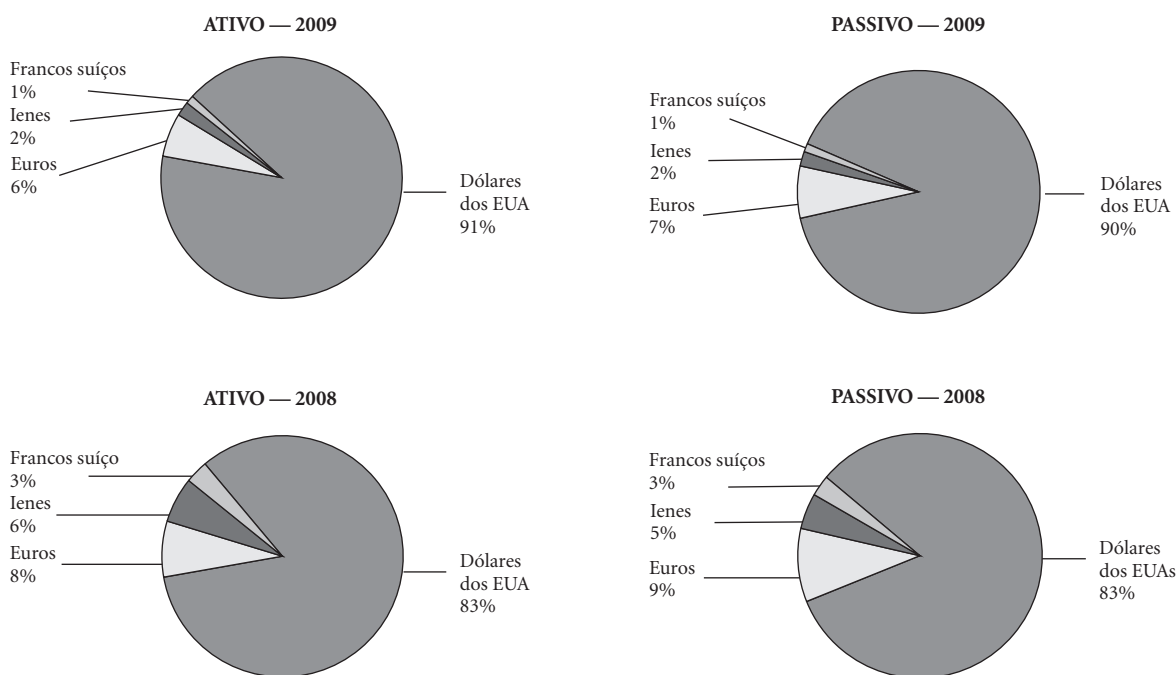
O Banco atenua essa exposição a alterações no resultado induzidas pelo patrimônio investindo esses fundos em ativos

com retornos estáveis. Conquanto as variações nas taxas de juros, no longo prazo, venham a resultar em variações correspondentes no retorno sobre o patrimônio, o efeito sobre um único exercício é relativamente pequeno, devido ao fato de que o patrimônio financia principalmente ativos de remunerados a taxas fixas e, no caso dos ativos financiados por captações, a maior parte da exposição à taxa de juros é repassada aos mutuários ou protegida por hedge mediante o uso de instrumentos derivativos.

**Risco de taxa de câmbio:** Para minimizar o risco de taxa de câmbio em um ambiente onde são usadas várias moedas, o Banco conjuga as obrigações por captações após os swaps em qualquer moeda com ativos na mesma moeda, de acordo com o que prescreve o Convênio. Além disso, o Banco adota a política de minimizar a sensibilidade da TELR às taxas de juros por intermédio de conversões periódicas com o objetivo de manter as moedas de seu patrimônio e das provisões para perdas com empréstimos e garantias alinhadas com as das exposições em empréstimos e garantias líquidas. Para minimizar os desalinhamentos de moedas, o Banco também alinha a composição de moedas dos ativos da reserva especial com os saldos das captações.

A **Figura 10** apresenta a composição de moedas em que estão expressos os ativos e passivos do Banco (após os swaps) no fim de 2009 e 2008.

**Figura 10: COMPOSIÇÃO DAS MOEDAS DOS ATIVOS E PASSIVOS**  
31 de dezembro de 2009 e 2008





**Risco de liquidez**

O risco de liquidez surge das necessidades gerais de financiamento das atividades do Banco e da gestão de seu ativo e passivo. Inclui o risco do Banco não conseguir financiar a carteira de ativos com vencimentos e taxas apropriados (risco de financiamento); o risco de não conseguir liquidar uma posição em tempo hábil a um preço razoável (risco de liquidação); e a exacerbção de ambos os riscos resultante de ter uma parcela substancial de uma carteira de ativos ou passivos alocada a um tipo específico de instrumento (risco de concentração).

O Banco gere risco de liquidez por meio de sua política de liquidez, política de gestão de ativos e passivos e de seu programa de captações a curto prazo. A política de liquidez do Banco determina a quantidade mínima de liquidez projetada para permitir que o Banco possa se eximir de captar fundos durante um determinado período sem deixar de atender as suas obrigações. A gestão de ativos e passivos do Banco, além de otimizar a alocação de patrimônio e endividamento para o financiamento dos diversos ativos do Banco, determina a diferença de prazo e duração entre empréstimos e captações apropriada para reduzir custos de captação e o risco de recaptação. Finalmente, dentro do programa de captações a curto prazo, são emitidas notas com deságio, com vencimento inferior a um ano, para a gestão de necessidades de fluxo de caixa.

**Risco operacional**

O risco operacional é a perda potencial que pode resultar de atividades internas ou eventos externos, causada por rupturas em informações, comunicações, salvaguardas físicas, continuidade de negócios, supervisão, processamento de transações, precificação, movimentos em saldos e caixa e títulos e em sistemas de liquidação. Além disso, o risco operacional inclui fraudes e faltas de desempenho de responsabilidades legais, fiduciárias e de agência.

Dentro do Banco, há em vigor políticas e procedimentos que cobrem todos os aspectos significativos do risco operacional. Esses aspectos incluem, acima de tudo, os altos padrões de ética negocial do Banco e seu sistema estabelecido de controles internos. Esses padrões são suplementados pelo planejamento de recuperação de desastre e para contingência, pela Política de Divulgação de Informações, procedimentos de devida diligência relacionada com a integridade de cliente e projeto, bem como políticas de compras e aquisições. Além disso, o Banco está desenvolvendo uma estrutura para complementar suas práticas atuais e aperfeiçoar a coordenação, avaliação e relatório de riscos operacionais em suas diferentes unidades de negócios.

**Controle interno sobre a preparação de relatórios financeiros:** O Banco aplica a Estrutura Integrada de Controle Interno do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway para a preparação de seus relatórios financeiros e estabeleceu um processo anual para que a administração apresente um relatório sobre a eficácia dos controles internos sobre a preparação dos relatórios financeiros e para que os auditores externos avaliem e apresentem um parecer acerca da eficácia dos controles internos sobre a preparação de relatórios financeiros.

O relatório da Administração e o parecer dos auditores externos sobre os controles internos na preparação dos relatórios financeiros de 2009 estão incluídos nas demonstrações contábeis.

## **DIVULGAÇÕES E INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

**Base de apresentação**

As demonstrações contábeis do Banco são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, que exigem da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados (vide Nota B às demonstrações contábeis).

**Políticas contábeis fundamentais**

O Banco acredita que algumas das mais significativas políticas contábeis que aplica na apresentação de seus resultados financeiros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos envolvem um grau de julgamento e complexidade relativamente alto e se relacionam com questões inerentemente incertas.

**Valor justo dos instrumentos financeiros:** O Banco utiliza medidas de valor justo na contabilização da carteira de investimentos de curto prazo, captações escolhidas para a opção de valor justo e todos os derivativos (principalmente swaps cambiais e de taxa de juros) e para as divulgações de instrumentos financeiros. Os valores justos se baseiam em preços cotados pelo mercado, quando disponíveis. Caso contrário, os valores justos são baseados em preços cotados por serviços de precificação externos, se disponíveis, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Os modelos de precificação usam dados de fontes de mercado, tais como curvas de rendimento de taxa de juros, taxas de câmbio e volatilidade de opções. Esses dados podem ter um efeito significativo sobre os valores justos divulgados para os ativos e passivos e as respectivas receitas e despesas. A Administração acredita que as medidas de valor justo sejam razoáveis, dados os processos utilizados para obter e priorizar dados observáveis (isto é, preços e parâmetros externos) bem como a aplicação uniforme dessa abordagem em períodos sucessivos.

As alterações no valor justo dos títulos de curto prazo e respectivos derivativos são refletidas em Receita de Investimento, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos. O componente de juros das variações no valor justo das captações e dos derivativos de empréstimos e captações é contabilizado como Despesas de captação e Receita de empréstimos, respectivamente. As variações restantes no valor justo desses investimentos são contabilizadas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos não mantidos para negociação e captações com avaliação ao valor justo. Veja a Nota P às demonstrações contábeis.

**Provisões para perdas com empréstimos e garantias:** O Banco mantém provisões para perdas com sua carteira de em-

préstimos e garantias em níveis que a Administração acredita adequados para absorver as perdas estimadas inerentes à carteira como um todo na data do encerramento do exercício. O estabelecimento do nível dessas provisões requer um grau de julgamento significativo. O uso de diferentes estimativas ou pressupostos e alterações em fatores externos podem produzir níveis de provisões relevantemente diferentes. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, a expectativa do Banco é que todos os empréstimos com garantia soberana sejam liquidados. Sendo assim, o nível das provisões para garantias e devedores duvidosos é relativamente baixo e principalmente relacionado com a carteira de empréstimos sem garantia soberana e garantias.

**Benefícios de pensões e outros benefícios pós-aposentadoria:** O Banco participa, juntamente com a Corporação Interamericana de Investimento (CII), de planos de pensão e benefícios pós-aposentadoria que cobrem praticamente todos os seus funcionários. Todos os custos, ativos e passivos associados aos planos são distribuídos entre o Banco e a CII, com base na participação de seus respectivos funcionários nos planos. Os custos alocados ao Banco são posteriormente distribuídos entre o Capital Ordinário e o FOE, com base em fórmulas de alocação de custos aprovadas pela Diretoria Executiva. As premissas atuariais aplicadas na determinação das obrigações por benefícios projetadas e da posição de financiamento associada a esses planos baseiam-se nas taxas de juros vigentes no mercado financeiro, experiência, bem como nas melhores estimativas feitas pela Administração quanto às alterações nos benefícios futuros e nas condições econômicas. Para mais pormenores, consulte a Nota Q às demonstrações contábeis.

#### **Audidores externos**

**Informações gerais:** Os auditores externos são nomeados pela Assembleia de Governadores, de acordo com um processo de concorrência. Em 2002, a Ernst & Young LLP (E&Y) foi nomeada auditora externa. Conforme o acordo entre o Banco e a

E&Y, as partes anualmente prorrogaram a nomeação daquela empresa até 2006. Em 2007, a E&Y foi a vencedora em um novo processo licitatório e foi nomeada auditora externa do Banco por um segundo período de cinco anos a encerrar-se em 2011.

Os honorários contratados para os serviços de auditoria prestados ao Banco pela E&Y em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis e controles internos de 2009 totalizaram US\$ 1.195.000. Além disso, durante 2009 a E&Y recebeu US\$ 204.000 por serviços relacionados com emissão de obrigações. A E&Y também presta serviços de auditoria a fundos fiduciários administrados pelo Banco e aos planos de aposentadoria do pessoal do Banco, com honorários de US\$ 614.000 para 2009.

**Independência dos auditores externos:** O Comitê de Auditoria é responsável por, entre outras coisas, assistir a Diretoria Executiva na supervisão da função de auditoria externa, incluindo a garantia da independência dos auditores externos. Nesse sentido, o Comitê é orientado pelos seguintes princípios fundamentais:

- O plano de trabalho dos auditores externos, incluindo serviços de auditoria e correlatos, deve ser aprovado pela Diretoria Executiva, com base em recomendação feita pelo Comitê de Auditoria.
- Quaisquer outros serviços a serem prestados pelos auditores externos em base excepcional podem ser contratados pela Administração de acordo com certos critérios estabelecidos pelo Comitê de Auditoria.
- Os sócios encarregados do serviço e os revisores devem sofrer rotação, pelo menos a cada cinco anos.
- O desempenho dos auditores externos é avaliado anualmente.
- A independência dos auditores externos será confirmada anualmente pelo Comitê de Auditoria.
- Os auditores externos têm pleno acesso ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



## **CAPITAL ORDINÁRIO**

As demonstrações contábeis do Capital Ordinário do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações contábeis em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2009		2008	
<b>ATIVO</b>				
<b>Caixa e investimentos</b>				
Caixa – Notas C e T .....	\$ 242		\$ 301	
Investimentos – Notas D, K e T				
Carteira de curto prazo – Anexo I-1 .....	16.304		12.613	
Mantidos até o vencimento – Anexo I-2 .....	3.810	\$20.356	3.621	\$16.535
<b>Saldo de empréstimos – Notas E e T, Anexos I-3 e I-4 .....</b>	<b>58.049</b>		<b>51.173</b>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(116)	57.933	(136)	51.037
<b>Juros e outros encargos acumulados</b>				
Sobre investimentos .....	64		92	
Sobre empréstimos .....	496		564	
Sobre swaps, líquido .....	335	895	43	699
<b>Valores a receber de países membros – Nota F</b>				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda .....	95		356	
Notas a prazo .....	252		—	
Valores necessários para manutenção de valor de ativos monetários .....	54	401	79	435
<b>Swaps cambiais e de taxa de juros – Notas J, K e T</b>				
Investimentos – curto prazo – Anexo I-1 .....	—		2	
Empréstimos .....	248		43	
Captações – Anexo I-5 .....	3.647	3.895	3.415	3.460
<b>Outros ativos</b>				
Ativos por benefícios pós-aposentadoria – Nota Q .....	173		—	
Imobilizado, líquido – Nota G .....	306		303	
Custos de captação a amortizar .....	9		11	
Outros .....	38	526	30	344
<b>Total do ativo .....</b>		<b>\$84.006</b>		<b>\$72.510</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Passivo</b>				
Captações – Notas H, I, K e T, Anexo I-5				
Curto prazo .....	\$ 1.908		\$ 3.067	
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo .....	45.493		34.350	
Medidas ao custo amortizado .....	12.906	\$60.307	11.977	\$49.394
Swaps cambiais e de taxa de juros – Notas J, K e T				
Investimentos – curto prazo – Anexo I-1 .....	11		10	
Empréstimos .....	171		107	
Captações – Anexo I-5 .....	1.037	1.219	1.800	1.917
Valor a pagar sobre compra de títulos para investimento .....		140		156
Valor a pagar por garantias recebidas em numerário .....		1		—
Passivos por benefícios pós-aposentadoria – Nota Q .....		68		410
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários – Nota F .....		556		383
Juros acumulados sobre captações .....		622		559
Contas a pagar e despesas acumuladas .....		419		247
<b>Total do passivo .....</b>		<b>63.332</b>		<b>53.066</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital – Nota M, Anexos I-6 e I-7				
Subscrito 8.702.335 ações (2008 – 8.367.264 ações) .....	104.980		100.938	
Menos parcela exigível .....	(100.641)		(96.599)	
Capital integralizado .....	4.339		4.339	
Lucros retidos – Nota N .....	15.441		14.647	
Outros resultados abrangentes acumulados – Nota O .....	894	20.674	458	19.444
<b>Total do passivo e patrimônio líquido .....</b>		<b>\$84.006</b>		<b>\$72.510</b>

As notas explicativas e anexos fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E LUCROS ACUMULADOS

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Lucro (prejuízo)</b>			
Empréstimos			
Juros, depois dos swaps – Notas E e J	\$ 1.934	\$ 2.301	\$ 2.404
Outras receitas de empréstimos	68	54	32
	<u>2.002</u>	<u>2.355</u>	<u>2.436</u>
Investimentos – Nota J			
Juros	303	632	778
Ganho (perda) líquido	528	(1.605)	(291)
Outros	15	11	19
Receitas totais	<u>2.848</u>	<u>1.393</u>	<u>2.942</u>
<b>Despesas</b>			
Despesas de captação			
Juros, depois dos swaps – Notas H, I, J e K	929	1.740	2.074
Custos de captação	24	28	49
Custos (receita) de recompra de dívida	(2)	(4)	12
	<u>951</u>	<u>1.764</u>	<u>2.135</u>
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias – Nota E	(21)	93	(13)
Despesas administrativas – Nota B	530	439	500
Programas especiais	94	69	37
Despesa total	<u>1.554</u>	<u>2.365</u>	<u>2.659</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes dos ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo</b>	<b>1.294</b>	<b>(972)</b>	<b>283</b>
<b>Ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo – Notas I, J, K e P</b>	<b>(500)</b>	<b>950</b>	<b>(149)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>794</b>	<b>(22)</b>	<b>134</b>
<b>Lucros retidos, início do exercício</b>	<b>14.647</b>	<b>14.576</b>	<b>14.442</b>
<b>Efeito cumulativo da opção de valor justo</b>	<b>—</b>	<b>93</b>	<b>—</b>
<b>Lucros retidos, encerramento do exercício</b>	<b>\$15.441</b>	<b>\$14.647</b>	<b>\$ 14.576</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>\$ 794</b>	<b>(22)</b>	<b>\$134</b>
<b>Outros lucros (prejuízos) abrangentes – Nota O</b>			
Ajustes de tradução	(72)	396	280
Reconhecimento de variações em Ativos e passivos de benefícios pós-aposentadoria – Nota Q	506	(1.371)	130
Reclassificação para resultado – hedges de fluxo de caixa	2	(4)	1
Total dos outros lucros (prejuízos) abrangentes	<u>436</u>	<u>(979)</u>	<u>411</u>
<b>Lucro (prejuízo) abrangente</b>	<b>\$1.230</b>	<b>\$(1.001)</b>	<b>\$545</b>

As notas explicativas e anexos fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades de empréstimo e investimento</b>			
Empréstimos:			
Desembolsos de empréstimos (líquidos de participações) .....	<b>\$(11.424)</b>	\$(7.149)	\$(6.725)
Amortizações de empréstimos (líquidos de participações) .....	<b>4.542</b>	4.740	5.265
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo .....	<b>(6.882)</b>	(2.409)	(1.460)
Compras brutas de investimentos mantidos até o vencimento. ....	<b>(4.232)</b>	(3.287)	(2.378)
Recursos brutos gerados por investimentos mantidos até o vencimento. ....	<b>4.253</b>	3.299	2.459
Aquisição de imobilizado .....	<b>(21)</b>	(22)	(14)
Outros ativos e passivos. ....	<b>(8)</b>	(4)	(7)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo e investimento .....	<b>(6.890)</b>	(2.423)	(1.400)
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento</b>			
Captações de médio e longo prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos .....	<b>16.181</b>	10.793	5.440
Amortizações .....	<b>(6.086)</b>	(8.321)	(6.595)
Captações de curto prazo:			
Recursos gerados por emissões de títulos .....	<b>2.571</b>	11.588	5.941
Amortizações .....	<b>(3.752)</b>	(10.707)	(4.390)
Garantias recebidas em numerário .....	<b>1</b>	—	—
Valores recebidos de países membros .....	<b>3</b>	5	5
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento .....	<b>8.918</b>	3.358	401
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais</b>			
Compras brutas de investimentos de curto prazo .....	<b>(33.542)</b>	(14.210)	(10.639)
Recursos brutos gerados pela venda ou vencimento de investimentos de curto prazo ..	<b>30.475</b>	12.259	10.761
Receita de operações de crédito, após os swaps .....	<b>2.152</b>	2.412	2.434
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps .....	<b>(1.009)</b>	(1.415)	(1.953)
Receita de investimentos .....	<b>305</b>	568	741
Outras receitas .....	<b>15</b>	11	19
Despesas administrativas. ....	<b>(446)</b>	(431)	(433)
Programas especiais. ....	<b>(38)</b>	(20)	(13)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais. ....	<b>(2.088)</b>	(826)	917
<b>Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa .....</b>	<b>1</b>	(8)	6
<b>Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido .....</b>	<b>(59)</b>	101	(76)
<b>Caixa, início do exercício .....</b>	<b>301</b>	200	276
<b>Caixa, encerramento do exercício .....</b>	<b>\$ 242</b>	<b>\$ 301</b>	<b>\$ 200</b>

As notas explicativas e anexos fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

## CAPITAL ORDINÁRIO

## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Nota A – Origem**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional, constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. As principais atividades do Banco são conduzidas pelo Capital Ordinário, que é suplementado pelo Fundo para Operações Especiais (FOE), pelo Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e pelo Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O FOE foi instituído com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário até 31 de dezembro de 2006 (Nota E). O GRF foi instituído em 2007 com a finalidade de fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou relacionadas a certos projetos.

**Nota B – Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com os princípios contábeis vigentes nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações contábeis exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos julgamentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros, na determinação da adequação das provisões para perdas com empréstimos e garantias, na determinação de obrigações projetadas por benefícios dos planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria, no valor justo dos ativos dos planos e na posição de financiamento e custo líquido de benefícios periódicos associado a esses planos.

**Novos pronunciamentos sobre contabilidade**

Em junho de 2009, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) publicou uma emenda à norma contábil referente à hierarquia dos princípios contábeis dos EUA. (FASB ASC 105-10-65-1). Essa emenda altera a hierarquia dos princípios contábeis usados na preparação de demonstrações contábeis de entidades não governamentais e estabelece a Codificação de Normas de Contabilidade do FASB (FASB ASC) como a fonte mais autorizada de informações sobre princípios de contabilidade reconhecida pelo FASB para aplicação, por entidades não governamentais, na preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os PCGA dos Estados Unidos da América. A adoção dessa emenda, que entrou em vigor para o

Banco em 30 de setembro de 2009, não teve impacto sobre as demonstrações contábeis do Banco.

O Banco adotou uma emenda às normas de contabilidade aplicáveis a derivativos e hedging (FASB ASC 815-10-65-1) no primeiro trimestre de 2009. A emenda alterou e expandiu as exigências de divulgação para derivativos e hedging, passando a exigir divulgações qualitativas sobre os objetivos e estratégias relacionadas ao uso de derivativos, divulgações quantitativas sobre o valor justo de instrumentos derivativos e divulgações sobre características contingentes relacionadas ao risco de crédito existentes nos contratos de derivativos. As disposições dessa norma não afetaram a situação financeira do Banco nem o resultado de suas operações. As exigências de divulgação do FASB ASC 815-10-65-1 foram incorporadas à Nota J – Derivativos.

Além disso, o Banco adotou uma emenda às normas contábeis relacionada com os planos de pensões com benefícios definidos e outros planos de pós-aposentadoria (FASB ASC 715-20). A emenda expande as exigências de divulgação sobre os ativos dos planos de pensões e benefícios de pós-aposentadoria do Banco, de modo a exigir informações sobre decisões de alocação de investimento, principais categorias de ativos dos planos, divulgações adicionais sobre as medições de valor justo e concentrações de risco significativas dentro dos ativos dos planos. As exigências de divulgação FASB ASC 715-20 foram incorporadas à Nota Q – Planos de Pensões e Benefícios Pós-Aposentadoria.

Em 9 de abril de 2009, o FASB publicou as seguintes emendas, com o objetivo de orientar melhor sobre a aplicação e melhorar as divulgações a respeito de medições de valor justo e prejuízo ao valor de títulos: (i) o FASB ASC 820-10-65-4 apresenta diretrizes para tornar as medições ao valor justo mais condizentes com os princípios apresentados na norma contábil sobre Medições e Divulgações de Valor Justo; além disso, essa emenda exige um aprimoramento nas divulgações sobre ativos e passivos financeiros contabilizados ao seu valor justo. Essas divulgações aprimoradas foram incluídas na Nota K – Medições ao Valor Justo. (ii) O FASB ASC 825-10-65-1 torna mais consistentes os relatórios financeiros, obrigando a divulgação de valor justo para as datas intermediárias, em vez de só no encerramento do exercício. (iii) O FASB ASC 320-10-65-1 emendou as normas contábeis aplicáveis a Investimentos – Títulos de Dívida e Participações Acionárias para oferecer mais instruções destinadas a dar mais clareza e consistência à contabilidade, apresentação e divulgação de prejuízos ao valor de títulos. Esses pronunciamentos sobre contabilidade foram adotados no segundo trimestre de 2009 e não afetaram a posição financeira do Banco nem os resultados de suas operações.

Em maio de 2009, o FASB publicou a norma contábil Eventos Subsequentes (FASB ASC 855-10). O objetivo deste pronunciamento contábil é estabelecer normas gerais de conta-

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

bilidade relacionadas com eventos ocorridos entre a data do balanço e a data em que as demonstrações contábeis são publicadas ou ficam prontas para a publicação, bem como as divulgações aplicáveis. O Banco adotou o FASB ASC 855-10 no segundo trimestre de 2009 e a respectiva divulgação aparece na Nota U – Eventos Subsequentes.

Em agosto de 2009, o FASB ASC foi atualizado pela Atualização de Norma Contábil ASU N° 2009-05, “Medição de Passivos ao seu Valor Justo”. A ASU N° 2009-05 esclarece que, na falta de um preço cotado em um mercado ativo para um passivo idêntico, o valor justo do passivo deve ser medido com técnicas de avaliação que usem, entre outros dados, o preço cotado para um passivo idêntico ou similar quando negociado em forma de ativo, ou o valor que seria recebido para adquirir um passivo idêntico. Essa atualização foi adotada no quarto trimestre de 2009 e não afetou a posição financeira do Banco nem os resultados de suas operações.

Em setembro de 2009, o FASB publicou a ASU N° 2009-12, “Investimentos em Certas Entidades que Calculam o Valor Patrimonial Líquido por Ação (ou seu Equivalente)”. A ASU N° 2009-12 contém mais orientação sobre a medição do valor justo de certos investimentos alternativos. De acordo com a orientação atualizada, as entidades podem, em certas condições e por motivos de praticidade, estimar o valor justo de investimentos cobertos pelo documento, usando o valor patrimonial líquido por ação do investimento, determinado na data de medição da entidade informante. A orientação atualizada também exige mais divulgações para permitir que os usuários das demonstrações contábeis entendam melhor a natureza e riscos dos investimentos alternativos da entidade informante. Essa atualização foi adotada no quarto trimestre de 2009 e não afetou a posição financeira do Banco nem os resultados de suas operações.

Durante 2009, o FASB publicou a ASU N° 2009-16, “Transferência e Serviço (Tópico 860) – Contabilização de Transferências de Ativos Financeiros”. A ASU N° 2009-16 emenda a norma sobre Transferência e Serviço (FASB ASC 860) com o objetivo de aumentar a relevância e comparabilidade das informações prestadas pela entidade em suas demonstrações contábeis sobre transferências de ativos financeiros; os efeitos de transferência sobre sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa; e a eventual continuação do envolvimento do cedente com os ativos financeiros cedidos. A ASU N° 2009-16 vigora para o Banco para os períodos de relatório anual e intermediário após 1° de janeiro de 2010 e não deve ter impacto relevante na posição financeira do Banco nem nos resultados de suas operações.

Também durante 2009, o FASB publicou a ASU N° 2009-17, “Consolidações (Tópico 810) – Aperfeiçoamentos nos

Relatórios Financeiros de Empreendimentos Envolvidos com Entidades de Participação Acionária Variável”. A ASU N° 2009-17 altera significativamente os critérios para determinar se é necessária a consolidação de uma entidade de participação societária variável. Também aborda o efeito das alterações exigidas pela ASU N° 2009-16 sobre a norma a respeito de Consolidação (FASB ASC 810-10-15-12) e as preocupações com a possibilidade de as divulgações e contabilizações sob a norma de Consolidação nem sempre prestarem informações úteis e em tempo hábil sobre o envolvimento de uma entidade com entidade de participação societária variável. A ASU N° 2009-17 vigora para o Banco para os períodos de relatório anual e intermediário após 1° de janeiro de 2010 e não deve ter impacto relevante na posição financeira do Banco nem nos resultados de suas operações.

### Contabilização de valores expressos em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis do Banco são expressas em dólares dos Estados Unidos. Entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, que, em tais circunstâncias, são consideradas funcionais. Os recursos do Capital Ordinário são derivados de capital, captações e resultados acumulados nessas diversas moedas. Os ativos e passivos expressos em moedas funcionais são traduzidos para dólares dos Estados Unidos a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. Com exceção dos ativos monetários derivados da integralização de capital social, que contam com manutenção de valor, como descrito a seguir, os ajustes líquidos resultantes da tradução de valores de moedas funcionais são debitados ou creditados a Ajustes de tradução<sup>1</sup> e apresentados como componente separado de Outros resultados abrangentes na Demonstração do Resultado Abrangente. As captações em moedas não funcionais são traduzidas e o ganho ou perda é contabilizado como Ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo, na Demonstração de Resultado e Lucros Retidos. As receitas e despesas são traduzidas às taxas praticadas pelo mercado durante cada mês.

### Avaliação do capital

O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) estipula que o capital seja expresso em termos de dólares dos Estados Unidos, com peso e título de 1° de

<sup>1</sup> As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecerem nas notas às demonstrações contábeis.



CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Consequentemente, a Assessoria Jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para o capital do Banco e para fins de manutenção de valor dos ativos monetários mantidos pelo Banco. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelos órgãos que governam o Banco e de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos atuais.

**Manutenção de valor (MV)**

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do Capital Ordinário mantidos em sua moeda, exceto quanto à parcela derivada de captações. Da mesma forma, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um valor em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro, exceto quanto à parcela derivada de captações. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros não mutuários do Banco é apresentado como ativo ou passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Valores necessários/a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários.

**Lucros retidos**

Os lucros retidos incluem a reserva geral e a reserva especial. A reserva geral consiste nos resultados de exercícios anteriores, retidos para as operações do Banco. De acordo com as decisões da Assembleia de Governadores, o resultado líquido é, de modo geral, adicionado à reserva geral, para cobrir o possível excesso de despesas sobre receitas durante o exercício.

A reserva especial consiste em comissões sobre empréstimos reservadas, de acordo com o Convênio, as quais são mantidas em forma de investimentos. Esses investimentos podem ser usados exclusivamente para cobrir as obrigações do Banco por captações e garantias em caso de inadimplência com relação a empréstimos que o Banco tenha concedido, dos quais participe ou os quais garanta com recursos do Capital Ordinário. A alocação dessas comissões à reserva especial cessou em 1998 e não estão sendo feitas novas adições.

**Investimentos**

Os investimentos em títulos são classificados de acordo com as intenções da Administração na data de aquisição e são registrados na data da operação. Os títulos que a Administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento são incluídos na carteira de títulos para manutenção até o vencimento e demonstrados ao custo amortizado. Todos os outros títulos são mantidos em uma carteira de curto prazo. Os títulos e respectivos instrumentos derivativos (em sua maior parte swaps de taxa de juros e cambiais), mantidos na carteira de curto prazo, são contabilizados e apresentados ao valor justo, e as variações no valor justo são refletidas em Receita de investimentos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

**Empréstimos**

O Banco concede empréstimos aos países membros em desenvolvimento, a órgãos ou divisões políticas desses países e a empresas privadas que estejam realizando projetos em seus territórios. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. No máximo, 10% do saldo de empréstimos e garantias, exceto empréstimos de emergência e empréstimos concedidos pelo Programa de Liquidez para a Sustentabilidade do Crescimento (Programa de Liquidez), podem beneficiar diretamente entidades do setor privado ou entidades subsoberanas (“entidades qualificadas”), sem garantia governamental (“operações sem garantia soberana”), com base nas condições de preços vigentes no mercado. Esses financiamentos estão sujeitos a certos limites, incluindo um teto equivalente ao menor entre US\$ 200 milhões ou 50% do custo total no caso de projetos de expansão e garantias de crédito, e uma restrição dos valores a 25% (ou 40%, no caso de certos países) da capitalização total da entidade em termos da relação entre endividamento e patrimônio, e 25% do custo total (40%, no caso de certos países) para novos projetos. O Banco também pode prestar garantias de risco político, dentro do limite de US\$ 200 milhões ou 50% do custo total do projeto. Em condições excepcionais, a Diretoria Executiva pode aprovar financiamentos de projetos no valor de até US\$ 400 milhões. Além disso, a exposição máxima do Banco a qualquer devedor por operações sem garantia soberana não pode exceder 2,5% do patrimônio do Banco, no momento da aprovação.

Aproximadamente 8% do saldo da carteira são constituídos por empréstimos sujeitos a amortização em diversas moedas determinadas com base em um sistema de fundo comum de moedas (Fundo Comum de Moedas – FCM). O principal dos empréstimos do Fundo Comum de Moedas é amortizável, no seu agregado, nas mesmas moedas do empréstimo.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, por serem considerados irrelevantes. Os encargos iniciais sobre empréstimos de emergência do Programa de Liquidez normalmente são diferidos e amortizados durante os quatro primeiros anos do prazo do empréstimo, usando o método retilinear, que dá resultados semelhantes aos dos juros efetivos.

O resultado dos empréstimos é reconhecido pelo regime de competência. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um país membro ou por ele garantidos, se as amortizações do principal ou os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora há mais de 180 dias. Além disso, quando um empréstimo concedido a qualquer país membro com recursos do FOE ou de qualquer outro fundo de titularidade do Banco ou sob sua gestão for colocado em regime de caixa, todos os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a esse governo, ou garantidos por ele, também serão colocados em regime de caixa. Na data em que é suspensa a contabilização de juros sobre os empréstimos a um país-membro, o saldo de juros a pagar e outros encargos acumulados sobre os empréstimos concedidos a esse membro são debitados ao resultado do período. Os juros e outros encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos forem de fato recebidos pelo Banco. Na data em que um país membro paga o total dos valores vencidos, recomeça a contabilização de juros, o país readquire a qualificação para novos empréstimos e todos os encargos vencidos (inclusive os dos exercícios anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no período corrente.

No caso de empréstimos sem garantia soberana, a política do Banco é contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos a um mesmo devedor quando os pagamentos de juros e outros encargos relacionados com esse empréstimo estiverem em mora superior a 90 dias, ou antes quando a administração tiver dúvidas sobre a possibilidade de recebimento. Desse momento em diante, as receitas são contabilizadas em regime de caixa até que o serviço seja regularizado e a Administração não tenha mais dúvidas sobre o recebimento futuro dos valores envolvidos. Se o risco de inadimplência for considerado particularmente alto no momento da regularização das moras, a contabilização dos empréstimos concedidos ao mutuário não voltará automaticamente ao regime de competência.

O Banco considera prejudicado um empréstimo sem garantia soberana quando, com base em informações e eventos atuais, parecer provável que o Banco não tenha condições de receber todos os valores previstos pelo contrato de empréstimo original. São constituídas provisões específicas para as perdas

relacionadas com empréstimos prejudicados, de acordo com critérios de gestão baseados no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva do empréstimo, ou com base no valor justo das garantias.

O Banco não reescala empréstimos soberanos garantidos e jamais teve de baixar um empréstimo desse tipo concedido pelo Capital Ordinário. O Banco periodicamente examina a viabilidade do recebimento de empréstimos e garantias e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com empréstimos e garantias, de acordo com sua determinação do risco de cobrança da carteira de empréstimos e garantias. Esses exames consideram as probabilidades de inadimplência associadas com as classificações de crédito externas de cada devedor, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência em relação ao Banco, bem como o potencial para perdas resultantes da mora na amortização de empréstimos. Em razão da natureza dos mutuários e garantidores, a expectativa do Banco é que todos os empréstimos com garantia soberana sejam liquidados.

**Garantias**

O Banco pode prestar garantias de risco político e garantias de crédito parciais, sem contragarantia soberana dentro do limite de 10% estabelecido para tais operações ou com contragarantia soberana de um país membro. Como parte das atividades de empréstimo sem garantia soberana, o Banco prestou garantias de risco político e garantias de crédito parciais, concebidas para encorajar investimentos do setor privado em projetos de infraestrutura, desenvolvimento dos mercados de capitais locais e financiamento ao comércio exterior. As garantias de riscos políticos e garantias de crédito parciais podem ser oferecidas separadamente ou em conjunto com um empréstimo do Banco. As garantias de risco político cobrem eventos de risco específicos relacionados com fatores não comerciais, como a conversibilidade de moeda, a transferibilidade de moeda para fora do país hospedeiro e a inadimplência governamental. As garantias de crédito parciais cobrem riscos de pagamento de dívidas ou transações de financiamento ao comércio exterior. O Banco também presta garantias de crédito totais para transações de financiamento de comércio sob o Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (PFFC). Os termos de todas as garantias são estabelecidos especificamente nos respectivos contratos e estão vinculados principalmente a um projeto, aos termos de emissões de instrumentos de dívida ou a transações de financiamento ao comércio exterior. Conforme o caso, dependendo dos riscos cobertos e da natureza de cada projeto, o Banco pode ressegurar certas garantias para reduzir sua exposição. As taxas de garantia, líquidas de prêmios de resseguro, são debitadas e reconhecidas como resultado durante a vigência da garantia.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

As garantias entram em vigor no momento em que o mutuário incorre na obrigação financeira subjacente e são exigidas quando a parte garantida exige pagamento sob os termos da garantia. O valor da garantia em vigor representa o máximo risco potencial no caso de os pagamentos garantidos para essas entidades não serem efetuados. O passivo contingente relacionado com as prováveis perdas relacionadas com garantias prestadas é refletido em Contas a pagar e despesas acumuladas.

O Banco administra o risco de crédito nas garantias sem contragarantia soberana por intermédio de um sistema interno de classificação de riscos de crédito, que inclui as categorias excelente, muito sólido, sólido, satisfatório, razoável, fraco e possibilidade de perda. Essas categorias refletem a qualidade de crédito da parte garantida e o impacto das garantias externas disponíveis (como as garantias de patrocinadores) que mitigam o risco de pagamento ao Banco.

**Valores a receber de países membros**

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial do capital subscrito integralizado de um membro; notas a prazo, não negociáveis e não remuneradas, recebidas em pagamento de obrigações de MV, e outras obrigações de MV.

**Imobilizado**

O Imobilizado é contabilizado ao custo. As benfeitorias de valor significativo são capitalizadas, enquanto substituições, manutenção e reparos de rotina são debitados ao resultado do exercício. A depreciação é computada pelo método retilinear de acordo com a vida útil de serviço dos respectivos ativos (30 a 40 anos para os prédios, 10 anos para as melhorias e software capitalizado e 5 a 15 anos para equipamento).

**Captações**

Para assegurar a disponibilidade de fundos para operações de crédito e para manutenção de liquidez, o Banco capta recursos nos mercados de capitais internacionais, oferecendo títulos de sua emissão a investidores públicos e privados. O Banco também emite instrumentos de dívida denominados em várias moedas, com diversos vencimentos, formatos e estruturas. Emite também notas com deságio, para gestão de liquidez de curto prazo.

Certas captações, em sua maior parte ativos remunerados a taxas de juros variáveis, são apresentadas ao seu valor justo no balanço patrimonial. O componente de juros das variações no valor justo das captações é apresentado nas Despesas de captação durante a vigência do contrato de captação. As variações restantes no valor justo desses investimentos são contabilizadas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos deri-

vativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao valor justo na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

O restante das captações é apresentado ao seu valor nominal (valor de face), ajustado para refletir os eventuais ajustes na base valor justo, prêmios e descontos a amortizar. As amortizações desses itens são calculadas usando uma metodologia que se aproxima do método de juros efetivos, e são refletidas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao valor justo e nos Juros sob Despesas de captação, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

O custo de emissão das captações contabilizadas pelo seu valor justo é debitado do resultado na emissão, ao passo que o custo de emissão das captações contabilizadas pelo custo amortizado é diferido e amortizado pelo método retilinear (que se aproxima do método dos juros efetivos) durante a vida do respectivo título de dívida. O saldo a amortizar dos custos de emissão de captações é apresentado separadamente sob Outros ativos no Balanço Patrimonial e os valores debitados ao resultado ou amortizados são refletidos em Custos de emissão de captações em Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

As despesas de juros sobre captações são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios, líquidas do componente de juros dos derivativos de captação, são calculadas de maneira que se aproxima do método do rendimento efetivo, na emissão das captações, e são incluídas em Despesas de captação na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

**Derivativos**

Como parte de sua gestão de ativos e passivos, o Banco usa derivativos, na sua maior parte swaps cambiais e de taxas de juros, em suas operações de investimentos, empréstimos e captações. Esses derivativos modificam as características de taxas de juros ou de câmbio da operação, para produzir o tipo de taxa de câmbio ou de juros desejado.

Todos os derivativos são reconhecidos no Balanço Patrimonial ao seu valor justo e classificados como ativos ou passivos dependendo da natureza (devedora ou credora) de seu valor justo líquido.

As variações no valor justo de derivativos para investimento e no respectivo componente de juros são registradas em Receita de investimentos. O componente de juros das variações no valor justo dos derivativos de empréstimos e captações é contabilizado como Receitas de empréstimos e Despesas de captação, respectivamente, durante a vida do contrato de derivativos. As variações restantes no valor justo desses investimentos são contabilizadas em Lucro (prejuízo) líquido a realizar

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao valor justo na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

O Banco ocasionalmente emite instrumentos de dívida com derivativos embutidos. Esses títulos são alocados ao financiamento de ativos remunerados a taxas variáveis e contabilizados pelo seu valor justo.

### Despesas administrativas

Como parte do realinhamento de suas operações, o Banco incorreu em despesas no valor de US\$ 11 milhões durante 2009 (2008 – US\$ 5 milhões; 2007 – US\$ 55 milhões), que foram incluídas em Despesas administrativas, na Demonstração do Resultado e Lucros retidos.

Todas as Despesas administrativas do Banco, excluindo as despesas de realinhamento (que são totalmente absorvidas pelo Capital Ordinário), são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com fórmulas de alocação aprovadas pela Diretoria Executiva. Durante 2009, as proporções efetivas de alocação de despesas administrativas foram de 97,7% para o Capital Ordinário e 2,3% para o FOE (2008 – 87,3% e 12,7%; 2007 – 88,5% e 11,5%).

### Programas especiais

Os programas especiais financiam auxílio a fundo perdido e para recuperação contingente aos países membros mutuários. Os projetos individuais participantes desses programas são contabilizados como Despesas com programas especiais no momento da aprovação. Os cancelamentos de saldos não desembolsados e financiamentos de recuperação contingente são compensados contra Despesas com programas especiais no período em que ocorrerem.

### Impostos

O Banco, seus bens, outros ativos, resultados e as operações e transações executadas de acordo com o Convênio são imunes a toda tributação e todos os direitos aduaneiros nos seus países membros.

### Planos de pensão e pós-aposentadoria

A posição de financiamento dos planos de benefício do Banco é reconhecida no Balanço Patrimonial. A posição de financiamento é medida como a diferença entre o valor justo dos ativos do plano e das obrigações por benefícios em 31 de dezembro, a data da medição. Os planos de benefícios sobrefinanciados, nos casos em que o valor justo dos ativos do plano excede o das obrigações por benefícios, são agregados e registrados como Ativos por planos de benefícios, ao passo que os planos de benefícios subfinanciados, nos quais as obrigações por benefícios

excedem o valor justo dos ativos dos planos, são agregados e registrados como Passivos por planos de benefícios.

Os ganhos e perdas atuariais líquidos e custos de serviços anteriores que não forem reconhecidos como componentes do custo líquido de benefícios periódicos, no momento em que surgirem, serão reconhecidos como componentes de Outras receitas abrangentes na Demonstração de resultado abrangente. Esses ganhos e perdas atuariais líquidos e custos de serviços anteriores são posteriormente reconhecidos como componente do custo líquido de benefícios periódicos, segundo as disposições referentes a reconhecimento e amortização das normas contábeis aplicáveis.

O custo líquido de benefícios periódicos é registrado como Despesa administrativa na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e inclui custo do serviço, custo de juros, retorno esperado sobre os ativos do plano, amortização de custos de serviços anteriores e ganhos/perdas anteriormente reconhecidos como componentes de Outros resultados abrangentes remanescentes em Outros resultados abrangentes acumulados.

### Nota C – Moedas sujeitas a restrições

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de caixa incluía US\$ 131 milhões (2008 – US\$ 131 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais. Esses valores podem ser utilizados pelo Banco nas operações de empréstimo do Capital Ordinário e para o pagamento de despesas administrativas. O valor de US\$ 20 milhões (2008 – US\$ 21 milhões) estava sob restrição de um membro, de acordo com as disposições do Convênio, no que se refere ao uso para o pagamento de bens e serviços em seu território.

### Nota D – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe em obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, títulos lastreados em ativos e hipotecas, e instrumentos derivativos correlatos, particularmente swaps cambiais e de taxas de juros.

No caso de títulos públicos e de órgãos governamentais, incluindo os emitidos por uma entidade da administração indireta ou qualquer outra entidade oficial de um governo, o Banco investe em títulos emitidos ou incondicionalmente garantidos pelos governos de certos países com classificação mínima de qualidade de crédito equivalente a AA– (os títulos lastreados em ativos e hipotecas exigem uma classificação equivalente a AAA). As obrigações de organizações multilaterais requerem qualidade de crédito equivalente a uma classificação AAA. Além disso, o Banco investe em obrigações bancárias emitidas ou garantidas por uma entidade com classificação de pelo menos A+ para títulos de renda fixa sênior e em empresas com qualidade de

## CAPITAL ORDINÁRIO

## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

crédito equivalente à classificação AA– (títulos privados lastreados em ativos ou hipotecas com qualidade de crédito equivalente à classificação AAA). O Banco também investe em títulos de curto prazo das classes de ativos de investimento qualificado, acima mencionadas, exclusivamente quando tiverem a mais elevada classificação de crédito de curto prazo.

Os ganhos (perdas) líquidos a realizar sobre instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2009 totalizavam US\$ 382 milhões (2008 – US\$ (1.596) milhões; 2007 – US\$ (280) milhões), e são refletidos em Receita (despesa) de investimentos. Os ganhos e perdas a realizar reconhecidos se relacionam substancialmente com a parcela da carteira de curto prazo constituída pelos títulos lastreados em ativos e por hipotecas, que totalizava US\$ 3,9 bilhões, US\$ 4,2 bilhões, e US\$ 6,6 bilhões em 31 de dezembro de 2009, 2008, e 2007, respectivamente.

A carteira de investimentos começou a se recuperar da crise dos mercados financeiros no segundo trimestre de 2009, momento em que as condições do mercado financeiro começaram a mostrar sinais de melhora. O efeito da crise, caracterizado pela liquidez limitada e pelo aumento na volatilidade nos mercados, continua a afetar, em extensão menor, a capacidade do Banco para mitigar o risco de crédito pela venda ou hedging de suas exposições. Além disso, as avaliações continuam a sofrer o efeito de fatores de mercado, tais como as medidas tomadas pelas agências de classificação de crédito e preços das transações reais, mas já mostram sinais de recuperação, o que se nota pelos ganhos de atualização da carteira de curto prazo ao mercado reconhecidos pelo Banco durante 2009. O Banco continua a maximizar, na medida do possível, o uso de informações do mercado na avaliação de seus investimentos de curto prazo, incluindo serviços de precificação externos, preços de distribuidoras independentes e curvas de rendimento de mercado observáveis.

Um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de curto prazo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 é apresentado na Demonstração Resumida dos Investimentos de Curto Prazo e Swaps, no Anexo I-1. Além disso, um resumo da posição do Banco em instrumentos da carteira de investimentos mantidos até o vencimento e o cronograma de vencimento da carteira, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, são apresentados na Demonstração Resumida dos Investimentos Mantidos até o Vencimento, no Anexo I-2.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o Banco não tinha, na carteira de investimentos mantidos até o vencimento, nenhum investimento classificável como prejudicado não temporariamente. Os investimentos mantidos até o vencimento, com perdas a realizar acumuladas, que não foram considerados prejudicados senão temporariamente em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são resumidos a seguir (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	31 de dezembro de 2009					
	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
Categoria de investimento	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA .....	\$552	\$(3)	\$51	\$(4)	\$603	\$(7)
Total .....	<u>\$552</u>	<u>\$(3)</u>	<u>\$51</u>	<u>\$(4)</u>	<u>\$603</u>	<u>\$(7)</u>

	31 de dezembro de 2008					
	Menos de 12 meses		12 meses ou mais		Total	
Categoria de investimento	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar	Valor justo	Perdas a realizar
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA .....	\$191	\$(1)	\$116	\$(17)	\$307	\$(18)
Títulos lastreados em ativos .....	34	(1)	—	—	34	(1)
Total .....	<u>\$225</u>	<u>\$(2)</u>	<u>\$116</u>	<u>\$(17)</u>	<u>\$341</u>	<u>\$(19)</u>

O Banco investe exclusivamente em instrumentos com alta qualidade de crédito. Em 31 de dezembro de 2009, 68,2% dos Investimentos detidos até o vencimento tinham a classificação AAA, 24% tinham a classificação AA, 6,5% tinham a classificação A e 1,3% tinha a classificação BBB. A expectativa é que o Banco receba todos os valores de acordo com os termos contratuais em vigor na data de aquisição desses investimentos. Sendo assim, o Banco considera esses investimentos como somente “temporariamente prejudicados” em 31 de dezembro de 2009.

**Nota E – Saldo de empréstimos e garantias**

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembolsos somente começam quando mutuário e eventual garantidor satisfazem certas condições suspensivas.

A carteira inclui os seguintes tipos de empréstimos com garantia soberana: i) empréstimos de fundo comum denominados em uma só moeda (MMU, baseados na LIBOR, MMU Ajustáveis e do Guichê em Dólares dos Estados Unidos) bem como empréstimos de fundo comum em múltiplas moedas (empréstimos do FCM), e ii) empréstimos em moeda única não feitos pelos conjuntos (MMU e FCM – empréstimos a taxas



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

ajustáveis convertidos em empréstimos em US\$ com base na LIBOR e com taxas de custos fixas, empréstimos com taxas baseadas em custo fixo do MMU, empréstimos do Programa de Liquidez e de emergência, e empréstimos do Mecanismo em Moda Local (MML). Em 31 de dezembro de 2009, somente havia disponibilidade de empréstimos do MMU baseados em LIBOR e MML. Além disso, a carteira de empréstimos inclui empréstimos sem garantia soberana.

Os empréstimos do Mecanismo de Moeda Única (MMU) baseados na LIBOR são denominados em uma dentre quatro moedas: dólares dos Estados Unidos da América, euros, ienes ou francos suíços, ou em uma combinação dessas moedas, e são remunerados a uma taxa de juros repactuada trimestralmente, com base na LIBOR para três meses específica para a moeda, mais uma margem, baseada no conjunto de moedas, que reflete os custos de captação do Banco e sua margem de concessão de empréstimos. Os saldos dos empréstimos MMU baseados na LIBOR podem ser convertidos em taxas de custo com base fixa, respeitadas certas condições.

Os empréstimos do MMU a taxas reajustáveis são remunerados a uma taxa de juros repactuada a cada seis meses, para refletir o custo efetivo específico de cada moeda do conjunto de captações alocado a tais empréstimos durante os seis meses anteriores, mais a margem do Banco.

Para os empréstimos do FCM, o Banco mantém uma meta de composição de 50% em dólares dos Estados Unidos, 25% em ienes e 25% em moedas europeias. Os empréstimos aprovados antes de 1989 são remunerados a uma taxa fixa, ao passo que os empréstimos aprovados entre 1990 e 2003 têm suas taxas repactuadas duas vezes ao ano, para refletir o custo efetivo do conjunto de captações alocado a tais empréstimos durante os seis meses anteriores, mais a margem do Banco.

Em janeiro de 2009, a Diretoria Executiva decidiu (i) oferecer aos mutuários a oportunidade de converter em datas específicas em 2009 e 2010, os saldos de empréstimos desembolsados e a desembolsar dos produtos com taxas reajustáveis do MMU e FCM para taxas de custo com base fixa ou baseada na US\$ LIBOR, ou mesmo em uma combinação de ambas. Como resultado da primeira parcela, o Banco, em nome de seus mutuários, executou conversões de saldos de empréstimos a amortizar a taxas de mercado no valor de US\$ 26,3 bilhões, com entrada em vigor em 1º de agosto de 2009, como segue: US\$ 1,6 de FCM convertidos à taxa com base em US\$ LIBOR, US\$ 5,4 bilhões de FCM em taxa de custo baseada em US\$ fixos, US\$ 1,2 bilhões de MMU em taxa baseada em US\$ LIBOR e US\$ 18,1 bilhões de MMU em taxa de custo com base fixa. Os futuros desembolsos dos empréstimos convertidos vão ser remunerados à mesma base de custo fixo, que exclui a margem do banco, sobre a LIBOR determinada na data em que foi executada a conversão.

Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional aprovados pela Assembleia de Governadores em 2007, o Banco oferece empréstimos concessionais que combinam empréstimos do Capital Ordinário e do FOE (“empréstimos paralelos”). A parcela dos empréstimos paralelos que compete ao Capital Ordinário se constitui de operações reajustáveis do MMU, com vencimentos de 30 anos e 6 anos de carência.

Com o Mecanismo de Empréstimos de Emergência e o Programa de Liquidez, o Banco fornece fundos para enfrentar emergências financeiras na região, num valor rotativo agregado máximo de US\$ 3 bilhões. Os empréstimos são denominados em dólares dos Estados Unidos, seu prazo não pode exceder cinco anos e a amortização do principal tem de começar após três anos. Os juros sobre esses empréstimos são calculados à taxa LIBOR para seis meses, mais uma margem de 400 pontos-base.

O MML oferece aos mutuários a opção de receber empréstimos em moeda local em três modalidades diferentes: i) empréstimos diretamente em moeda local ou conversão para moeda local de futuros desembolsos e/ou saldos devedores; ii) swaps diretos em moeda local contra dívidas do Banco; e iii) conversões de garantias exigidas para moeda local. O uso dessas modalidades está sujeito à disponibilidade da respectiva moeda local e do(s) instrumento(s) apropriado(s) de mitigação de risco nos mercados financeiros. Os saldos em carteira do mecanismo em moeda local são remunerados a uma taxa de juros fixa, flutuante ou atrelada à inflação. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco tinha feito conversões cumulativas em moeda local de desembolsos de empréstimos e de saldos em carteira no valor de US\$ 1.438 milhões (2008 – US\$ 288 milhões).

Até junho de 2007, o Banco oferecia também empréstimos com garantia soberana no Programa de Guichê em Dólares dos Estados Unidos, com taxas fixas ou baseadas na LIBOR, destinados a repasses para mutuários do setor privado.

O Banco também oferece empréstimos sem garantia soberana a entidades qualificadas, sob várias condições. Os empréstimos sem garantia soberana podem ser denominados em dólares dos Estados Unidos, ienes, euros, francos suíços ou moeda local, e os devedores podem optar por taxas flutuantes, fixas ou atreladas à inflação. No caso dos empréstimos com taxa flutuante, a taxa de juros é repactuada mensal, trimestral ou semestralmente, com base na LIBOR, mais margem de crédito. As margens e encargos sobre essas operações são calculados separadamente para cada empréstimo.

Os encargos sobre empréstimos normais do Banco consistem em uma margem de 0,30% ao ano sobre o saldo em carteira, mais uma comissão de crédito de 0,25% ao ano sobre o valor a desembolsar em moeda conversível, sem taxa de supervisão e inspeção. Com o objetivo de fortalecer ainda mais a capi-

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

talização do Banco e manter a solidez financeira da instituição, a Diretoria Executiva aumentou a margem sobre os empréstimos de 0,30% para 0,95% para o segundo semestre de 2009 e primeiro trimestre de 2010. Esses encargos se aplicam exclusivamente a empréstimos com garantia soberana, excluindo empréstimos de emergência e empréstimos concedidos pelo Programa de Liquidez, que compreendem aproximadamente 93% da carteira de empréstimos e estão sujeitos à aprovação e análise periódica pela Diretoria Executiva.

Um resumo da posição do Banco em empréstimos, por país, é apresentado no Anexo I-3 e um resumo do saldo de empréstimos concedidos pelo Banco, por moeda e tipo de produto, juntamente com o cronograma de vencimento em 31 de dezembro de 2009 e 2008, é apresentado no Anexo I-4.

A receita de impostos caiu de US\$ 221 milhões (2008 – US\$ 16 milhões; 2007 – US\$ 5 milhões) que representam o componente de juros líquidos das transações de swap de empréstimo correlatas.

**Corporação Interamericana de Investimentos (CII)**

O Banco aprovou um empréstimo no valor de US\$ 300 milhões para a CII (uma organização internacional separada, cujos 44 países membros também são membros do Banco). Os desembolsos sob esse empréstimo são feitos em dólares dos Estados Unidos e vencem juros baseados na LIBOR. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo desse empréstimo totalizava US\$ 100 milhões (2008 – US\$ 100 milhões).

**Garantias e participações de empréstimos**

Segundo as provisões dos contratos de empréstimo com seus mutuários, o Banco pode vender participações em seus empréstimos a bancos comerciais ou outras instituições financeiras, mas reserva-se a administração dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2009, havia US\$ 3.130 milhões (2008 – US\$ 2.437 milhões) em participações em empréstimos sem garantia soberana não refletidas no Balanço Patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2009, o Banco tinha aprovado garantias que não se referiam a operações de financiamento de comércio, sem contragarantias soberanas, líquidas das canceladas e expiradas, no valor de US\$ 1.404 milhões (2008 – US\$ 1.399 milhões). Além disso, o Banco aprovou uma garantia com contragarantia soberana no valor de US\$ 60 milhões. Com o Programa de Facilitação do Financiamento do Comércio (PFFC), o Banco concede garantias plenas sem contragarantia soberana para transações e financiamento de comércio. Esse programa autoriza linhas de crédito em apoio a bancos emissores aprovados, respeitado o saldo máximo agregado de US\$ 1 bilhão em qualquer momento. Até 31 de dezembro de 2009, tinham sido autorizadas por este programa linhas de crédito para

o financiamento do comércio num total de US\$ 612 milhões (2008 – US\$ 425 milhões).

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de garantias em vigor e sujeitas à exigência totalizava US\$ 988 milhões (2008 – US\$ 1.035 milhões), inclusive US\$ 97 milhões (2008 – US\$ 141 milhões) prestadas pelo PFFC. Um total de US\$ 50 milhões (2008 – US\$ 54 milhões) foi ressegurado para reduzir a exposição do Banco. As garantias têm prazos de vencimento remanescentes que variam de 1 a 16 anos, com exceção das garantias relacionadas com comércio, cujo prazo máximo é de três anos. Jamais foi exigida garantia alguma das prestadas pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2009, a exposição do Banco em garantias sem contragarantia soberana, líquida de resseguro, totalizava US\$ 834 milhões e estava classificada da seguinte maneira (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Classificação de risco de crédito interna	Total
Excelente .....	\$107
Muito sólido .....	154
Sólido .....	26
Satisfatório .....	182
Razoável .....	239
Fraco .....	112
Possibilidade de perda .....	14
<b>Total .....</b>	<b>\$834</b>

**Subsídio ao MFI**

O MFI foi constituído em 1983 pela Assembleia de Governadores do Banco, com o propósito de subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. Durante 2009, o MFI pagou US\$ 39 milhões (2008 – US\$ 50 milhões; 2007 – US\$ 48 milhões) em juros em favor de mutuários. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente pela reserva geral do FOE. Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, o financiamento do MFI foi interrompido e o MFI deixou de conceder subsídios a empréstimos aprovados após 31 de dezembro de 2006.

**Empréstimos prejudicados e provisão para perdas com empréstimos e garantias**

Em 31 de dezembro de 2009, certos empréstimos sem garantia soberana estavam classificados como prejudicados. Os investimentos em empréstimos prejudicados contabilizados em 31 de dezembro de 2009 totalizavam US\$ 110 milhões (2008 – US\$ 288 milhões), e o investimento médio registrado durante 2009 totalizava US\$ 300 milhões (2008 – US\$ 2 milhões). Durante 2009 a receita de juros reconhecida sobre empréstimos prejudicados totalizou US\$ 14 milhões (2008 – US\$ 0 milhão; 2007 – US\$ 4 milhões). Se esses empréstimos não estivessem prejudicados, a



CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

receita reconhecida teria sido de US\$ 14 milhões (2008 – US\$ 0 milhão; 2007 – US\$ 3 milhões). Todos os empréstimos prejudicados estão cobertos por provisões específicas para perdas com empréstimos que totalizavam US\$ 29 milhões em 31 de dezembro de 2009 (2008 – US\$ 55 milhões).

A evolução da provisão para perdas com empréstimos e garantias para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 é demonstrada a seguir (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008	2007
Saldo, início do exercício .....	\$169	\$ 70	\$104
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias .....	(21)	93	(13)
Baixas .....	—	—	(21)
Recuperações .....	—	6	—
Saldo, encerramento do exercício .....	<u>\$148</u>	<u>\$169</u>	<u>\$ 70</u>
Composto de:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	\$116	\$136	\$ 51
Provisão para perdas com garantias <sup>(1)</sup> .....	32	33	19
Total .....	<u>\$148</u>	<u>\$169</u>	<u>\$ 70</u>

<sup>(1)</sup> A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em Contas a pagar e despesas acumuladas no Balanço Patrimonial.

**Nota F – Valores a receber de (a pagar a) países membros**

A composição de valores líquidos a receber de (a pagar a) países membros em 31 de dezembro de 2009 e 2008 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Países membros regionais		
em desenvolvimento .....	\$ 393	\$ 397
Canadá .....	(199)	(48)
Países membros extrarregionais .....	<u>(349)</u>	<u>(297)</u>
Total .....	<u>\$ (155)</u>	<u>\$ 52</u>

Esses valores são representados no Balanço Patrimonial como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Valores a receber de países membros .....	\$ 401	\$ 435
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários .....	<u>(556)</u>	<u>(383)</u>
Total .....	<u>\$ (155)</u>	<u>\$ 52</u>

Em 16 outubro de 2009, o Banco fez um acordo com um de seus países membros mutuários, para consolidar o saldo de suas obrigações de Manutenção de Valor para com o Capital Ordinário no valor de US\$ 252 milhões e aceitou um cronograma de pagamentos que previa dezesseis prestações anuais, a partir de 2010.

**Nota G – Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o Imobilizado líquido consistia no seguinte (em milhões):

	2009	2008
Terrenos, edificações, benfeitorias, equipamentos e software capitalizados, ao custo .....	\$ 555	\$ 534
Menos: depreciação acumulada .....	<u>(249)</u>	<u>(231)</u>
	<u>\$ 306</u>	<u>\$ 303</u>

**Nota H – Captações de recursos**

As captações do Banco de médio e longo prazo, em 31 de dezembro de 2009, consistem em empréstimos, promissórias e bônus emitidos em diversas moedas, com taxas de juros contratuais que variam entre 0,00% e 16,38%, antes dos swaps, e entre (1,19%) (equivalente a LIBOR-US\$ para 3 meses menos 148 pontos-base) e 8,69%, após os swaps, com várias datas de vencimento até 2039. Um resumo da carteira de captações de médio e longo prazo do Banco e do respectivo cronograma de vencimento até 31 de dezembro de 2009 e 2008 é apresentado no Anexo I-5.

O Banco tem um sistema de captações de curto prazo que consiste em um programa de notas com deságio e linhas de captação não comprometidas com diversos bancos comerciais. O valor mínimo para as notas é de US\$ 100.000 e seu prazo máximo é de 360 dias. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa média ponderada das captações a curto prazo era de 0,31% (2008 – 1,88%).

As despesas de captação foram reduzidas por juros líquidos recebidos das respectivas transações de swaps de captação no valor de US\$ 1.492 milhões durante 2009 (2008 – US\$ 750 milhões; 2007 – US\$ 340 milhões).

**Nota I – Opção de valor justo**

O tratamento contábil dado anteriormente pelo Banco, que reconhecia todas as captações ao custo amortizado e ajustava ao mercado os respectivos swaps, reconhecendo as variações no valor justo no resultado do exercício, levava à informação de uma volatilidade nos resultados que não representavam o lado econômico das transações, já que o Banco geralmente mantém as captações e swaps até o vencimento. A Administração aprovou, para entrada em vigor em 1º de janeiro de 2008, a opção de valor justo prevista nos PCGA dos Estados Unidos para certos instrumentos de dívida de médio e longo prazo (em sua maior parte captações para o financiamento de ativos remunerados a taxas flutuantes) com o propósito de reduzir a volatilidade de receita resultante da assimetria contábil anterior, já que as variações no valor justo das captações que fizerem a opção também serão registradas como receita. O Banco não optou pelo valor

## CAPITAL ORDINÁRIO

## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

justo para outras captações que se encaixam na mesma categoria de balanço, porque não contribuiria para mitigar nem para produzir a volatilidade de receita.

As variações no valor justo das captações para as quais tenha sido feita a opção de valor justo são refletidas na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Despesas de captações – juros, após		
os swaps .....	\$(1.773)	\$(1.644)
Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo .....	(1.825)	1.766
Variações totais no valor justo refletidas em lucro (prejuízo) líquido .....	\$(3.598)	\$ 122

As diferenças entre o valor justo e o saldo a amortizar do valor do principal de captações ao valor justo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 era o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Valor justo .....	\$45.898 <sup>(1)</sup>	\$34.675 <sup>(1)</sup>
Saldo do principal a amortizar .....	44.813	32.745
Valor justo sobre saldo do principal a amortizar .....	\$ 1.085	\$ 1.930

<sup>(1)</sup> Inclui juros acumulados de US\$ 405 milhões e US\$ 325 milhões em 2009 e 2008, respectivamente.

## Nota J – Instrumentos derivativos

**Estratégia de administração de riscos e uso de derivativos:** A estratégia utilizada pelo Banco para administrar riscos financeiros foi projetada para reforçar a capacidade do Banco para cumprir seus objetivos. Essa estratégia inclui principalmente o estabelecimento, implementação, atualização e acompanhamento do conjunto de políticas e diretrizes financeiras inter-relacionadas do Banco, bem como a utilização de instrumentos financeiros e estruturas organizacionais adequados. O Banco enfrenta riscos resultantes das movimentações de mercado, principalmente variações nas taxas de juros e de câmbio, mitigados pela estrutura integrada de gestão de ativos e passivos. O objetivo da estrutura de gestão de ativos e passivos é alinhar as características de composição de moedas, perfil de vencimentos e sensibilidade às taxas de juros dos ativos e passivos de cada carteira de produtos de liquidez e empréstimo, de acordo com

as necessidades particulares do produto e dentro dos parâmetros de riscos prescritos. Quando necessário, o Banco faz uso de derivativos para alcançar esse alinhamento. Esses instrumentos, em sua maior parte swaps cambiais e de taxa de juros, são usados principalmente para fins de hedging econômico.

Uma parte significativa das operações de captação atuais inclui swaps como hedge econômico de um passivo-objeto específico, produzindo a captação necessária (isto é, moeda e tipo de taxa de juros adequados). As operações do Banco também incluem swaps de empréstimos como hedge econômico para certos empréstimos remunerados a taxas fixas, taxa de custo de base fixa e empréstimos em moedas locais, bem como swaps de investimentos usados como hedge de um título-objeto usado como investimento e produzem o veículo apropriado para o investimento de caixa.

**Apresentação nas demonstrações contábeis:** Os instrumentos derivativos do Banco e os respectivos ganhos e perdas são apresentados no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos e na Demonstração do Resultado Abrangente como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

## Balanço Patrimonial

Derivativos não designados como instrumentos de hedge	Localização no Balanço Patrimonial	31 de dezembro de 2009 <sup>(1)</sup>	
		Ativo	Passivo
Swaps cambiais	Swaps cambiais e de taxa de juros		
	Investimentos – Carteira de curto prazo	\$ —	\$ 3
	Empréstimos	51	106
	Captações	2.810	848
	Juros e outros encargos acumulados	142	(65)
Swaps de taxa de juros	Swaps cambiais e de taxa de juros		
	Investimentos – Carteira de curto prazo	—	8
	Empréstimos	197	65
	Captações	837	189
	Juros e outros encargos acumulados	117	(11)
		<u>\$4.154</u>	<u>\$1.143</u>

<sup>(1)</sup> Os saldos refletidos são brutos, antes da liquidação da contraparte, de acordo com os contratos de derivativos de liquidação mestres vigentes.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Demonstração do Resultado e Lucros Retidos  
e Demonstração do Resultado Abrangente**

Derivativos não designados como instrumentos de hedge	Localização de Ganhos ou (perdas) com derivativos	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009
<b>Swaps cambiais</b>		
Investimentos –	Receita (despesa) de investimentos	
Carteira de curto prazo	Juros	\$ (2)
Empréstimos	Receita de empréstimos – Juros, após os swaps	(32)
	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativo exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo	(76)
Captações	Despesas de captação – Juros após os swaps	915
	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo	2.009
	Outros resultados abrangentes (prejuízos) – Ajustes de tradução	25
<b>Swaps de taxa de juros</b>		
Investimentos –	Receita (despesa) de investimentos	
	Ganho (perda) líquido	(6)
	Outros resultados abrangentes (prejuízos) – Ajustes de tradução	(2)
Empréstimos	Receita de empréstimos – Juros, após os swaps	(189)
	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo	239
Captações	Despesas de captação – Juros após os swaps	578
	Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo	(782)
	Outros resultados abrangentes (prejuízos) – Ajustes de tradução	3
<b>Futuros</b>	Resultados de investimentos – Ganhos (perdas) líquidos	2
		<u>\$2.682</u>

O Banco não está obrigado a prestar garantias sob os contratos de instrumentos derivativos enquanto mantiver sua classificação de crédito como AAA. Se a classificação do crédito for rebaixada do atual nível AAA, aplicar-se-ão as exigências de prestação de garantia que o Banco teria de atender, previstas nos contratos de swap, por contraparte. O valor justo agregado de todos os instrumentos derivativos com características contingentes relacionadas com risco de crédito que estavam em posição passiva em 31 de dezembro de 2009 totaliza US\$ 97 milhões (após consideração dos contratos mestre de compensação de derivativos). Se o Banco fosse rebaixado do atual AAA para AA+, ainda assim não teria a obrigação de prestar garantias para posições passivas líquidas por contraparte em 31 de dezembro de 2009.

O quadro a seguir apresenta informações sobre os valores teóricos e contratuais dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2009 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

Tipo de derivativo/ Tipo de taxa	31 de dezembro de 2009 <sup>(1)(2)</sup>			
	Swaps cambiais		Swaps de taxa de juros	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
<b>Investimentos</b>				
Fixa . . . . .	\$ —	\$ 36	\$ —	\$ 986
Ajustável . . . . .	35	—	986	—
<b>Empréstimos</b>				
Fixa . . . . .	—	783	—	12.206
Ajustável . . . . .	1.438	679	12.206	—
<b>Captações</b>				
Fixa . . . . .	20.427	645	24.561	415
Ajustável . . . . .	6.958	23.971	5.198	28.880

<sup>(1)</sup> Swaps cambiais são demonstrados ao seu valor de face e swaps de taxas de juros, ao valor teórico de cada ponta a pagar ou (receber).

<sup>(2)</sup> Swaps de empréstimo são utilizados para converter empréstimos em moedas locais para dólares dos Estados Unidos, e empréstimos com taxas fixas e taxas de custo com base fixa em taxas flutuantes. Para maiores informações sobre swaps de investimento e captação, confira os Anexos I-1 e I-5.

**Nota K – Medições pelo valor justo**

A estrutura para medição do valor justo estabelece uma hierarquia que prioriza os dados às técnicas de avaliação usadas para medir o valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes, (Nível 1) e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

- Nível 1 – Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos acessíveis no momento da medição, para ativos ou passivos idênticos e sem restrições à negociação;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados que não são ativos ou dados observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;
- Nível 3 – Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis (isto é, que contem com o apoio de pouca ou nenhuma atividade de mercado).

Os instrumentos de investimento do Banco avaliados exclusivamente com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, uma técnica de avaliação condizente com a abordagem de mercado, incluem obrigações dos governos dos Estados Unidos e do Japão. Esses instrumentos são classificados dentro do Nível 1 da hierarquia de valor justo. Conforme exigido pela estrutura para a medição do valor justo, o Banco não ajusta o preço cotado para esses instrumentos.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Praticamente todos os outros instrumentos de investimento do Banco são avaliados com base em preços cotados em mercados que não são ativos, em cotações externas, quando disponíveis, preços solicitados a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Essas metodologias se aplicam a investimentos que incluem títulos emitidos por órgãos governamentais, títulos da dívida privada, títulos lastreados em ativos ou hipotecas, obrigações bancárias e instrumentos derivativos financeiros correlatos (principalmente swaps de câmbio e taxa de juros). Esses instrumentos são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e medidos pelo valor justo usando técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e rendimento.

A principal metodologia dos precificadores externos envolve uma “abordagem de mercado” que exige um volume de atividade de mercado predeterminado para o desenvolvimento de um preço composto. Os preços de mercado utilizados são fornecidos por transações em boa ordem executadas no mercado relevante; as transações que não forem executadas em boa ordem ou forem executadas em mercados externos são excluídas do preço composto por filtragem. Outros precificadores externos fazem uso de modelos de precificação avaliada que varia por categoria de ativo e, na preparação de avaliações, fazem uso de informações disponíveis no mercado por intermédio de curvas de referencial, uso de títulos similares como referenciais, agrupamento por setores e precificação por matrizes.

Os títulos usados como investimento também são avaliados pelos preços obtidos de corretoras e distribuidoras. Os preços das corretoras e distribuidoras podem se basear em diversos tipos de dados, que vão de preços observados a modelos de avaliação exclusivos. O Banco analisa os preços fornecidos pelas corretoras / distribuidoras para determinar se são razoáveis, por meio da determinação de estimativas de valor justo com o uso de técnicas de avaliação internas.

Praticamente todas as captações de médio e longo prazo do Banco escolhidas para a opção de valor justo e os swaps cambiais e de taxa de juros de empréstimos e captações são avaliados pelo uso de modelos quantitativos, incluindo modelos de fluxo de caixa descontados, bem como técnicas de modelagem com opções mais avançadas, quando necessário, dependendo das estruturas específicas, que exigem o uso de múltiplos grupos de dados do mercado, incluindo curvas de rendimento do mercado e/ou taxas de câmbio, taxas de juros e margens, para gerar curvas de preços ou rendimento contínuas e o preço à vista da volatilidade objetiva e correlação. Os dados de mercado significativos são observáveis durante o prazo total dos instrumentos. A correlação e itens com prazos maiores são, em geral, menos observáveis. O Banco, de acordo com as exigências

da estrutura para a medição de valor justo, considera o impacto de sua própria classificação de crédito sobre a avaliação de seus passivos. Esses instrumentos são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo, tendo em vista a observabilidade de dados significativos refletidos nos modelos e medidos pelo valor justo usando técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e rendimento.

Os investimentos de Nível 3, na sua maior parte, incluem instrumentos de dívida garantidos com liquidez muito limitada e são avaliados usando precificadores externos, onde disponíveis, ou preços de corretoras/distribuidoras. As captações de Nível 3 e os respectivos instrumentos de swap são avaliados usando preços fornecidos por subscritores ou contrapartes de swaps. Essas metodologias representam técnicas de avaliação condizentes com a abordagem de rendimento e mercado.

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros do Banco contabilizados ao seu valor justo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 por nível, dentro da hierarquia de valor justo (em milhões de dólares dos Estados Unidos). De acordo com as exigências da estrutura de medição do valor justo, os ativos e passivos financeiros são sempre classificados com base no mais baixo nível de dados significativos para sua medição ao valor justo.

**Ativos financeiros:**

Ativo	Avaliações pelo valor justo 31 de dezembro de 2009 <sup>(1)</sup>	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos – Carteira de curto prazo:				
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos . .	\$ 819	\$ 819	\$ —	\$ —
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA . .	540	—	540	—
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA. . . . .	6.574	330	6.244	—
Obrigações de bancos. . . . .	4.458	—	4.458	—
Títulos privados. . . . .	49	—	49	—
Títulos lastreados em hipotecas . . . . .	2.337	—	2.328	9
Títulos lastreados em ativos . . . . .	1.558	—	1.463	95
Investimentos – Carteira de curto prazo. . . . .	16.335	1.149	15.082	104
Swaps cambiais e de taxa de juros. . . . .	4.154	—	4.134	20
Total . . . . .	<u>\$20.489</u>	<u>\$1.149</u>	<u>\$19.216</u>	<u>\$124</u>

<sup>(1)</sup> Representa o valor justo dos ativos referidos, incluindo os juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados – Sobre investimentos de US\$ 31 milhões para investimentos de curto prazo e em Juros e outros encargos acumulados – Sobre swaps, líquido de US\$ 259 milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Ativo	Avaliações pelo valor justo 31 de dezembro de 2008 <sup>(1)</sup>	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos – Carteira de curto prazo:				
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos . .	\$ 1.138	\$1.015	\$ 123	\$ —
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA . .	1.539	214	1.325	—
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA . . . . .	836	33	803	—
Obrigações de bancos . . . . .	4.748	—	4.748	—
Títulos privados . . . . .	200	—	200	—
Títulos lastreados em hipotecas . . . . .	2.139	—	2.130	9
Títulos lastreados em ativos . . . . .	2.069	—	1.968	101
Investimentos – Carteira de curto prazo . . . . .	12.669	1.262	11.297	110
Swaps cambiais e de taxa de juros . . . . .	3.499	—	3.428	71
Total . . . . .	<u>\$16.168</u>	<u>\$1.262</u>	<u>\$14.725</u>	<u>\$181</u>

<sup>(1)</sup> Representa o valor justo dos ativos referidos, incluindo os juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros e outros encargos acumulados – Sobre investimentos de US\$ 56 milhões para investimentos de curto prazo e em Juros e outros encargos acumulados – Sobre swaps, líquido de US\$ 39 milhões para swaps cambiais e de taxa de juros.

**Passivos financeiros:**

Passivo	Avaliações pelo valor justo 31 de dezembro de 2009 <sup>(1)</sup>	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Captações medidas ao valor justo . . . . .	\$45.898	\$—	\$ 45.616	\$282
Swaps cambiais e de taxa de juros . . . . .	1.143	—	1.116	27
Total . . . . .	<u>\$47.041</u>	<u>\$—</u>	<u>\$46.732</u>	<u>\$309</u>

<sup>(1)</sup> Representa o valor justo dos passivos referidos, incluindo juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros acumulados sobre captações de US\$ 405 milhões para captações e em Juros e outros encargos acumulados – sobre Swaps, líquido de US\$ (76) milhões no caso de swaps cambiais e de taxa de juros.

Passivo	Avaliações pelo valor justo 31 de dezembro de 2008 <sup>(1)</sup>	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Captações medidas ao valor justo . . . . .	\$34.675	\$—	\$34.135	\$ 540
Swaps cambiais e de taxa de juros . . . . .	1.913	—	1.871	42
Total . . . . .	<u>\$36.588</u>	<u>\$—</u>	<u>\$36.006</u>	<u>\$582</u>

<sup>(1)</sup> Representa o valor justo dos passivos referidos, incluindo juros acumulados, como apresentado no Balanço Patrimonial em Juros acumulados sobre captações de US\$ 325 milhões para captações e em Juros e outros encargos acumulados – sobre Swaps, líquido de US\$ (4) milhões no caso de swaps cambiais e de taxa de juros.

Os quadros a seguir mostram uma conciliação dos saldos iniciais e finais de todos os ativos e passivos financeiros medidos ao seu valor justo recorrentemente usando dados não observáveis significativos (Nível 3) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Além disso, os quadros mostram os ganhos e perdas totais refletidos em Lucro (prejuízo) líquido, bem como o valor desses ganhos e perdas atribuíveis à evolução em ganhos e perdas a realizar relacionados com ativos e passivos ainda em mãos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e uma descrição de onde esses ganhos e perdas são refletidos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos.

**Ativos financeiros:**

	Medições de valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009		
	Investimentos – Carteira de curto prazo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício . . . . .	\$110	\$ 71	\$181
Ganhos (perdas) totais incluídos em:			
Lucro (prejuízo) líquido . . . . .	(3)	(32)	(35)
Outros resultados abrangentes (perdas) . .	2	1	3
Liquidações . . . . .	(25)	(6)	(31)
Transferência de/para Nível 3 . . . . .	20	(14)	6
Saldo, encerramento do exercício . . . . .	<u>\$104</u>	<u>\$ 20</u>	<u>\$124</u>
Ganhos (perdas) totais para o ano refletidas em Lucro (prejuízo) líquido atribuível à alteração em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda detidos no final do exercício . . . . .	<u>\$ (9)</u>	<u>\$ (39)</u>	<u>\$ (48)</u>

	Medições de valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008		
	Investimentos – Carteira de curto prazo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício . . . . .	\$ 68	\$ 89	\$157
Ganhos (perdas) totais incluídos em:			
Lucro (prejuízo) líquido . . . . .	(106)	32	(74)
Outros resultados abrangentes (perdas) . .	(5)	(4)	(9)
Liquidações . . . . .	(30)	(15)	(45)
Transferência de/para passivos financeiros .	—	(31)	(31)
Transferência de/para Nível 3 . . . . .	183	—	183
Saldo, encerramento do exercício . . . . .	<u>\$110</u>	<u>\$ 71</u>	<u>\$181</u>
Ganhos (perdas) totais para o ano refletidas em Lucro (prejuízo) líquido atribuível à alteração em ganhos ou perdas a realizar relacionados com ativos ainda detidos no final do exercício . . . . .	<u>\$ (84)</u>	<u>\$ 6</u>	<u>\$ (78)</u>

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Os ganhos e perdas são refletidos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos).

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009		Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008	
	Variações em (ganhos) perdas a realizar relacionados com Ativos incluídos em Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Variações em (ganhos) perdas a realizar relacionados com Ativos incluídos em Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
Receita (despesa) de investimentos . . . . .	\$ (3)	\$ (9)	\$(106)	\$(84)
Despesas de captação – Juros após os swaps . . . . .	8	—	26	—
Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo . . . . .	(39)	(39)	6	6
Total . . . . .	<u>\$(34)</u>	<u>\$(48)</u>	<u>\$(74)</u>	<u>\$(78)</u>

**Passivos financeiros :**

	Medições de valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009		
	Captações medidas ao valor justo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício . . . . .	\$ 540	\$ 42	\$ 582
Ganhos (perdas) totais incluídos em:			
Lucro (prejuízo) líquido . . . . .	78	(14)	64
Outros resultados abrangentes (perdas)	5	—	5
Emissões e liquidações, líquidas . . . . .	(151)	(1)	(152)
Transferência de/para ativos financeiros . .	—	—	—
Transferência do Nível 3 . . . . .	(190)	—	(190)
Saldo, encerramento do exercício . . . . .	<u>\$ 282</u>	<u>\$ 27</u>	<u>\$ 309</u>
(Ganhos) perdas totais para o ano refletidos em Lucro (prejuízo) líquido atribuível à variação em ganhos ou perdas a realizar relacionados com passivos ainda em carteira no encerramento do exercício . . . . .	<u>\$ 70</u>	<u>\$(14)</u>	<u>\$ 56</u>

	Medições de valor justo usando dados não observáveis significativos (Nível 3)		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008		
	Captações medidas ao valor justo	Swaps cambiais e de taxa de juros	Total
Saldo, início do exercício . . . . .	\$ 533	\$ 39	\$ 572
Ganhos (perdas) totais incluídos em:			
Lucro (prejuízo) líquido . . . . .	(16)	44	28
Outros resultados abrangentes (perdas)	(9)	—	(9)
Emissões e liquidações, líquidas . . . . .	32	(10)	22
Transferência de/para ativos financeiros . .	—	(31)	(31)
Saldo, encerramento do exercício . . . . .	<u>\$ 540</u>	<u>\$ 42</u>	<u>\$ 582</u>
(Ganhos) perdas totais para o ano refletidos em Lucro (prejuízo) líquido atribuível à variação em ganhos ou perdas a realizar relacionados com passivos ainda em carteira no encerramento do exercício . . . . .	<u>\$ (56)</u>	<u>\$ 39</u>	<u>\$ (17)</u>

Os (ganhos) perdas são refletidos na Demonstração do Resultado e Lucros Retidos como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009		Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008	
	Variações em (ganhos) perdas a realizar relacionadas com passivos incluídos em Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Variações em (ganhos) perdas relacionados com passivos incluídos em Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
Despesas de captações – Juros, após os swaps . . . . .	\$ 8	\$ —	\$ 45	\$ —
Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações avaliados ao seu valor justo . . . . .	56	56	(17)	(17)
Total . . . . .	<u>\$64</u>	<u>\$ 56</u>	<u>\$ 28</u>	<u>\$(17)</u>

**Nota L – Risco de crédito comercial**

Risco de crédito comercial é a perda potencial que pode resultar tanto da inadimplência por parte de uma das contrapartes do Banco em investimentos, negociações ou derivativos quanto da degradação da classificação de crédito de uma dessas contrapartes por uma agência especializada. As principais fontes de risco de crédito comercial são os instrumentos financeiros em que o



CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Banco investe suas posições líquidas. O principal objetivo da administração dos ativos líquidos do Banco é a manutenção de uma exposição conservadora a riscos de mercado, crédito e liquidez. Consequentemente, o Banco somente investe em instrumentos de dívida de alta qualidade emitidos por Estados soberanos, órgãos, bancos e entidades com personalidade jurídica própria, incluindo títulos baseados em ativos e em hipotecas. Além disso, o Banco limita suas atividades no mercado de capitais a contrapartes, emissores e distribuidores autorizados, selecionados com base em políticas conservadoras de administração de riscos, e estabelece limites de exposição e prazo para essas contrapartes, emissores e distribuidores, com base em seu porte e crédito.

Como parte de suas atividades regulares de investimento, empréstimo, captação e administração de ativos e passivos, o Banco usa instrumentos derivativos, principalmente swaps cambiais e de taxa de juros, para fins de hedging. O Banco estabeleceu limites de exposição para cada contraparte de swap e tem contratos mestres de derivativos, os quais contêm disposições de liquidação por compensação obrigatória. Esses contratos também preveem a exigência de garantias para os casos em que a exposição de ajuste ao mercado exceda certos limites contratuais. O Banco não espera que qualquer de suas contrapartes em instrumentos derivativos entre em inadimplência. Em 31 de dezembro de 2009, o Banco tinha recebido garantias qualificadas no valor de US\$ 2.765 milhões (2008 – US\$ 1.761 milhões) em obrigações do Tesouro dos EUA e recursos líquidos, em conexão com seus contratos mestres de derivativos.

As exposições de risco de crédito com derivativos apresentadas a seguir representam o potencial de perda máximo, com base no valor justo bruto dos instrumentos financeiros, exclusive de disposições de compensação na liquidação em contratos mestres de derivativos, em que o Banco incorreria, se as partes dos instrumentos financeiros derivativos totalmente descumprissem os termos dos contratos e se a garantia ou outra eventual caução para o valor devido demonstrasse ser desprovida de valor. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, tais exposições de risco de crédito, antes da consideração dos eventuais contratos mestres de derivativos ou garantia, eram (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Investimentos – Carteira de curto prazo		
Swaps de taxa de juros. ....	\$ —	\$ 4
Carteira de crédito		
Swaps cambiais. ....	48	41
Swaps de taxa de juros. ....	149	—
Carteira de captações		
Swaps cambiais. ....	2.962	1.881
Swaps de taxa de juros. ....	1.014	1.573

**Nota M – Capital e poder de voto**

**Capital**

O capital do Banco consiste em ações “integralizadas” e “exigíveis”. O capital subscrito e “integralizado” foi integralizado em ouro e/ou em dólares dos Estados Unidos e na moeda do respectivo membro, que, em certos casos, foi tornada plenamente conversível, de acordo com os termos do respectivo aumento de capital. Obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, foram aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das subscrições do membro ao capital “integralizado”. A parcela do capital subscrito “exigível” somente pode ser exigida quando necessária para satisfazer obrigações assumidas pelo Banco com respeito à captação de recursos para inclusão nos recursos do Capital Ordinário do Banco ou garantias debitáveis a esses recursos e é integralizável, segundo opção do país membro, em ouro, em dólares dos Estados Unidos, na moeda do país membro ou na moeda exigida para liquidar as obrigações do Banco para os fins pelos quais o pagamento é exigido. O Anexo I-6 traz um Demonstrativo de Subscrições do Capital Social em de 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Em 12 de janeiro de 2009, a República Popular da China ingressou no Banco como seu 48º membro e subscreveu oito ações do capital integralizado e 176 do capital exigível.

Em 17 de agosto de 2009, o Banco recebeu do Canadá uma carta de subscrição para 334.887 ações do capital exigível sem direito a voto, dessa forma aumentando a subscrição total do Canadá para 669.774 ações. Sendo assim, a partir desta data, o capital autorizado do Banco teve um aumento no valor de US\$ 4.039,9 milhões, ascendendo agora a um total de US\$ 104.980 milhões, representados por 8.702.335 ações autorizadas e subscritas. O capital integralizado permanece o mesmo. Os termos e condições da subscrição pelo Canadá estipulam que a subscrição seja temporária e que o Canadá deve transferir 25% das ações para o Banco anualmente, entre 2014 e 2017.

**Poder de voto**

De acordo com o Convênio, cada membro tem direito a 135 votos, mais um voto por ação do Capital Ordinário com direito a voto detida pelo país. O Convênio, como emendado pelo Oitavo Aumento Geral de Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, também estipula que nenhum aumento nas subscrições a ações do capital por qualquer país membro poderá reduzir o poder de voto dos países membros regionais em desenvolvimento para menos de 50,005%, dos Estados Unidos para menos de 30% e do Canadá para menos de 4% do total dos direitos de voto, deixando disponível para os membros extrarregionais o poder de voto de até 15,995%, incluindo 5%, aproximadamente, para o Japão.



CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

As subscrições totais a ações do capital e o poder de voto dos países membros em 31 de dezembro de 2009 são apresentados na Demonstração das Subscrições de Capital e Poder de Voto, no Anexo I-7.

**Nota N – Lucros retidos**

A composição de Lucros retidos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008	2007
Reserva geral.....	\$12.776	\$11.982	\$11.911
Reserva especial .....	2.665	2.665	2.665
Total.....	<u>\$15.441</u>	<u>\$14.647</u>	<u>\$14.576</u>

**Nota O – Outros resultados abrangentes acumulados**

O saldo de Outros resultados abrangentes de modo geral compreende os efeitos da contabilização de benefícios pós-aposentadoria e ajustes de tradução de valores em moeda estrangeira. Esses itens são apresentados na Demonstração do Resultado Abrangente.

Segue um sumário das variações em Outros resultados abrangentes acumulados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Ajustes de tradução		Outros ajustes	Total
	Reserva geral	Reserva especial		
Saldo em 1º de janeiro de 2007.....	\$ 512	\$ (168)	\$ 682	\$1.026
Ajustes de tradução .....	234	46	—	280
Reclassificação para resultado – hedges de fluxo de caixa .....	—	—	1	1
Reconhecimento de variações em ativos de benefícios pós-aposentadoria: Ganho atuarial líquido.....	—	—	126	126
Reclassificação para resultado – amortização do custo líquido de serviço anterior .....	—	—	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2007.....	746	(122)	813	1.437
Ajustes de tradução .....	376	20	—	396
Reclassificação para resultado – hedges de fluxo de caixa .....	—	—	(4)	(4)
Reconhecimento de variações em ativos e passivos de benefícios pós-aposentadoria: Ganho atuarial líquido.....	—	—	(1.375)	(1.375)
Reclassificação para resultado – amortização do custo líquido de serviço anterior .....	—	—	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2008.....	1.122	(102)	(562)	458
Ajustes de tradução .....	(78)	6	—	(72)
Reclassificação para resultado – hedges de fluxo de caixa .....	—	—	2	2
Reconhecimento de variações em ativos e passivos de benefícios pós-aposentadoria: Ganho atuarial líquido.....	—	—	579	579
Custo de serviço anterior.....	—	—	(77)	(77)
Reclassificação para resultado – amortização do custo líquido de serviço anterior .....	—	—	4	4
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	<u>\$1.044</u>	<u>\$ (96)</u>	<u>\$ (54)</u>	<u>\$ 894</u>

**Nota P – Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo**

A partir de 2008, a escolha da opção de valor justo para certas captações ajudou a reduzir a volatilidade da receita antes gerada pela manutenção do valor justo somente nos instrumentos derivativos. O Lucro (prejuízo) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 compreende o seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008	2007
Variação no valor justo de instrumentos derivativos devida a movimentos em:			
Taxas de câmbio .....	\$ 2.953	\$(3.980)	\$ 1.106
Taxas de juros .....	(1.563)	2.900	(170)
Variação total no valor justo de derivativos.....	1.390	(1.080)	936
Variação no valor justo de captações devida a movimentos em:			
Taxas de câmbio .....	(2.783)	3.727	—
Taxas de juros .....	958	(1.961)	—
Variação total no valor justo das captações .....	(1.825)	1.766	—
Ganhos (perdas) com transações de câmbio sobre captações e empréstimos, ao custo amortizado.....	(77)	241	(1.141)
Amortização de ajustes nas bases de captações e empréstimos.....	14	19	57
Reclassificação para resultado – hedges de fluxo de caixa .....	(2)	4	(1)
Total .....	<u>\$( 500)</u>	<u>\$ 950</u>	<u>\$( 149)</u>

As perdas líquidas a realizar sobre os derivativos detidos pelo Banco sem fins de negociação devido a variações nas taxas de juros somaram US\$ 1.563 milhões durante o exercício (2008 – ganhos de US\$ 2.900 milhões), devido a um aumento geral nas taxas de juros sobre swaps de longo prazo nos mercados globais, em comparação com os níveis de 2008. Essas perdas foram parcialmente compensadas pelos ganhos líquidos a realizar sobre captações medidas pelo seu valor justo, totalizando US\$ 958 milhões (2008 – perdas de US\$ 1.961 milhões). Essa volatilidade de resultados, que totalizou uma perda de US\$ 605 milhões em 2009, em comparação com um ganho de US\$ 939 milhões no ano anterior, deveu-se, principalmente, a perdas associadas com uma redução nas margens de crédito do Banco sobre sua carteira de captações (aproximadamente US\$ 460 milhões) e variações nas margens base (aproximadamente US\$ 210 milhões), que foram parcialmente compensadas por ganhos a realizar sobre swaps de empréstimo (US\$ 216 milhões). Praticamente toda a volatilidade de resultados durante 2008 foi devida à ampliação das margens de crédito do Banco. No fim de 2008, a turbulência do mercado financeiro levou a uma crise de con-

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

fiança que teve efeitos negativos sobre todos os produtos de margem de crédito, incluindo as captações do Banco. À medida que o sentimento do mercado foi melhorando em 2009, os níveis das margens dos produtos de crédito de alto nível foram declinando.

As captações do Banco em moedas não funcionais são totalmente convertidas em moedas funcionais por meio de swaps, de modo a proteger o Banco contra flutuações de taxas de câmbio. Durante 2009, as variações das taxas de câmbio aumentaram os valores de captações e empréstimos, o que resultou em perdas líquidas de US\$ 2.860 milhões (2008 – ganhos de US\$ 3.968 milhões; 2007 – perdas de US\$ 1.141 milhão), que foram compensados por ganhos líquidos com as variações no valor dos swaps de captação e empréstimo num total de US\$ 2.953 milhões (2008 – perdas de US\$ 3.980 milhões; 2007 – ganhos de US\$ 1.106 milhão).

**Nota Q – Planos de Pensão e Pós-Aposentadoria**

O Banco mantém dois planos de aposentadoria com benefícios definidos (Planos), que proporcionam benefícios de pensão a funcionários do próprio Banco e da CII: o Plano de Aposentadoria dos Funcionários (PAF), que paga benefícios de pensão aos seus funcionários internacionais e o Plano de Aposentadoria dos Funcionários Locais (PAFL), para os benefícios de pensão aos funcionários das representações nos diversos países. Os Planos são financiados por contribuições dos funcionários, do Banco e da CII, de acordo com as disposições dos próprios Planos. Todas as contribuições aos Planos feitas pelo Banco e pela CII são irrevogáveis e são mantidas separadamente em fundos de aposentadoria, exclusivamente para o pagamento dos benefícios concedidos pelos Planos.

O Banco também presta certos benefícios aos aposentados, incluindo assistência médica e hospitalar. Todos os funcionários que se aposentam e recebem uma pensão mensal do Banco ou da CII e que atendem a certas exigências, fazem jus a um benefício pós-aposentadoria. Os aposentados contribuem para o plano de saúde do Banco com base em uma tabela de prêmios estabelecida. O Banco e a CII contribuem com o restante dos custos futuros dos benefícios de assistência médico-hospitalar e de outros benefícios pós-aposentadoria em valores de acordo com o Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Embora todas as contribuições Banco e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam propriedade do Banco, esses valores são mantidos e administrados separadamente dos outros ativos do Banco, exclusivamente para fins de pagamento dos benefícios sob as disposições do plano do PBPA.

Como tanto o Banco quanto a CII participam do PAF e do PBPA, cada empregador apresenta sua própria parte desses planos. Os valores apresentados a seguir refletem a participação

proporcional do Banco nos custos, ativos e obrigações dos Planos e do PBPA.

**Obrigações e posição de financiamento**

O Banco usa o dia 31 de dezembro como data de medição para os Planos e para o PBPA. O quadro a seguir resume a parcela do Banco da movimentação nas obrigações por benefícios, da movimentação dos ativos do Plano e da posição de financiamento dos Planos e do PBPA, bem como os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Benefícios de pensão			Benefícios de pós-aposentadoria		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
<b>Variação nas obrigações por benefícios</b>						
Obrigações por benefícios, início do exercício.....	\$2.419	\$2.264	\$2.207	\$1.068	\$ 996	\$ 886
Custo do serviço.....	63	54	58	35	29	32
Custo dos juros.....	139	142	132	60	62	58
Contribuições dos participantes..	22	20	21	—	—	—
Benefício de medicamentos para aposentados recebido.....	—	—	—	1	1	—
Emenda do plano.....	—	—	—	(28)	(25)	(22)
Benefícios pagos.....	(96)	(93)	(86)	79	—	—
Perda (ganho) atuarial.....	(133)	32	(68)	(99)	5	42
Obrigações por benefícios, encerramento do exercício.....	<u>2.414</u>	<u>2.419</u>	<u>2.264</u>	<u>1.116</u>	<u>1.068</u>	<u>996</u>
<b>Variações no patrimônio do plano</b>						
Valor justo do patrimônio do plano, início do exercício.....	2.204	3.038	2.826	873	1.195	1.130
Retorno real sobre o patrimônio do plano.....	418	(785)	243	178	(314)	71
Contribuições dos funcionários..	39	24	34	25	17	16
Contribuições dos participantes..	22	20	21	—	—	—
Benefícios pagos.....	(96)	(93)	(86)	(28)	(25)	(22)
Valor justo do patrimônio do plano, encerramento do exercício.....	<u>2.587</u>	<u>2.204</u>	<u>3.038</u>	<u>1.048</u>	<u>873</u>	<u>1.195</u>
Posição de financiamento, encerramento do exercício.....	<u>\$ 173</u>	<u>\$ (215)</u>	<u>\$ 774</u>	<u>\$ (68)</u>	<u>\$ (195)</u>	<u>\$ 199</u>
<b>Os valores reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados consistem em:</b>						
Perda (ganho) atuarial líquido.....	\$ (38)	\$ 339	\$ (648)	\$ 8	\$ 212	\$ (176)
Custo do serviço anterior ..	5	6	8	82	3	5
Valor líquido reconhecido.....	<u>\$ (33)</u>	<u>\$ 345</u>	<u>\$ (640)</u>	<u>\$ 90</u>	<u>\$ 215</u>	<u>\$ (171)</u>

As obrigações de benefícios acumuladas para os Planos totalizavam US\$ 2.130 milhões, US\$ 2.150 milhões e US\$ 1.943 milhões em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

Durante 2008, o valor justo dos Planos e dos ativos do PBPA sofreu os efeitos negativos da crise dos mercados financeiros, o que contribuiu significativamente para que os ativos do Plano tivessem um retorno negativo durante o ano. Em 2009, os ativos dos planos aumentaram, como resultado de uma recuperação dos prejuízos sofridos com as perdas com ajustes ao mercado anteriores.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

O custo líquido de benefícios periódicos e outras variações nos ativos do Plano e obrigações por benefício reconhecidas em Outros resultados abrangentes para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, conforme aplicável, consistem nos seguintes componentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

**Componentes do custo líquido de benefícios periódicos:**

	Benefícios de pensão			Benefícios de pós-aposentadoria		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Custo do serviço.....	\$ 63	\$ 54	\$ 58	\$ 35	\$ 29	\$ 32
Custo dos juros.....	139	142	132	60	62	58
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(173)	(171)	(154)	(75)	(68)	(61)
Amortização de custo de serviço anterior.....	2	2	2	4	2	2
Custo periódico líquido do benefício.....	<u>\$ 31</u>	<u>\$ 27</u>	<u>\$ 38</u>	<u>\$ 24</u>	<u>\$ 25</u>	<u>\$ 31</u>
Compostos de:						
Parcela do Capital Ordinário ...	\$ 30	\$ 23	\$ 32	\$ 23	\$ 21	\$ 26
Parcela do FOE .....	1	4	6	1	4	5

**Outras variações em ativos do Plano e obrigações por benefícios reconhecidas em Outros resultados abrangentes (perda):**

	Benefícios de pensão			Benefícios de pós-aposentadoria		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Perda (ganho) atuarial líquido.....	\$(377)	\$ 987	\$(156)	\$(202)	\$388	\$30
Amortização de custo de serviço anterior.....	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Emenda do plano.....	—	—	—	77	—	—
Total refletido em Outros lucros (prejuízos) abrangentes.....	<u>\$(379)</u>	<u>\$ 985</u>	<u>\$(158)</u>	<u>\$(127)</u>	<u>\$386</u>	<u>\$28</u>
Total reconhecido no Custo de benefício periódico líquido e Outros resultados abrangentes.....	<u><u>\$(348)</u></u>	<u><u>\$1.012</u></u>	<u><u>\$(120)</u></u>	<u><u>\$(103)</u></u>	<u><u>\$411</u></u>	<u><u>\$59</u></u>

O Banco aloca os custos líquidos de benefícios periódicos ao Capital Ordinário e ao FOE, de acordo com a fórmula de alocação aprovada pela Diretoria Executiva para despesas administrativas.

O custo estimado dos serviços anteriores a ser amortizado de Outros resultados abrangentes acumulados contra custo líquido de benefícios periódicos em 2010 é US\$ 2 milhões para os Planos e US\$ 38 milhões para o PBPA.

**Pressupostos atuariais**

Os pressupostos atuariais utilizados se baseiam em taxas de juros do mercado financeiro, experiência histórica e na melhor

estimativa das variações em benefícios futuros e condições econômicas por parte da administração. As eventuais variações nesses pressupostos afetarão as obrigações e custos dos benefícios futuros. Quando os resultados efetivos diferem dos esperados, ocorrem ganhos ou perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederem 10% do maior entre a obrigação por benefício ou o valor relacionado com o mercado dos ativos do plano no início do exercício são amortizados durante o período de serviço médio remanescente dos funcionários ativos que deverão receber benefícios sob o PAF, PAFL e PBPA, o que se aproxima de 11,6, 12,7 e 12 anos, respectivamente.

O custo do serviço anterior não reconhecido é amortizado em 13 anos para o PAF, 13 anos para o PAFL e 7,9 anos para o PBPA.

As médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações de benefício e custo líquido de benefício periódico eram as seguintes:

	Benefícios de pensão			Benefícios de pós-aposentadoria		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo das obrigações por benefício em 31 de dezembro						
Taxa de desconto .....	6,25%	5,75%	6,25%	6,25%	5,75%	6,25%
Taxa de aumento salarial PAF .....	5,50%	5,50%	6,00%			
Taxa de aumento salarial PAFL .....	7,30%	7,30%	7,80%			

	Benefícios de pensão			Benefícios de pós-aposentadoria		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Médias ponderadas dos pressupostos levados em consideração para o cálculo dos custos líquido de benefício periódico de pós-aposentadoria nos exercícios encerrados em 31 de dezembro						
Taxa de desconto .....	5,75%	6,25%	6,00%	5,75%	6,25%	6,00%
Retorno a longo prazo esperado sobre o ativo do plano .....	6,75%	6,75%	6,75%	7,25%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento salarial PAF .....	5,50%	6,00%	6,00%			
Taxa de aumento salarial PAFL .....	7,30%	7,80%	7,80%			

A taxa de retorno anual esperada sobre os ativos do plano reflete a melhor estimativa por parte da Administração quanto à taxa de retorno esperada de categorias de ativos empregadas pelos planos e a ponderação desses retornos pela alocação de ativos da política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas na determinação das obrigações por benefícios são selecionadas por consulta às taxas aplicáveis aos títulos de renda fixa privados com classificações AAA e AA no encerramento do exercício.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Para os participantes que se presume venham a aposentar-se nos Estados Unidos, a obrigação de benefícios pós-aposentadoria acumulada foi determinada usando-se as seguintes taxas de tendências de custo de assistência à saúde em 31 de dezembro:

	2009	2008	2007
Taxas de tendências de custos de assistência à saúde para o próximo ano:			
Médica .....	8,00%	8,50%	9,50%
Medicamentos .....	8,00%	8,50%	9,50%
Odontológica .....	5,50%	6,00%	6,50%
Taxa à qual se presume que a taxa de tendência de custos venha a se reduzir (taxa de tendência final) .....	4,50%	4,50%	5,00%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final .....	2017	2017	2017

No caso dos participantes cuja aposentadoria presumivelmente ocorrerá fora dos Estados Unidos, foi utilizada uma taxa de tendência de custo de saúde de 8,00% para 2009 (2008 – 8,50%; 2007 – 9,50%).

As taxas de tendências de custos de assistência médico-hospitalar presumidas têm um efeito significativo sobre os valores divulgados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nas taxas de tendência de custos de assistência médico-hospitalar presumidas em 31 de dezembro de 2009 teria os seguintes efeitos (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Aumento de 1 ponto percentual	Diminuição de 1 ponto percentual
Efeito no total de serviços e componentes de custo de juros .....	\$ 17	\$ (13)
Efeito sobre a obrigação por benefício de pós-aposentadoria .....	142	(112)

**Ativos dos Planos**

Os ativos dos Planos e do PBPA são administrados, principalmente, por gestores de investimentos ligados ao Banco por vínculo empregatício, aos quais são fornecidas diretrizes de investimento que levam em conta as políticas de investimentos dos Planos e do PBPA. Tais políticas de investimentos foram desenvolvidas de modo tal que, considerados os retornos esperados, exista uma alta alocação a ações com a expectativa de retornos suficientes para atender às necessidades de financiamento a longo prazo.

Os investimentos, em média, têm uma exposição de 60% a 70% a um conjunto bem diversificado de ações de mercados desenvolvidos (60% a 70%) e emergentes (0% a 5%) e de dívida de mercados emergentes (0% a 5%). Também há ativos investidos em títulos de renda fixa (20%) para proteger contra os efeitos de desinflação, bem como um conjunto de outros tipos

de investimentos (10% a 20%) que se espera reajam positivamente contra aumentos na taxa de inflação.

As metas de alocação das políticas de investimento em 31 de dezembro de 2009 eram:

	PAF	PAFL	PBPA
Ações de empresas dos EUA .....	35%	40%	40%
Ações de empresas de outros países .....	25%	30%	30%
Títulos de mercados emergentes <sup>(1)</sup> .....	5%	—	—
Renda fixa .....	20%	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação <sup>(2)</sup> .....	15%	10%	10%

<sup>(1)</sup> Composto por ações e títulos de dívida de mercados emergentes.

<sup>(2)</sup> Composto por obrigações do governo dos EUA indexadas pela inflação (5% a 15%), fundos de investimentos imobiliários e ações (0% a 6%), além de futuros de índices de commodities com garantia total (0% a 4%) para o PAF, obrigações do governo dos EUA indexadas pela inflação (5% a 10%) e fundos de investimento imobiliário e ações (0% a 5%) para o PAFL, e obrigações do governo dos EUA (10%) para o PBPA.

A gestão de risco é realizada pelo contínuo monitoramento de cada nível de categoria de ativos e cada gestor de investimentos. Os investimentos são rebalanceados em direção às alocações-meta das políticas na medida do permitido pelos fluxos de caixa. Caso os fluxos de caixa não sejam suficientes para manter os pesos-meta, serão feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Os gestores de investimento, de modo geral, somente têm permissão para investir mais do que 5% de suas carteiras em títulos de um único emissor se este for o governo dos Estados Unidos. O uso de derivativos, por parte de um gestor de investimentos, exige aprovação expressa para cada instrumento.

Os quadros a seguir mostram os investimentos dos Planos e do PBPA em 31 de dezembro de 2009, medidos ao seu valor justo e apresentados junto com sua alocação média ponderada, por nível dentro da hierarquia de valor justo (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Como exigido pela estrutura de medição pelo valor justo, esses investimentos são classificados integralmente com base no mais baixo nível de dados significativos para a medição pelo valor justo, exceto no caso de certos fundos de investimento, cuja classificação dentro da hierarquia de valor justo depende da capacidade para resgatar suas cotas ao valor patrimonial líquido no curto prazo.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Ativos dos planos:**

	Avaliações pelo valor justo 31 de dezembro de 2009				Alocações médias ponderadas
Categoria de investimento	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ações e fundos de ações:					
Ações de empresas dos EUA . . . . .	\$ 275	\$ 645	\$—	\$ 920	36%
Ações de empresas de outros países . . . . .	267	365	—	632	24%
Ações de mercados emergentes . . . . .	—	66	—	66	2%
Obrigações do governo e fundos de renda fixa diversificados:					
Fundos de renda fixa . . . . .	512	—	—	512	20%
Títulos do governo dos EUA indexados pela inflação . . . . .	284	—	—	284	11%
Títulos de dívida dos mercados emergentes . . . . .	—	68	—	68	3%
Fundos de investimento de curto prazo . . . . .	13	34	—	47	2%
Fundos de investimentos imobiliários . . . . .	—	—	58	58	2%
Total . . . . .	\$1.351	\$1.178	\$58	\$2.587	100%

**Ativos do PBPA:**

	Avaliações pelo valor justo 31 de dezembro de 2009				Alocações médias ponderadas
Categoria de investimento	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ações e fundos de ações:					
Ações de empresas dos EUA . . . . .	\$ —	\$379	\$—	\$ 379	37%
Ações de empresas de outros países . . . . .	—	264	—	264	25%
Obrigações do governo e fundos de renda fixa diversificados:					
Títulos e fundos de renda fixa . . . . .	205	—	—	205	20%
Títulos do governo dos EUA indexados pela inflação . . . . .	128	—	—	128	12%
Fundos de investimento de curto prazo . . . . .					
Investimentos totais . . . . .	<u>2</u>	<u>58</u>	<u>—</u>	<u>60</u>	<u>6%</u>
	<u>\$335</u>	<u>\$701</u>	<u>\$—</u>	<u>\$1.036</u>	<u>100%</u>
Outros ativos . . . . .					
Total . . . . .				12	
				\$1.048	

Os títulos mantidos como investimento medidos ao seu valor justo com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, uma técnica de avaliação condizente com a abordagem de mercado, incluem ações de empresas sediadas nos Estados Unidos da América e em outros países, fundos de renda fixa e obrigações do Tesouro dos EUA indexadas pela inflação. Esses títulos são classificados como Nível 1 na hierarquia de valor justo. Como exigido pela estrutura de medição de valor justo, o preço cotado para esses títulos não sofre ajustes.

Fundos que combinam ações e renda fixa de mercados emergentes e fundos de investimento de curto prazo que não sejam negociados publicamente são medidos ao valor justo com base no valor patrimonial líquido dos fundos de investimento e classificados como Nível 2, visto que podem ser resgatados no curto prazo ao seu valor patrimonial líquido por cota na data da medição. Esta técnica de avaliação é condizente com a abordagem de mercado.

Os fundos de investimento em imóveis são medidos ao seu valor justo com base no valor patrimonial líquido dos fundos de investimento e são classificados como Nível 3, porque o tempo necessário para resgatar esses investimentos é incerto. Os pressupostos de avaliação usados por esses fundos de investimento incluem i) valor de mercado de propriedades similares, ii) fluxos de caixa descontados, iii) custo de reposição e iv) endividamento sobre imobilizado (capitalização direta). Essas metodologias constituem-se em técnicas de avaliação condizentes com as abordagens de mercado e custos.

Os quadros a seguir mostram uma conciliação dos saldos iniciais e finais dos investimentos dos Planos medidos ao seu valor justo em bases recorrentes, usando seu valor patrimonial líquido por cota e os prazos de resgate incertos (Nível 3) para o exercício encerrados em 31 de dezembro de 2009:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009
Saldo, início do exercício . . . . .	\$ 86
Total de perdas líquidas . . . . .	(23)
Distribuição de vendas e receita . . . . .	(5)
Saldo, encerramento do exercício . . . . .	<u>\$ 58</u>
Perda total do exercício atribuível à variação nas perdas a realizar relativas a investimentos ainda detidos em 31 de dezembro de 2009 . . . . .	<u>\$ (30)</u>

**Fluxos de caixa**

**Contribuições**

As contribuições do Banco aos Planos e ao PBPA durante 2010 devem somar aproximadamente US\$ 55 milhões e US\$ 30 milhões, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em numerário.

**Pagamentos de benefícios futuros estimados**

Os quadros a seguir apresentam os pagamentos de benefícios, que refletem o serviço futuro esperado, como apropriado, que o Banco espera pagar em cada um dos próximos cinco anos e seu valor agregado para os cinco anos subsequentes (em milhões de dólares dos Estados Unidos). Esses valores se baseiam nos mesmos pressupostos usados para medir as obrigações por benefícios em 31 de dezembro de 2009.

Ano	Planos	PBPA
2010 . . . . .	\$104	\$ 37
2011 . . . . .	109	39
2012 . . . . .	113	42
2013 . . . . .	118	44
2014 . . . . .	124	47
2015–2019 . . . . .	712	280

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Nota R – Conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais**

Segue-se uma conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo) líquido	\$ 794	\$ (22)	\$ 134
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos:			
Receita de operações de crédito	150	57	(2)
Receita de investimento	(143)	(54)	(26)
Perda (ganho) líquida a realizar sobre investimentos de curto prazo	(382)	1,596	280
Juros e outros encargos sobre captações, após os swaps	(58)	350	182
Despesas administrativas, incluindo depreciação	84	7	67
Programas especiais	55	48	24
Prejuízo (lucro) líquido a realizar sobre instrumentos derivativos exceto os mantidos na carteira de curto prazo e captações com avaliação ao seu valor justo	500	(950)	149
Diminuição (aumento) líquida em investimentos de curto prazo	(3,067)	(1,951)	122
Provisão (crédito) para perdas com empréstimos e garantias	(21)	93	(13)
Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações	<u>\$ (2,088)</u>	<u>\$ (826)</u>	<u>\$ 917</u>
<b>Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa</b>			
Aumento (redução) resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos de curto prazo	\$ 73	\$ (199)	\$ 438
Investimentos mantidos até o vencimento	210	(237)	347
Saldo de empréstimos	(41)	806	583
Captações	(27)	272	840
Valores a receber de países membros, líquido	(203)	260	(302)

**Nota S – Informações sobre segmentos**

A Administração determinou que o Banco tem somente um segmento para fins de relatório, já que não administra suas operações alocando recursos com base na determinação das contribuições ao resultado líquido feitas pelas operações individuais. O Banco não distingue entre a natureza dos produtos fornecidos ou serviços prestados, o processo de preparação ou o método usado para prestar esses serviços aos diversos países. No anos de 2009, 2008 e 2007, os empréstimos feitos a três países ou garantidos por eles individualmente geraram mais de 10% da receita de operações de crédito:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Argentina	\$357	\$411	\$463
Brasil	494	579	583
Colômbia	231	253	230

**Nota T – Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para medir o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

**Caixa:** O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

**Investimentos:** Os valores justos dos títulos detidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precificação externos, distribuidoras independentes ou fluxos de caixa descontados.

**Empréstimos:** O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A falta de um mercado secundário para empréstimos de desenvolvimento dificulta a estimativa do valor justo da carteira de empréstimos do Banco, a despeito da flexibilidade oferecida pela estrutura de valor justo. Entretanto, o Banco continua a explorar as possíveis ferramentas de avaliação para estimar o valor justo de sua carteira de empréstimos sem incorrer em custos excessivos.

**Swaps:** Os valores justos dos swaps cambiais e de taxas de juros são baseados nos fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação.

**Captações:** O valor justo das captações se baseia em fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação.



## CAPITAL ORDINÁRIO

## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos instrumentos financeiros, juntamente com os respectivos valores contábeis, em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009 <sup>(1)</sup>		2008 <sup>(1)</sup>	
	Valor escritural	Valor justo	Valor escritural	Valor justo
Caixa .....	\$ 242	\$ 242	\$ 301	\$ 301
Investimentos				
Carteira de curto prazo .....	16.335	16.335	12.669	12.669
Detidos até o vencimento .....	3.843	3.916	3.657	3.703
Saldo de empréstimos, líquido .....	58.429	N/D	51.601	N/D
Swaps de taxa de juros e cambiais a receber				
Investimentos – Carteira de curto prazo .....	—	—	4	4
Empréstimos .....	186	186	41	41
Captações .....	3.968	3.968	3.454	3.454
Captações				
Curto prazo .....	1.908	1.908	3.067	3.067
Médio e longo prazo:				
Medidas ao valor justo .....	45.898	45.898	34.675	34.675
Medidas ao custo amortizado ..	13.123	13.878	12.211	13.977
Swaps de taxa de juros e cambiais a pagar				
Investimentos – Carteira de curto prazo .....	19	19	11	11
Empréstimos .....	191	191	110	110
Captações .....	933	933	1.792	1.792

N/D = Não disponível

<sup>(1)</sup> Inclui juros acumulados.

**Nota U – Eventos subsequentes**

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 1º de março de 2010, data em que as demonstrações contábeis foram publicadas. Como resultado dessa avaliação, não há eventos subsequentes que exijam, como foi definido, reconhecimento ou divulgação nas demonstrações contábeis do Banco em 31 de dezembro de 2009.



CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

**DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E SWAPS <sup>(1)</sup> – NOTA D**

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíço	Ienes	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos					
Valor escritural . . . . .	1.357	—	—	—	1.357 <sup>(2)</sup>
Saldo médio durante o exercício . . . . .	1.669	—	—	—	1.669
Perdas líquidas no exercício . . . . .	(7)	—	—	—	(7)
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto dos EUA					
Valor escritural . . . . .	5.068	1.028	96	361	6.553
Saldo médio durante o exercício . . . . .	3.930	686	69	276	4.961
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	(3)	6	(1)	—	2
Obrigações de bancos:					
Valor escritural . . . . .	3.652	695	99	7	4.453
Saldo médio durante o exercício . . . . .	4.233	1.122	146	2	5.503
Ganhos líquidos no exercício . . . . .	46	31	—	—	77
Títulos privados:					
Valor escritural . . . . .	49	—	—	—	49
Saldo médio durante o exercício . . . . .	79	—	—	—	79
Ganhos líquidos no exercício . . . . .	1	—	—	—	1
Títulos lastreados em hipotecas e ativos:					
Valor escritural . . . . .	2.292	1.600	—	—	3.892
Saldo médio durante o exercício . . . . .	2.221	1.579	—	—	3.800
Ganhos líquidos no exercício . . . . .	418	43	—	—	461
Total dos investimentos de curto prazo:					
Valor escritural . . . . .	12.418	3.323	195	368	16.304
Saldo médio durante o exercício . . . . .	12.132	3.387	215	278	16.012
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	455	80	(1)	—	534
Swaps de taxa de juros líquidos:					
Valor escritural <sup>(3)</sup> . . . . .	(8)	—	—	—	(8)
Saldo médio durante o exercício . . . . .	(6)	—	—	—	(6)
Perdas líquidas no exercício . . . . .	(6)	—	—	—	(6)
Swaps cambiais a receber					
Valor escritural <sup>(3)</sup> . . . . .	35	—	—	—	35
Saldo médio durante o exercício . . . . .	35	—	—	—	35
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	—	—	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:					
Valor escritural <sup>(3)</sup> . . . . .	—	(38)	—	—	(38)
Saldo médio durante o exercício . . . . .	—	(37)	—	—	(37)
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	—	—	—	—	—
Total dos investimentos de curto prazo e swaps:					
Valor escritural . . . . .	12.445	3.285	195	368	16.293
Saldo médio durante o exercício . . . . .	12.161	3.350	215	278	16.004
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	449	80	(1)	—	528
Retorno no exercício (%) . . . . .	4,97	4,34	0,21	0,19	4,65

<sup>(1)</sup> Exclui juros acumulados.<sup>(2)</sup> Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE, na sigla em inglês), tais como títulos de dívida e títulos lastreados em ativos e hipotecas, no valor de US\$ 538 milhões. As obrigações das GSE não são lastreadas na garantia plena do governo dos Estados Unidos.<sup>(3)</sup> O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta individual a receber (pagar), classificada pela sua moeda. Swaps cambiais e de taxas de juros são representados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, de acordo com a natureza (débito ou crédito) do valor justo líquido dos contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-1

**DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E SWAPS<sup>(1)</sup> – NOTA D**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíço	Ienes	Todas as moedas
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos:					
Valor escritural . . . . .	2.678	—	—	—	2.678 <sup>(2)</sup>
Saldo médio durante o exercício . . . . .	996	—	—	—	996
Ganhos líquidos no exercício . . . . .	10	—	—	—	10
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto dos EUA					
Valor escritural . . . . .	265	331	142	33	771
Saldo médio durante o exercício . . . . .	26	386	42	101	555
Ganhos líquidos no exercício . . . . .	—	7	1	1	9
Obrigações de bancos:					
Valor escritural . . . . .	3.300	1.361	120	—	4.781
Saldo médio durante o exercício . . . . .	3.493	1.714	239	231	5.677
Perdas líquidas no exercício . . . . .	(69)	(31)	—	—	(100)
Títulos privados:					
Valor escritural . . . . .	199	—	—	—	199
Saldo médio durante o exercício . . . . .	325	—	—	—	325
Perdas líquidas no exercício . . . . .	(2)	—	—	—	(2)
Títulos lastreados em hipotecas e ativos:					
Valor escritural . . . . .	2.346	1.838	—	—	4.184
Saldo médio durante o exercício . . . . .	3.237	2.273	—	—	5.510
Perdas líquidas no exercício . . . . .	(1.201)	(313)	—	—	(1.514)
Total dos investimentos de curto prazo:					
Valor escritural . . . . .	8.788	3.530	262	33	12.613
Saldo médio durante o exercício . . . . .	8.077	4.373	281	332	13.063
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	(1.262)	(337)	1	1	(1.597)
Swaps de taxa de juros líquidos:					
Valor escritural <sup>(3)</sup> . . . . .	(7)	—	—	—	(7)
Saldo médio durante o exercício . . . . .	(4)	—	—	—	(4)
Perdas líquidas no exercício . . . . .	(1)	—	—	—	(1)
Swaps cambiais a receber:					
Valor escritural <sup>(3)</sup> . . . . .	35	—	—	—	35
Saldo médio durante o exercício . . . . .	12	—	—	—	12
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	—	—	—	—	—
Swaps cambiais a pagar:					
Valor escritural <sup>(3)</sup> . . . . .	—	(36)	—	—	(36)
Saldo médio durante o exercício . . . . .	—	(11)	—	—	(11)
Perdas líquidas no exercício . . . . .	—	(2)	—	—	(2)
Total dos investimentos de curto prazo e swaps:					
Valor escritural . . . . .	8.816	3.494	262	33	12.605
Saldo médio durante o exercício . . . . .	8.085	4.362	281	332	13.060
Ganhos (perdas) líquidos no exercício . . . . .	(1.263)	(339)	1	1	(1.600)
Retorno no exercício (%) . . . . .	(12,57)	(3,26)	2,52	0,70	(7,84)

<sup>(1)</sup> Exclui juros acumulados.<sup>(2)</sup> Inclui obrigações emitidas ou garantidas por Empresas Patrocinadas pelo Governo (GSE, na sigla em inglês), tais como títulos de dívida e títulos lastreados em ativos e hipotecas, no valor de US\$ 1.357 milhões. As obrigações das GSE não são lastreadas na garantia plena do governo dos Estados Unidos.<sup>(3)</sup> O valor escritural dos swaps cambiais representa o valor justo de cada ponta individual a receber (pagar), classificada pela sua moeda. Swaps cambiais e de taxas de juros são representados no Balanço Patrimonial como ativos ou passivos, de acordo com a natureza (débito ou crédito) do valor justo líquido dos contratos.

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

**DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO<sup>(1)</sup> – NOTA D**

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Francos suíços	Ienes	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto dos EUA						
Valor escritural líquido .....	90	1.586	162	544	1.139	3.521
Ganhos brutos a realizar .....	1	37	1	2	35	76
Perdas brutas a realizar .....	—	4	—	—	2	6
Valor justo .....	91	1.619	163	546	1.172	3.591
Obrigações de bancos:						
Valor escritural líquido .....	—	—	—	—	167	167
Ganhos brutos a realizar .....	—	—	—	—	1	1
Perdas brutas a realizar .....	—	—	—	—	—	—
Valor justo .....	—	—	—	—	168	168
Títulos lastreados em hipotecas e ativos:						
Valor escritural líquido .....	5	—	—	—	117	122
Ganhos brutos a realizar .....	—	—	—	—	2	2
Perdas brutas a realizar .....	—	—	—	—	—	—
Valor justo .....	5	—	—	—	119	124
Total de investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido .....	95	1.586	162	544	1.423 <sup>(2)</sup>	3.810
Ganhos brutos a realizar .....	1	37	1	2	38	79
Perdas brutas a realizar .....	—	4	—	—	2	6
Valor justo .....	96	1.619	163	546	1.459	3.883
Retorno no exercício (%) .....	4,13	2,90	0,91	0,55	3,62	2,75

<sup>(1)</sup> Exclui juros acumulados.<sup>(2)</sup> O valor escritural líquido de investimentos mantidos até o vencimento em outras moedas consiste de:

Dólares canadenses .....	\$1.113
Libras esterlinas .....	206
Outros .....	104
Total .....	<u>\$1.423</u>

**ESTRUTURA DE VENCIMENTO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO**

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2010 .....	\$1.600	\$1.608
2011 a 2014 .....	<u>2.210</u>	<u>2.275</u>
Total .....	<u>\$3.810</u>	<u>\$3.883</u>

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-2

**DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO<sup>(1)</sup> – NOTA D**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Dólares dos Estados Unidos	Euros	Franco suíço	Ienes	Outras moedas	Todas as moedas
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA:						
Valor escritural líquido .....	181	1.428	155	551	947	3.262
Ganhos brutos a realizar .....	4	16	1	3	39	63
Perdas brutas a realizar .....	—	18	—	—	—	18
Valor justo .....	185	1.426	156	554	986	3.307
Obrigações de bancos:						
Valor escritural líquido .....	—	73	2	—	148	223
Ganhos brutos a realizar .....	—	—	—	—	—	—
Perdas brutas a realizar .....	—	—	—	—	—	—
Valor justo .....	—	73	2	—	148	223
Títulos lastreados em hipotecas e ativos:						
Valor escritural líquido .....	35	—	—	—	101	136
Ganhos brutos a realizar .....	—	—	—	—	2	2
Perdas brutas a realizar .....	1	—	—	—	—	1
Valor justo .....	34	—	—	—	103	137
Total dos investimentos mantidos até o vencimento:						
Valor escritural líquido .....	216	1.501	157	551	1.196 <sup>(2)</sup>	3.621
Ganhos brutos a realizar .....	4	16	1	3	41	65
Perdas brutas a realizar .....	1	18	—	—	—	19
Valor justo .....	219	1.499	158	554	1.237	3.667
Retorno no exercício (%) .....	3,87	3,74	2,21	0,72	4,27	3,47

<sup>(1)</sup> Exclui juros acumulados.<sup>(2)</sup> O valor escritural líquido dos investimentos mantidos até o investimento em outras moedas consiste no seguinte:

Dólares canadenses .....	\$ 927
Libras esterlinas .....	178
Outras informações .....	91
Total .....	<u>\$1.196</u>

**ESTRUTURA DE VENCIMENTO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Valor escritural líquido	Valor justo
2009 .....	\$1.535	\$1.539
2010 a 2013 .....	2.086	2.128
Total .....	<u>\$3.621</u>	<u>\$3.667</u>

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-3

## DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS EMPRÉSTIMOS – NOTA E

31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido	Saldo de 2009 <sup>(1)</sup>	País em cujo território foram concedidos empréstimos		A desembolsar	Saldo de 2008 <sup>(1)</sup>
		Moedas de países não mutuários <sup>(2)</sup>	Moedas de países mutuários		
Argentina.....	\$ 9.530	\$ 9.486	\$ 44	\$ 4.410	\$ 8.668
Bahamas.....	106	106	—	109	90
Barbados.....	153	153	—	133	140
Belize.....	103	103	—	41	94
Bolívia.....	124	124	—	228	161
Brasil.....	13.544	13.502	42	4.327	12.543
Chile.....	632	632	—	361	591
Colômbia.....	6.152	6.133	19	1.083	5.620
Costa Rica.....	255	255	—	800	251
El Salvador.....	1.610	1.610	—	17	1.377
Equador.....	1.608	1.608	—	643	1.487
Guatemala.....	1.451	1.451	—	909	1.197
Guiana.....	7	7	—	43	3
Honduras.....	54	54	—	185	75
Jamaica.....	707	707	—	331	627
México.....	7.089	7.089	—	1.788	4.782
Nicarágua.....	102	102	—	121	77
Panamá.....	1.040	1.040	—	466	911
Paraguai.....	717	717	—	537	705
Peru.....	4.046	4.046	—	482	3.957
República Dominicana.....	1.398	1.398	—	406	1.025
Suriname.....	68	68	—	90	59
Trinidad e Tobago.....	376	376	—	146	396
Uruguai.....	2.370	2.370	—	486	2.056
Venezuela.....	1.470	1.457	13	1.313	1.329
Regional.....	354	354	—	—	419
Empréstimos sem garantia soberana.....	2.883	2.883	—	1.900	2.433
Corporação Interamericana de Investimentos.....	100	100	—	200	100
Total para 2009.....	<u>\$58.049</u>	<u>\$57.931</u>	<u>\$ 118</u>	<u>\$21.555</u>	
Total para 2008.....		<u>\$51.041</u>	<u>\$ 132</u>	<u>\$19.820</u>	<u>\$51.173</u>

<sup>(1)</sup> Este quadro exclui o saldo de empréstimos sem garantia soberana participado, de US\$ 3.130 milhões, em 31 de dezembro de 2009 (2008 – US\$ 2.437 milhões). Também exclui o saldo de garantias de US\$ 988 milhões em 31 de dezembro de 2009 (2008 – US\$ 1.035 milhões).

<sup>(2)</sup> Inclui US\$ 1.476 milhões de empréstimos em moedas de países mutuários, que foram transformados em dólares dos Estados Unidos.

A carteira de empréstimos sem garantia soberana inclui empréstimos aos seguintes países (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	31 de dezembro			31 de dezembro	
	2009	2008		2009	2008
Argentina.....	\$ 90	\$ 1	Guatemala.....	\$ 69	\$ 25
Bolívia.....	67	73	Honduras.....	12	—
Brasil.....	1.342	925	México.....	81	87
Chile.....	14	302	Panamá.....	75	50
Colômbia.....	125	125	Peru.....	536	401
Costa Rica.....	178	180	Suriname.....	6	7
El Salvador.....	50	50	Regional.....	139	128
Equador.....	99	79		<u>\$2.883</u>	<u>\$2.433</u>

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-4

## DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE SALDO DE EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO<sup>(1)</sup> – NOTA E

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em várias moedas <sup>(2)</sup>		Empréstimos em moeda única			Total de empréstimos	
	Total	Taxa média ponderada (%)	Total	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Total	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos							
Custo com base fixa . . . . .	\$ 181	7,01	\$26.295	5,36	6,84	\$26.476	5,37
Ajustável . . . . .	2.116	4,14	4.158	4,66	7,27	6.274	4,48
Flutuante com base na LIBOR. . .	—	—	21.245	1,77	9,18	21.245	1,77
Euros							
Custo com base fixa . . . . .	43	7,00	—	—	—	43	7,00
Ajustável . . . . .	501	4,14	—	—	—	501	4,14
Franco suíço							
Custo com base fixa . . . . .	52	7,09	—	—	—	52	7,09
Ajustável . . . . .	578	4,14	—	—	—	578	4,14
Ienes							
Custo com base fixa . . . . .	94	6,99	—	—	—	94	6,99
Ajustável . . . . .	1.104	4,14	—	—	—	1.104	4,14
Flutuante com base na LIBOR. . .	—	—	88	0,99	7,13	88	0,99
Outras							
Custo com base fixa . . . . .	118	4,00	1.476	5,52	13,28	1.594	5,41
Saldo de empréstimos							
Custo com base fixa . . . . .	488	6,28	27.771	5,37	7,18	28.259	5,38
Ajustável . . . . .	4.299	4,14	4.158	4,66	7,27	8.457	4,40
Flutuante com base na LIBOR. . .	—	—	21.333	1,76	9,17	21.333	1,76
Total . . . . .	<u>\$4.787</u>	<u>4,36</u>	<u>\$53.262</u>	<u>3,87</u>	<u>7,99</u>	<u>\$58.049</u>	<u>3,91</u>

## ESTRUTURA DE VENCIMENTO DE SALDOS DE EMPRÉSTIMOS

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em várias moedas <sup>(2)</sup>		Empréstimos em moeda única		Todos os empréstimos		
	Custo com base fixa <sup>(4)</sup>	Ajustável	Custo com base fixa <sup>(4)</sup>	Ajustável <sup>(3)</sup>	Custo com base fixa <sup>(4)</sup>	Ajustável <sup>(3)</sup>	Total
2010 . . . . .	\$130	\$ 465	\$ 2.491	\$ 1.249	\$ 2.621	\$ 1.714	\$ 4.335
2011 . . . . .	100	460	2.487	1.398	2.587	1.858	4.445
2012 . . . . .	86	448	2.376	1.549	2.462	1.997	4.459
2013 . . . . .	66	414	2.214	1.766	2.280	2.180	4.460
2014 . . . . .	45	389	2.161	1.910	2.206	2.299	4.505
2015 a 2019 . . . . .	48	1.566	8.515	7.513	8.563	9.079	17.642
2020 a 2024 . . . . .	12	492	4.731	6.024	4.743	6.516	11.259
2025 a 2029 . . . . .	1	65	2.243	3.241	2.244	3.306	5.550
2030 a 2034 . . . . .	—	—	541	811	541	811	1.352
2035 a 2039 . . . . .	—	—	12	30	12	30	42
Total . . . . .	<u>\$488</u>	<u>\$4.299</u>	<u>\$27.771</u>	<u>\$25.491</u>	<u>\$28.259</u>	<u>\$29.790</u>	<u>\$58.049</u>
Vencimento médio (anos) . . . . .	<u>2,64</u>	<u>5,47</u>	<u>7,18</u>	<u>8,86</u>	<u>7,11</u>	<u>8,37</u>	<u>7,75</u>

<sup>(1)</sup> Informações apresentadas antes dos swaps cambiais e de taxas de juros.

<sup>(2)</sup> Vencimento médio de empréstimos em várias moedas: a seleção de moedas que o Banco faz com objetivos de cobrança não permite a determinação do vencimento médio por moeda para empréstimos em várias moedas. Sendo assim, o Banco divulga os períodos de vencimento de seus empréstimos em várias moedas e o vencimento médio do total da carteira de empréstimos em várias moedas em uma base combinada equivalente em dólares dos Estados Unidos.

<sup>(3)</sup> Inclui empréstimos flutuantes com base na LIBOR.

<sup>(4)</sup> Inclui um total de US\$ 1.160 milhões em empréstimos com taxa fixa.

**DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE SALDO DE EMPRÉSTIMOS POR MOEDA E PRODUTO<sup>(1)</sup> –  
NOTA E**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Empréstimos em várias moedas <sup>(2)</sup>		Empréstimos em moeda única			Total de empréstimos	
	Total	Taxa média ponderada (%)	Total	Taxa média ponderada (%)	Vencimento médio (anos)	Total	Taxa média ponderada (%)
Dólares dos Estados Unidos							
Custo com base fixa . . . . .	\$ 246	7,05	\$ 754	5,53	5,96	\$ 1.000	5,90
Ajustável . . . . .	6.075	4,21	23.113	5,15	7,59	29.188	4,95
Flutuante com base na LIBOR . . .	—	—	13.696	4,75	9,49	13.696	4,75
Euros							
Custo com base fixa . . . . .	52	7,05	—	—	—	52	7,05
Ajustável . . . . .	1.288	4,21	10	4,84	4,74	1.298	4,21
Francos suíços							
Custo com base fixa . . . . .	68	7,12	—	—	—	68	7,12
Ajustável . . . . .	1.613	4,21	—	—	—	1.613	4,21
Ienes							
Custo com base fixa . . . . .	146	7,04	—	—	—	146	7,04
Ajustável . . . . .	3.633	4,21	9	1,94	4,39	3.642	4,20
Flutuante com base na LIBOR . . .	—	—	93	1,08	7,87	93	1,08
Outras							
Custo com base fixa . . . . .	132	4,00	245	7,75	10,64	377	6,44
Saldo de empréstimos							
Custo com base fixa . . . . .	644	6,43	999	6,07	7,11	1.643	6,21
Ajustável . . . . .	12.609	4,21	23.132	5,15	7,59	35.741	4,82
Flutuante com base na LIBOR . . .	—	—	13.789	4,73	9,48	13.789	4,73
Total . . . . .	<u>\$13.253</u>	<u>4,32</u>	<u>\$37.920</u>	<u>5,02</u>	<u>8,26</u>	<u>\$51.173</u>	<u>4,84</u>

**ESTRUTURA DE VENCIMENTO DE SALDOS DE EMPRÉSTIMOS**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento	Empréstimos em várias moedas <sup>(2)</sup>		Empréstimos em moeda única		Todos os empréstimos		
	Custo com base fixa <sup>(4)</sup>	Ajustável	Custo com base fixa <sup>(4)</sup>	Ajustável <sup>(3)</sup>	Custo com base fixa <sup>(4)</sup>	Ajustável <sup>(3)</sup>	Total
2009 . . . . .	\$156	\$ 1.990	\$ 84	\$ 1.859	\$ 240	\$ 3.849	\$ 4.089
2010 . . . . .	131	1.906	84	2.144	215	4.050	4.265
2011 . . . . .	102	1.705	84	2.450	186	4.155	4.341
2012 . . . . .	86	1.442	90	2.603	176	4.045	4.221
2013 . . . . .	66	1.195	70	2.679	136	3.874	4.010
2014 a 2018 . . . . .	84	3.317	313	12.256	397	15.573	15.970
2019 a 2023 . . . . .	18	922	160	8.415	178	9.337	9.515
2024 a 2028 . . . . .	1	132	107	3.765	108	3.897	4.005
2029 a 2033 . . . . .	—	—	7	719	7	719	726
2034 a 2038 . . . . .	—	—	—	31	—	31	31
Total . . . . .	<u>\$644</u>	<u>\$12.609</u>	<u>\$ 999</u>	<u>\$36.921</u>	<u>\$1.643</u>	<u>\$49.530</u>	<u>\$51.173</u>
Vencimento médio (anos) . . . . .	<u>2,85</u>	<u>4,36</u>	<u>7,11</u>	<u>8,30</u>	<u>5,44</u>	<u>7,30</u>	<u>7,24</u>

<sup>(1)</sup> Informações apresentadas antes dos swaps cambiais e de taxas de juros.<sup>(2)</sup> Vencimento médio de empréstimos em várias moedas: a seleção de moedas que o Banco faz com objetivos de cobrança não permite a determinação da média de vencimento por moeda para empréstimos em várias moedas. Sendo assim, o Banco divulga os períodos de vencimento de seus empréstimos em várias moedas e o vencimento médio do total da carteira de empréstimos em várias moedas em uma base combinada equivalente em dólares dos Estados Unidos.<sup>(3)</sup> Inclui empréstimos flutuantes com base na LIBOR.<sup>(4)</sup> Inclui um total de US\$ 1.166 milhões em empréstimos com taxa fixa.



CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-5

## DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO E SWAPS – NOTAS H, I E J

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambial			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Total	Custo méd. pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor <sup>(2)</sup> a pagar (receber)	Custo méd. pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor <sup>(2)</sup> a pagar (receber)	Custo méd. pond. (%)	Vencimento médio (anos)	Valor <sup>(2)</sup> a pagar (receber)	Custo méd. pond. (%)	Vencimento médio (anos) <sup>(1)</sup>
<b>Dólares dos Estados Unidos</b>												
Fixa.....	\$31.334	4,21	5,38	\$ 645	5,42	0,67	\$ 415	5,02	6,69	\$ 32.394	4,25	5,30
	—	—	—	—	—	—	(23.540)	3,77	5,57	(23.540)	3,77	5,57
Ajustável.....	5.300	0,55	2,47	18.841	0,43	5,07	27.827	0,30	4,89	51.968	0,37	4,71
	—	—	—	(4.821)	0,15	2,72	(5.166)	0,60	3,91	(9.987)	0,38	3,34
<b>Euros</b>												
Fixa.....	2.293	5,08	1,48	—	—	—	—	—	—	2.293	5,08	1,48
	—	—	—	(1.107)	5,57	0,24	(860)	4,26	3,54	(1.967)	5,00	1,69
Ajustável.....	746	5,06	6,15	2.845	0,44	3,44	860	0,38	3,54	4.451	1,20	3,91
	—	—	—	(898)	4,26	5,95	—	—	—	(898)	4,26	5,95
<b>Francos suíços</b>												
Fixa.....	628	2,63	8,55	—	—	—	—	—	—	628	2,63	8,55
	—	—	—	(628)	2,63	8,55	—	—	—	(628)	2,63	8,55
Ajustável.....	—	—	—	1.035	0,09	2,21	—	—	—	1.035	0,09	2,21
	—	—	—	(349)	0,04	2,34	—	—	—	(349)	0,04	2,34
<b>Ienes</b>												
Fixa.....	920	4,98	3,81	—	—	—	—	—	—	920	4,98	3,81
	—	—	—	(462)	5,51	4,74	(161)	2,52	0,46	(623)	4,74	3,63
Ajustável.....	424	2,28	8,06	1.250	0,11	1,63	193	0,12	1,85	1.867	0,61	3,11
	—	—	—	(764)	1,16	4,73	(32)	1,23	8,83	(796)	1,16	4,89
<b>Outras</b>												
Fixa.....	18.231	6,41	5,18	—	—	—	—	—	—	18.231	6,41	5,18
	—	—	—	(18.231)	6,41	5,18	—	—	—	(18.231)	6,41	5,18
Ajustável.....	126	6,05	5,73	—	—	—	—	—	—	126	6,05	5,73
	—	—	—	(126)	6,05	5,73	—	—	—	(126)	6,05	5,73
<b>Total</b>												
Fixa.....	53.406	4,99	5,15	645	—	—	415	—	—	54.465	5,00	5,11
	—	—	—	(20.427)	—	—	(24.561)	—	—	(44.988)	4,89	5,26
Ajustável.....	6.596	1,28	3,31	23.971	—	—	28.880	—	—	59.446	0,45	4,56
	—	—	—	(6.958)	—	—	(5.198)	—	—	(12.155)	0,77	3,63
<b>Principal ao valor de face.....</b>	60.002	4,59	4,95	(2.769)	—	—	(464)	—	—	56.768	1,23	4,74
<b>Ajustes no valor justo ..</b>	759	—	—	(308)	—	—	(648)	—	—	(197)	—	—
<b>Desconto líquido a amortizar.....</b>	(2.361)	—	—	1.115	—	—	464 <sup>(3)</sup>	—	—	(781)	—	—
<b>Total .....</b>	<u>\$58.400</u>	<u>4,59</u>	<u>4,95</u>	<u>\$ (1.962)</u>	—	—	<u>\$ (648)</u>	—	—	<u>\$ 55.790</u>	<u>1,23</u>	<u>4,74</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2009, o período médio de reprecificação das obrigações cambiais líquidas para captações com taxas ajustáveis foi de quatro meses.

(2) Swaps cambiais são demonstrados em seu valor de face e swaps de taxas de juros, ao valor teórico de cada ponta a pagar ou (receber), classificados pela moeda. Tanto os swaps cambiais quanto os de taxas de juros são ajustados, no total, ao valor justo, como indicado. O valor justo líquido a receber de swaps cambiais e de taxas de juros de US\$ 1.962 milhões e US\$ 648 milhões, respectivamente, mostrados no quadro acima, são representados pelos ativos de swaps cambiais e de taxas de juros ao valor justo de US\$ 3.647 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxas de juros ao valor justo de US\$ 1.037 milhões, inclusos no Balanço Patrimonial.

(3) Representa o desconto a amortizar sobre swaps de taxas de juros de cupom zero.

## ESTRUTURA DE VENCIMENTO DO SALDO DE CAPTAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

31 de dezembro de 2009

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2010.....	\$ 9.759	2015 a 2019.....	\$14.369
2011.....	7.361	2020 a 2024.....	1.761
2012.....	9.634	2025 a 2029.....	2.406
2013.....	4.704	2037 a 2039.....	1.128
2014.....	8.880	<b>Total .....</b>	<u>\$60.002</u>

**DEMONSTRAÇÃO DE CAPTAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO E SWAPS – NOTAS H, I E J**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Moeda/Tipo de taxa	Captações diretas			Contratos de swap cambial			Contratos de swap de taxa de juros			Obrigações cambiais líquidas		
	Total	Custo méd. pond. (%)	Venci-mento médio (anos)	Valor <sup>(2)</sup> a pagar (receber)	Custo méd. pond. (%)	Venci-mento médio (anos)	Valor <sup>(2)</sup> a pagar (receber)	Custo méd. pond. (%)	Venci-mento médio (anos)	Valor <sup>(2)</sup> a pagar (receber)	Custo méd. pond. (%)	Venci-mento médio (anos) <sup>(1)</sup>
<b>Dólares dos Estados Unidos</b>												
Fixa.....	\$25.689	4,81	5,74	\$ 620 (150)	5,62 8,58	1,33 0,67	\$ 580 (16.517)	5,25 4,15	5,77 5,53	\$ 26.889 (16.667)	4,84 4,19	5,64 5,49
Ajustável.....	212	2,08	6,31	16.392 (3.997)	2,81 2,98	5,55 3,53	17.739 (2.531)	3,25 2,08	4,49 4,44	34.343 (6.528)	3,03 2,63	5,01 3,88
<b>Euro</b>												
Fixa.....	2.234	5,08	2,48	173 (630)	6,70 5,57	0,67 1,24	— (838)	— 4,26	— 4,54	2.407 (1.468)	5,20 4,82	2,35 3,12
Ajustável.....	799	5,23	7,39	2.961 (799)	4,10 5,23	3,81 7,39	838 —	3,99 —	4,54 —	4.598 (799)	4,28 5,23	4,57 7,39
<b>Franco suíço</b>												
Ajustável.....	—	—	—	1.311	2,78	2,13	—	—	—	1.311	2,78	2,13
<b>Ienes</b>												
Fixa.....	2.595	3,02	2,08	— (139)	— 5,73	— 4,58	— (1.408)	— 1,94	— 0,63	2.595 (1.547)	3,02 2,28	2,08 0,98
Ajustável.....	434	2,09	9,06	458 (952)	0,60 1,29	2,59 4,09	1.441 (33)	0,76 1,23	0,84 9,83	2.333 (985)	0,98 1,29	2,71 4,28
<b>Outras</b>												
Fixa.....	15.194	6,64	5,54	— (15.194)	— 6,64	— 5,54	— —	— —	— —	15.194 (15.194)	6,64 6,64	5,54 5,54
Ajustável.....	134	7,46	6,16	— (134)	— 7,46	— 6,16	— —	— —	— —	134 (134)	7,46 7,46	6,16 6,16
<b>Total</b>												
Fixa.....	45.712	5,33	5,31	793 (16.113)			580 (18.763)			47.085 (34.876)	5,34 5,20	5,24 5,21
Ajustável.....	1.579	4,13	7,60	21.122 (5.882)			20.018 (2.564)			42.719 (8.446)	3,06 2,80	4,75 4,30
<b>Principal ao valor de face.....</b>	47.291	5,29	5,38	(80)			(729)			46.482	3,81	4,99
<b>Ajustes no valor justo ..</b>	1.703			(1.166)			(1.432)			(895)		
<b>Desconto líquido a amortizar.....</b>	(2.667)			1.063			729 <sup>(3)</sup>			(875)		
<b>Total .....</b>	<u>\$46.327</u>	<u>5,29</u>	<u>5,38</u>	<u>\$ (183)</u>			<u>\$ (1.432)</u>			<u>\$ 44.712</u>	<u>3,81</u>	<u>4,99</u>

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2008, o período médio de reprecificação das obrigações cambiais líquidas para captações com taxas ajustáveis foi de quatro meses.<sup>(2)</sup> Swaps cambiais são demonstrados em seu valor de face e swaps de taxas de juros, ao valor teórico de cada ponta a pagar ou (receber), classificados pela moeda. Tanto os swaps cambiais quanto os de taxas de juros são ajustados, no total, ao valor justo, como indicado. O valor justo líquido a receber de swaps cambiais e de taxas de juros de US\$ 183 milhões e US\$ 1.432 milhões, respectivamente, mostrados no quadro acima, são representados pelos ativos de swaps cambiais e de taxas de juros ao valor justo de US\$ 3.415 milhões e passivos de swaps cambiais e de taxas de juros ao valor justo de US\$ 1.800 milhões, inclusos no Balanço Patrimonial.<sup>(3)</sup> Representa o desconto a amortizar sobre swaps de taxas de juros de cupom zero.**ESTRUTURA DE VENCIMENTO DO SALDO DE CAPTAÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

31 de dezembro de 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Ano de vencimento		Ano de vencimento	
2009.....	\$ 5.952	2014 a 2018.....	\$13.772
2010.....	7.583	2019 a 2023.....	1.193
2011.....	4.926	2024 a 2028.....	2.816
2012.....	5.951	2037 e 2038.....	747
2013.....	4.351	<b>Total .....</b>	<u>\$47.291</u>

CAPITAL ORDINÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

ANEXO I-6

**DEMONSTRAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES DO CAPITAL – NOTA M**

31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos<sup>(1)</sup>

Países membros	Ações	Parcela realizada do capital subscrito		Parcela exigível do capital subscrito	Total para 2009	Total para 2008
		Moedas livremente conversíveis	Outras moedas			
Alemanha .....	158.638	\$ 82,3	\$ —	\$ 1.831,4	\$ 1.913,7	\$ 1.913,7
Argentina .....	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Áustria .....	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
Bahamas .....	17.398	7,5	4,1	198,3	209,9	209,9
Barbados .....	10.767	3,9	1,8	124,3	129,9	129,9
Bélgica .....	27.438	14,2	—	316,8	331,0	331,0
Belize .....	9.178	3,6	3,6	103,5	110,7	110,7
Bolívia .....	72.258	29,0	8,4	834,4	871,7	871,7
Brasil .....	900.154	361,1	104,1	10.393,8	10.858,9	10.858,9
Canadá <sup>(2)</sup> .....	669.774	173,7	—	7.906,1	8.079,8	4.039,9
Chile .....	247.163	99,1	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
China .....	184	0,1	—	2,1	2,2	—
Colômbia .....	247.163	99,2	28,6	2.853,9	2.981,6	2.981,6
Coreia, República da .....	184	0,1	—	2,1	2,2	2,2
Costa Rica .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Croácia .....	4.018	2,1	—	46,4	48,5	48,5
Dinamarca .....	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
El Salvador .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Equador .....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Eslovênia .....	2.434	1,3	—	28,1	29,4	29,4
Espanha .....	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Estados Unidos .....	2.512.529	1.303,0	—	29.006,7	30.309,7	30.309,7
Finlândia .....	13.312	6,9	—	153,7	160,6	160,6
França .....	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Guatemala .....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Guiana .....	13.393	5,2	2,6	153,8	161,6	161,6
Haiti .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Honduras .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Israel .....	13.126	6,8	—	151,5	158,3	158,3
Itália .....	158.638	82,3	—	1.831,4	1.913,7	1.913,7
Jamaica .....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Japão .....	418.642	217,1	—	4.833,2	5.050,3	5.050,3
México .....	578.632	232,1	66,9	6.681,3	6.980,3	6.980,3
Nicarágua .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Noruega .....	14.157	7,3	—	163,4	170,8	170,8
Países Baixos .....	28.207	14,6	—	325,6	340,3	340,3
Panamá .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Paraguai .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Peru .....	120.445	48,3	14,0	1.390,7	1.453,0	1.453,0
Portugal .....	4.474	2,3	—	51,7	54,0	54,0
Reino Unido .....	80.551	41,8	—	929,9	971,7	971,7
República Dominicana .....	48.220	19,3	5,6	556,8	581,7	581,7
Suécia .....	27.268	14,1	—	314,8	328,9	328,9
Suíça .....	39.347	20,4	—	454,2	474,7	474,7
Suriname .....	7.342	3,5	2,2	82,9	88,6	88,6
Trinidad e Tobago .....	36.121	14,5	4,2	417,1	435,7	435,7
Uruguai .....	96.507	38,7	11,2	1.114,3	1.164,2	1.164,2
Venezuela .....	482.267	216,0	33,3	5.568,5	5.817,8	5.817,8
Total para 2009 .....	<u>8.702.335</u>	<u>\$ 3.870</u>	<u>\$ 469</u>	<u>\$100.641</u>	<u>\$104.980</u>	
Total para 2008 .....	<u>8.367.264</u>	<u>\$ 3.870</u>	<u>\$ 469</u>	<u>\$ 96.599</u>		<u>\$100.938</u>

<sup>(1)</sup> Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.<sup>(2)</sup> Em 2009, inclui 334.887 ações de capital exigível temporárias e sem poder de voto, com valor nominal de US\$ 4.039,9 milhões. Para maiores informações, consulte a Nota M.

**DEMONSTRAÇÃO DE SUBSCRIÇÕES AO CAPITAL E PODER DE VOTO**

31 de dezembro de 2009

Países membros	Ações subscritas com poder de voto	Número de votos	% do número total de votos <sup>(1)</sup>
<b>Países membros regionais em desenvolvimento</b>			
Argentina .....	900.154	900.289	10,751
Bahamas .....	17.398	17.533	0,209
Barbados .....	10.767	10.902	0,130
Belize .....	9.178	9.313	0,111
Bolívia .....	72.258	72.393	0,865
Brasil .....	900.154	900.289	10,751
Chile .....	247.163	247.298	2,953
Colômbia .....	247.163	247.298	2,953
Costa Rica .....	36.121	36.256	0,433
El Salvador .....	36.121	36.256	0,433
Equador .....	48.220	48.355	0,577
Guatemala .....	48.220	48.355	0,577
Guiana .....	13.393	13.528	0,162
Haiti .....	36.121	36.256	0,433
Honduras .....	36.121	36.256	0,433
Jamaica .....	48.220	48.355	0,577
México .....	578.632	578.767	6,912
Nicarágua .....	36.121	36.256	0,433
Panamá .....	36.121	36.256	0,433
Paraguai .....	36.121	36.256	0,433
Peru .....	120.445	120.580	1,440
República Dominicana .....	48.220	48.355	0,577
Suriname .....	7.342	7.477	0,089
Trinidad e Tobago .....	36.121	36.256	0,433
Uruguai .....	96.507	96.642	1,154
Venezuela .....	482.267	482.402	5,761
Total dos membros regionais em desenvolvimento .....	4.184.669	4.188.179	50,015
<b>Canadá</b> <sup>(2)</sup> .....	334.887	335.022	4,001
<b>Estados Unidos</b> .....	2.512.529	2.512.664	30,006
<b>Membros extrarregionais</b>			
Alemanha .....	158.638	158.773	1,896
Áustria .....	13.312	13.447	0,161
Bélgica .....	27.438	27.573	0,329
China .....	184	319	0,040
Coreia, República da .....	184	319	0,004
Croácia .....	4.018	4.153	0,050
Dinamarca .....	14.157	14.292	0,171
Eslovênia .....	2.434	2.569	0,031
Espanha .....	158.638	158.773	1,896
Finlândia .....	13.312	13.447	0,161
França .....	158.638	158.773	1,896
Israel .....	13.126	13.261	0,158
Itália .....	158.638	158.773	1,896
Japão .....	418.642	418.777	5,001
Noruega .....	14.157	14.292	0,171
Países Baixos .....	28.207	28.342	0,338
Portugal .....	4.474	4.609	0,055
Reino Unido .....	80.551	80.686	0,964
Suécia .....	27.268	27.403	0,327
Suíça .....	39.347	39.482	0,471
Total dos países membros extrarregionais .....	1.335.363	1.338.063	15,979
<b>TOTAL</b> .....	<u>8.367.448</u>	<u>8.373.928</u>	<u>100,000</u>

<sup>(1)</sup> Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.<sup>(2)</sup> Exclui 334.887 ações de capital exigível temporárias e sem poder de voto.

## **FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS**

As demonstrações contábeis do Fundo para Operações Especiais do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações contábeis em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro			
	2009		2008	
<b>ATIVO</b>				
<b>Caixa e investimentos</b>				
Caixa – Nota C.....	\$ 369		\$ 365	
Investimentos – Notas D, E e Anexo II-1.....	<u>1.041</u>	<u>\$1.410</u>	<u>990</u>	<u>\$1.355</u>
<b>Saldo de empréstimos – Nota F e Anexo II-2 .....</b>	<b>4.317</b>		4.524	
Provisão para alívio da dívida.....	<u>—</u>	<u>4.317</u>	<u>(423)</u>	<u>4.101</u>
<b>Juros e outros encargos acumulados sobre empréstimos .....</b>		<b>20</b>		23
<b>Valores a receber de países membros – Nota G</b>				
Obrigações não negociáveis e não remuneradas:				
Obrigações à demanda .....	458		527	
Notas a prazo .....	146		—	
Valores necessários para manutenção de valor de ativos monetários ..	<u>98</u>	<u>702</u>	<u>283</u>	<u>810</u>
<b>Total do ativo .....</b>		<b><u>\$6.449</u></b>		<b><u>\$6.289</u></b>
<b>PASSIVO E SALDO DO FUNDO</b>				
<b>Passivo</b>				
Contas a pagar e despesas acumuladas .....	\$ 4		\$ 5	
Projetos de cooperação técnica e outros				
financiamentos a desembolsar – Nota H. ....	89		91	
Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID.....	154		73	
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos				
monetários – Nota G.....	<u>295</u>	<u>\$ 542</u>	<u>334</u>	<u>\$ 503</u>
<b>Saldo do fundo</b>				
Cotas de contribuição autorizadas e subscritas – Nota I				
e Anexo II-3 .....	9.762		9.636	
Reserva geral (déficit) – Nota J.....	<u>(3.966)</u>		<u>(3.952)</u>	
Ajustes de tradução acumulados – Nota K.....	<u>111</u>	<u>5.907</u>	<u>102</u>	<u>5.786</u>
<b>Total do passivo e saldo do fundo .....</b>		<b><u>\$6.449</u></b>		<b><u>\$6.289</u></b>

As notas explicativas e anexos fazem parte integrante das demonstrações contábeis.



FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E RESERVA GERAL (DÉFICIT)

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Lucro (prejuízo)</b>			
Empréstimos			
Juros .....	\$ 75	\$ 80	\$ 79
Outras receitas de empréstimos .....	8	11	11
	83	91	90
Investimentos – Nota D .....	57	(18)	56
Receitas totais .....	140	73	146
<b>Despesas</b>			
Despesas administrativas – Nota L .....	12	62	64
Despesas totais .....	12	62	64
<b>Lucro antes da cooperação técnica, alívio da dívida e transferências aprovadas pela Assembleia de Governadores .....</b>	<b>128</b>	<b>11</b>	<b>82</b>
<b>Despesa com cooperação técnica .....</b>	<b>23</b>	<b>33</b>	<b>23</b>
<b>Despesa com alívio da dívida .....</b>	<b>(3)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Transferências para o Fundo Não Reembolsável do BID aprovadas pela Assembleia de Governadores – Nota J. ....</b>	<b>122</b>	<b>50</b>	<b>50</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido .....</b>	<b>(14)</b>	<b>(72)</b>	<b>9</b>
<b>Reserva geral (déficit), início do exercício .....</b>	<b>(3.952)</b>	<b>(3.880)</b>	<b>(3.889)</b>
<b>Reserva geral (déficit), encerramento do exercício .....</b>	<b>\$(3.966)</b>	<b>\$(3.952)</b>	<b>\$(3.880)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Lucro (prejuízo) líquido .....</b>	<b>\$(14)</b>	<b>\$(72)</b>	<b>\$ 9</b>
<b>Ajustes de tradução – Nota K .....</b>	<b>9</b>	<b>(16)</b>	<b>34</b>
<b>Lucro (prejuízo) abrangente .....</b>	<b>\$ (5)</b>	<b>\$(88)</b>	<b>\$43</b>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

*Em milhões de dólares dos Estados Unidos*

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades de crédito</b>			
Desembolsos de empréstimos . . . . .	<b>\$(414)</b>	\$(415)	\$(393)
Amortizações de empréstimos . . . . .	<b>220</b>	229	275
Participações em empréstimos, líquidas . . . . .	<b>(2)</b>	(5)	(2)
Caixa líquido aplicado em atividades de empréstimo . . . . .	<b>(196)</b>	(191)	(120)
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento</b>			
Valores recebidos de países membros . . . . .	<b>49</b>	22	28
Cotas de contribuição de países membros . . . . .	<b>125</b>	—	—
Restituição das cotas de contribuição para os países membros . . . . .	<b>—</b>	(1)	—
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento . . . . .	<b>174</b>	21	28
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais</b>			
Compras brutas de investimentos . . . . .	<b>(886)</b>	(586)	(572)
Recursos brutos gerados pela venda ou vencimento de investimentos . . . . .	<b>872</b>	730	625
Receita de operações de crédito . . . . .	<b>80</b>	91	93
Receita de investimentos . . . . .	<b>31</b>	23	23
Despesas administrativas . . . . .	<b>(13)</b>	(63)	(65)
Financiamentos de cooperação técnica e outros . . . . .	<b>(25)</b>	(27)	(23)
Transferências de caixa para o Fundo Não Reembolsável do BID . . . . .	<b>(41)</b>	(15)	(12)
Recursos líquidos gerados por atividades operacionais . . . . .	<b>18</b>	153	69
<b>Efeito de flutuações de taxas de câmbio sobre o saldo de caixa . . . . .</b>	<b>8</b>	8	8
<b>Aumento (redução) no saldo de caixa, líquido . . . . .</b>	<b>4</b>	(9)	(15)
<b>Caixa, início do exercício . . . . .</b>	<b>365</b>	374	389
<b>Caixa, encerramento do exercício . . . . .</b>	<b>\$ 369</b>	\$ 365	\$ 374

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional, constituída em dezembro de 1959. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Fundo para Operações Especiais (FOE) foi instituído de acordo com o Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) com o objetivo de conceder empréstimos em termos altamente privilegiados aos países membros do Banco menos desenvolvidos. O FOE também presta assistência técnica relacionada com projetos e sem conexão com empréstimos específicos. O FOE complementa as atividades do Capital Ordinário, do Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) e do Fundo Não Reembolsável do BID (GRF). O objetivo do MFI é subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos concedidos pelo Capital Ordinário a certos mutuários. O GRF foi instituído em 2007 com a finalidade de fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou de certos projetos.

### Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis do FOE são preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. A preparação de demonstrações contábeis exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas. Foram feitos julgamentos significativos na avaliação de certos instrumentos financeiros e na determinação da adequação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em junho de 2009, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) publicou uma emenda à norma contábil referente à hierarquia dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (FASB ASC 105-10-65-1). Essa emenda altera a hierarquia dos princípios contábeis dos Estados Unidos usada na preparação de demonstrações contábeis de entidades não governamentais. Estabelece a Codificação de Normas de Contabilidade do FASB (FASB ASC) como a fonte mais autorizada de informações sobre princípios de contabilidade reconhecida pelo FASB para aplicação, por entidades não governamentais, na preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os princípios contábeis dos Estados Unidos da América. A

adoção dessa emenda não teve impacto nas demonstrações contábeis do FOE.

Em 9 de abril de 2009, o FASB publicou o FASB ASC 820-10-65-4, que prevê diretrizes para tornar as medições ao valor justo mais condizentes com os princípios apresentados na norma contábil sobre Medições e Divulgações de Valor Justo; além disso, essa emenda exige um aprimoramento nas divulgações sobre ativos e passivos financeiros contabilizados ao seu valor justo. Esse pronunciamento contábil não afetou a posição financeira do FOE e nem os resultados de suas operações. As divulgações aprimoradas estão no Anexo II-1 – Demonstração Resumida dos Investimentos.

Em maio de 2009, o FASB publicou a norma contábil Eventos Subsequentes (FASB ASC 855-10). O objetivo deste pronunciamento é estabelecer normas gerais de contabilidade relacionadas com eventos ocorridos entre a data do balanço e a data em que as demonstrações contábeis são publicadas ou ficam prontas para a publicação, bem como as divulgações aplicáveis. O FOE adotou o FASB ASC 855-10 em 2009 e a respectiva divulgação aparece na Nota O – Eventos Subsequentes.

Durante 2009, o FASB publicou a Atualização da Norma Contábil (ASU) Nº 2009-16, “Transferência e Serviço (Tópico 860) – Contabilização de Transferências de Ativos Financeiros”. A ASU Nº 2009-16 emenda a norma sobre Transferência e Serviço (FASB ASC 860), com o objetivo de aumentar a relevância e comparabilidade das informações prestadas pela entidade em suas demonstrações contábeis sobre transferências de ativos financeiros; os efeitos de transferência sobre sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa; e a eventual continuação do envolvimento do cedente com os ativos financeiros cedidos. A ASU Nº 2009-16 vigora para o Banco para os períodos de relatório anual e intermediário após 1º de janeiro de 2010 e não deve ter impacto relevante na posição financeira do Banco nem no resultados de suas operações.

### Tradução de valores expressos em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são expressas em dólares dos Estados Unidos; entretanto, o Banco conduz suas operações nas moedas de todos os seus membros, as quais são consideradas funcionais. Os recursos do FOE provêm das cotas de contribuição e lucros acumulados nessas várias moedas. Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para dólares dos Estados Unidos da América a taxas de câmbio praticadas pelo mercado nas datas do Balanço Patrimonial. As receitas e despesas nessas moedas são traduzidas pelas taxas praticadas pelo mercado durante cada mês. As flutuações das taxas de câmbio não afetam os equivalentes em dólar dos Estados Unidos de valores em moedas sujeitas à manutenção de valor (MV) descrita a seguir. Os ajustes líquidos resultantes da tradução de

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

ativos e passivos de moedas que não contam com a proteção da MV, derivadas dos aumentos nas cotas de contribuição de 1983, 1990 e 1995, para dólares dos Estados Unidos estão refletidos em Resultado abrangente<sup>1</sup> na Demonstração de Resultado Abrangente.

### Investimentos

As transações com títulos para fins de investimento são registradas na data da operação. Todos os títulos para fins de investimento são mantidos em uma carteira de curto prazo e contabilizados ao seu valor justo, com as variações no valor justo refletidas em Receita de investimentos.

### Empréstimos

O Banco usa recursos do FOE para conceder empréstimos altamente privilegiados, denominados em moedas de países membros não mutuários, aos países membros menos desenvolvidos, seus órgãos ou subdivisões políticas. Em anos anteriores, o Banco também concedeu empréstimos privilegiados em moedas locais a membros mutuários. O Banco tem seguido a política de exigir que, quando o mutuário não for um governo nacional, banco central ou outra entidade governamental ou intergovernamental, o empréstimo goze de plena garantia governamental. De acordo com o contrato com os mutuários, o Banco vende participações em certos empréstimos para o Fundo Fiduciário de Progresso Social, conservando para si a administração de tais empréstimos.

Os empréstimos normalmente têm até 40 anos de prazo e até 10 anos de período de carência para as amortizações do principal, e normalmente têm uma taxa de juros de 1% durante o período de carência e de 2% após esse período. O principal dos empréstimos é amortizável e os juros acumulados são pagáveis nas mesmas moedas do empréstimo. Como resultado da Iniciativa para o Alívio da Dívida Multilateral (IADM) e Reforma Financeira Concessional aprovada pela Assembleia de Governadores em 2007 (veja a Nota N), o Banco agora oferece empréstimos concessionais que combinam empréstimos do Capital Ordinário e FOE (“empréstimos paralelos”). A parcela do FOE nos empréstimos paralelos é composta por empréstimos com parcela única, vencimento em até 40 anos e taxa de juros de 0,25%.

O resultado dos empréstimos é reconhecido em regime de competência. É política do Banco contabilizar pelo regime de caixa todos os empréstimos concedidos a um governo membro quando o serviço relativo a qualquer empréstimo concedido para tal governo, ou garantido por ele, por qualquer fundo de

titularidade do Banco ou sob sua gestão, estiver em mora por mais de 180 dias. Na data em que um empréstimo a um país membro é colocado em regime de caixa, todos os empréstimos a esse país membro são colocados no mesmo regime. Quando um empréstimo é colocado em regime de caixa, os encargos que tiverem sido acumulados e permanecerem em aberto são deduzidos da receita do período corrente. Os encargos sobre empréstimos contabilizados em regime de caixa são refletidos no resultado somente quando os respectivos pagamentos forem de fato recebidos pelo Banco. Na data em que um país membro paga o total dos valores vencidos, recomeça a contabilização de juros, o país readquire a qualificação para novos empréstimos e todos os encargos vencidos (inclusive os dos anos anteriores) são reconhecidos como receita de empréstimos no período corrente.

O Banco nunca teve de baixar um empréstimo do FOE, e segue a política de não reescalonar amortizações de empréstimos. O Banco periodicamente examina a viabilidade do recebimento de empréstimos e, se for o caso, debita ao resultado uma provisão para perdas com empréstimos, de acordo com sua determinação do risco de cobrança da carteira de empréstimos. Esses exames consideram as probabilidades de inadimplência associadas com as classificações de crédito externas de cada devedor, ajustadas para refletir a probabilidade de inadimplência em relação ao Banco, bem como o potencial para perdas resultantes da mora na amortização de empréstimos. Em razão da natureza de seus mutuários, o Banco tem a expectativa de que todos os empréstimos do FOE sejam liquidados. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a provisão para créditos de liquidação duvidosa era insignificante.

Os custos diretos incrementais associados à colocação de empréstimos são debitados ao resultado quando incorridos, já que os valores são considerados irrelevantes para os resultados financeiros.

**Reconhecimento de alívio da dívida:** O Banco participou de iniciativas de alívio da dívida criadas por organizações internacionais para tratar dos problemas de dívida dos países membros identificados como países pobres muito endividados (HIPC) com o perdão total ou parcial do pagamento de encargos futuros sobre os saldos de empréstimo do FOE. O principal componente dos empréstimos afetado pelas iniciativas de alívio de dívida do Banco é reconhecido como Despesa de alívio de dívida na Demonstração de Resultado e Reserva Geral (Déficit) e como redução em Saldo de empréstimos, por intermédio de uma Provisão para alívio da dívida, quando o compromisso do FOE for provável e o valor do alívio da dívida for estimável. De acordo com essa política e com a Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados, o FOE reconhece o componente de principal de alívio de dívida quando o país atinge o Ponto de

<sup>1</sup> As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecerem nas notas às demonstrações contábeis.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

Decisão, como definido<sup>2</sup>. De acordo com o Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, o FOE reconheceu o alívio da dívida plenamente quando a Assembleia de Governadores aprovou a participação do banco nessa iniciativa, em 2006. Quando é concedido o alívio, os saldos dos empréstimos são baixados contra a Provisão para alívio da dívida.

**Valores a receber de países membros**

Os valores a receber de países membros incluem obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial das cotas de contribuição de um membro; notas a prazo, não negociáveis e não remuneradas, aceitas em lugar do pagamento imediato total ou parcial de obrigações de Manutenção de Valor; e outras obrigações de Manutenção de Valor.

**Cotas de contribuição**

**Reconhecimento:** As cotas de contribuição são contabilizadas integralmente na data efetiva da reposição. As cotas de contribuição a receber resultantes são apresentadas como uma dedução das Cotas de contribuição autorizadas e subscritas até serem liquidadas pelo seu pagamento em dinheiro ou pela entrega de obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas.

As cotas de contribuição a receber devem ser integralizadas durante o período de reposição, de acordo com um cronograma de subscrição e integralização estabelecido pelas partes. A subscrição e integralização dos valores a receber quando se tornam devidos por certos membros depende do processo de apropriação orçamentária do respectivo país. As cotas de contribuição são integralizadas pelo pagamento em espécie ou obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas. As obrigações recebidas como integralização das cotas de contribuição são realizadas como previsto na resolução de reposição de recursos pertinente.

**Avaliação:** O Convênio estipula que as cotas de contribuição sejam expressas em termos de dólares dos Estados Unidos com o peso e título de 1º de janeiro de 1959. A Segunda Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional eliminou as paridades ouro entre as moedas a partir de 1º de abril de 1978. Consequentemente, a assessoria jurídica do Banco deu parecer no sentido de que os Direitos Especiais de Saque (DES) tinham se tornado os sucessores do dólar dos Estados Unidos de 1959 como padrão de valor para as contribuições dos membros e para fins de manter o valor dos ativos monetários detidos pelo

FOE. O DES tem um valor igual à soma dos valores de montantes específicos de moedas determinadas, incluindo o dólar dos Estados Unidos. Enquanto não for tomada uma decisão pelo órgão que governa o Banco e de acordo com o parecer da Assessoria Jurídica, o Banco continuará a prática de usar como base de avaliação o dólar dos Estados Unidos de 1959, como avaliado em termos de 1º de julho de 1974, o qual equivale a aproximadamente 1,2063 dólares dos Estados Unidos da época.

**Manutenção de valor (MV)**

De acordo com o Convênio, cada membro obriga-se a manter o valor dos ativos do FOE detidos em sua moeda, até o ponto estabelecido pelos termos dos respectivos aumentos nas cotas de contribuição. Da mesma forma, e de acordo com os mesmos termos de aumento de cotas de contribuição, o Banco obriga-se a restituir a cada membro um montante em sua própria moeda equivalente a qualquer aumento significativo no valor denominado na moeda desse membro detido pelo FOE. O padrão de valor para esses fins é o dólar dos Estados Unidos, com o título e peso em vigor em 1º de janeiro de 1959. Os ativos monetários derivados dos aumentos nas cotas de contribuição em 1983, 1990 e 1995 não contam com manutenção de valor.

O valor relacionado com a MV para recursos em moedas de países membros não mutuários é apresentado como ativo ou passivo no Balanço Patrimonial, incluído em Valores necessários/ a pagar para a Manutenção de Valor de ativos monetários.

**Despesas administrativas**

Todas as despesas administrativas do Banco, excluindo as despesas de realinhamento, são distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com uma fórmula de alocação aprovada pela Diretoria Executiva. Durante 2009, as proporções efetivas de alocação de despesas administrativas foram de 2,3% para o FOE e 97,7% para o Capital Ordinário (2008 – 12,7% e 87,3%; 2007 – 11,5% e 88,5%).

**Cooperação técnica**

Os projetos de cooperação técnica a fundo perdido, bem como certos financiamentos cuja recuperação depende explicitamente de eventos que podem não ocorrer, são contabilizados como Despesas de cooperação técnica quando de sua aprovação.

Os cancelamentos de parcelas não desembolsadas e recuperações de financiamentos recuperáveis contingentemente são compensados contra Despesas de cooperação técnica no exercício em que ocorrerem.

**Transferências da reserva geral**

O FOE faz transferências da reserva geral para o GRF. Tais transferências são reconhecidas como despesa quando aprovadas

<sup>2</sup> De acordo com os termos da HIPC reforçada, o Ponto de Decisão é alcançado quando o país estabelece um histórico de políticas econômicas adequado. O Ponto de Conclusão é atingido quando o país demonstra um forte desempenho contínuo em suas políticas econômicas.

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

pela Assembleia de Governadores e financiadas de acordo com as exigências de financiamento do GRF. A parcela a desembolsar das transferências aprovadas é demonstrada em Valores devidos ao Fundo Não Reembolsável do BID no Balanço Patrimonial.

**Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados pelo Banco para medir o valor justo dos seus instrumentos financeiros:

**Caixa:** O saldo de caixa apresentado no Balanço Patrimonial é aproximadamente igual ao valor justo.

**Investimentos:** Os valores justos dos títulos mantidos como investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precificação externos, distribuidoras independentes ou fluxos de caixa descontados.

**Empréstimos:** O Banco é uma das pouquíssimas instituições que concedem empréstimos para financiar desenvolvimento na América Latina e no Caribe. A falta de um mercado secundário para empréstimos de desenvolvimento dificulta a estimativa do valor justo da carteira de empréstimos do Banco, a despeito da flexibilidade oferecida pela estrutura de valor justo. Entretanto, o Banco continua a explorar as possíveis ferramentas de avaliação para estimar o valor justo de sua carteira de empréstimos sem incorrer em custos excessivos.

**Nota C – Moedas sujeitas a restrições**

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de caixa incluía US\$ 355 milhões (2008 – US\$ 353 milhões) em moedas emitidas por mutuários regionais. O valor de US\$ 12 milhões (2008 – US\$ 21 milhões) estava sob restrição de um membro, de acordo com as disposições do Convênio, no que se refere ao uso para o pagamento de bens e serviços em seu território.

**Nota D – Investimentos**

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do FOE em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas. Esses investimentos incluem obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos lastreados em hipotecas e ativos com praticamente todas as classificações de crédito entre AAA e A (os títulos de curto prazo têm a mais elevada classificação de crédito de curto prazo). O Banco limita as atividades de investimento em títulos a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

O Banco administra dois conjuntos de investimentos para o FOE e MFI. Durante 2009, a parcela do FOE dos ganhos com investimentos a realizar desses dois fundos totalizou US\$ 28 milhões (2008 – perdas a realizar no valor de US\$ 69 milhões).

Um resumo da posição em títulos a curto prazo em 31 de dezembro de 2009 e 2008, incluindo a participação do FOE nos ativos desses conjuntos de investimentos, é apresentado na Demonstração Resumida de Investimentos – Anexo II-1. O retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, durante 2009, foi de 5,09% (2008 – (1,68%); 2007 – 4,42%).

**Nota E – Medições pelo valor justo**

A estrutura de medição do valor justo cria uma hierarquia de valor justo que estabelece uma escala de prioridades para os dados utilizados pelas técnicas de avaliação no estabelecimento do valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

- Nível 1—Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos acessíveis no momento da medição, para ativos ou passivos idênticos e sem restrições à negociação;
- Nível 2—Preços cotados em mercados que não são ativos ou dados observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;
- Nível 3—Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis (quer dizer, que contem com o apoio de pouca ou nenhuma atividade de mercado).

Os instrumentos de investimento do FOE são avaliados ao valor justo com base em preços cotados em mercados que não são ativos, serviços de precificação externos, quando há, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Essas metodologias constituem-se em técnicas de avaliação condizentes com a abordagem de rendimento e mercado. Esses títulos para investimentos são classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo. Para mais detalhes sobre a carteira de títulos mantidos como investimento de curto prazo por classe, consulte o Anexo II-1.

**Nota F – Saldo de empréstimos e Provisão para alívio de dívidas**

Os empréstimos aprovados são desembolsados de acordo com as necessidades do projeto financiado; entretanto, os desembol-



FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

sos somente começam quando mutuário e eventual garantidor satisfazem certas condições suspensivas exigidas por contrato. Um resumo da posição de empréstimos por país é apresentado na Demonstração Resumida do Saldo de Empréstimos – Anexo II-2. A taxa de juros média para o saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 era de 1,65% e 1,76%, respectivamente, e o prazo médio era de 12,8 anos em 2009 e 12,3 anos em 2008.

A evolução da Provisão para alívio da dívida para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 é demonstrada a seguir (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008	2007
Saldo em 1º de janeiro.....	\$ 423	\$ 433	\$ 4.311
Despesa com alívio de dívida – componente principal.....	(10)	—	—
Alívio da dívida durante o exercício:			
Iniciativa HIPC Reforçada.....	(10)	(10)	(893)
Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral .....	(403)	—	(2.985)
Saldo em 31 de dezembro .....	<u>\$ —</u>	<u>\$ 423</u>	<u>\$ 433</u>
Composto de:			
Provisão para a Iniciativa HIPC Reforçada.....	\$ —	\$ 10	\$ 10
Provisão para a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral....	—	413	423
Total.....	<u>\$ —</u>	<u>\$ 423</u>	<u>\$ 433</u>

**Nota G – Valores a receber de países membros**

A composição de valores líquidos a receber de países membros em 31 de dezembro de 2009 e 2008 é a seguinte (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Países membros regionais em desenvolvimento .....	\$ 647	\$ 699
Canadá.....	15	35
Países membros extrarregionais .....	(255)	(258)
Total.....	<u>\$ 407</u>	<u>\$ 476</u>

Esses valores são representados no Balanço Patrimonial como segue (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Valores a receber de países membros .....	\$ 702	\$ 810
Valores a pagar para a manutenção de valor de ativos monetários .....	(295)	(334)
Total.....	<u>\$ 407</u>	<u>\$ 476</u>

Em 16 de outubro de 2009, o Banco celebrou um acordo com um de seus países membros mutuários, para consolidar o saldo de suas obrigações de Manutenção de Valor para com o FOE no valor de US\$ 146 milhões e aceitou um cronograma de pagamentos que previa dezesseis prestações anuais, a partir de 2010.

**Nota H – Projetos de cooperação técnica e outros financiamentos a desembolsar**

Segue um resumo das variações em Projetos de Cooperação Técnica e Outros Financiamentos a desembolsar para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008
Saldo em 1º de janeiro.....	\$ 91	\$ 85
Aprovações .....	33	43
Cancelamentos.....	(6)	(6)
Desembolsos.....	(29)	(31)
Saldo em 31 de dezembro .....	<u>\$ 89</u>	<u>\$ 91</u>

**Nota I – Cotas de contribuição autorizadas e subscritas**

Foram aceitas obrigações à demanda, não negociáveis e não remuneradas, em lugar do pagamento imediato total ou parcial das cotas de contribuição dos membros. O pagamento das cotas de contribuição depende dos processos orçamentários dos membros e, em alguns casos, de seu processo legislativo. A cota de contribuição do Canadá está sendo aumentada por recebimentos de principal, juros e encargos de serviço sobre empréstimos concedidos pelo Fundo Fiduciário Canadense administrado pelo Banco (2009 – US\$ 1 milhão; 2008 – US\$ 1 milhão). Para uma Demonstração de Cotas de Contribuição em 31 de dezembro de 2009 e 2008, consulte o Anexo II-3.

**Poder de voto**

Na tomada de decisões com respeito a operações do FOE, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos aplicáveis a decisões que envolvem o Capital Ordinário.

**Aumento no número de membros do Banco**

Em 12 de janeiro de 2009, a República Popular da China ingressou no Banco como seu 48º membro. Como parte de sua participação no Banco, a China contribuiu com US\$ 125 milhões em espécie para o FOE.



FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Restituição do capital à Sérvia e Montenegro**

Em junho de 2008, o Banco restituiu fundos à Sérvia e ao Montenegro, correspondendo às suas cotas de contribuição como resultado da decisão, tomada por esses países, de não subscrever essas cotas na qualidade de sucessores da República Socialista Federal da Iugoslávia, que foi membro do Banco. Os ajustes associados a essas restituições resultaram em uma redução de US\$ 5,4 milhões nas cotas de contribuição.

**Nota J – Reserva (déficit) geral**

A Reserva (déficit) geral consiste dos lucros e perdas em exercícios anteriores.

Como parte do Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional, em 1º de janeiro de 2007, o Banco deixou de transferir recursos do FOE para o MFI (para mais pormenores, vide Nota N). Além disso, em 2007, a Assembleia de Governadores aprovou a criação do GRF, que é financiado por transferências da reserva geral do FOE (calculadas com exclusão do valor principal acumulado perdoado como parte das Iniciativas HIPC e outros alívios de dívida), e possíveis contribuições diretas de países doadores.

Em 2009, a Assembleia de Governadores aprovou a transferência de US\$ 122 milhões (2008 – US\$ 50 milhões) do FOE para o GRF para doações ao Haiti. A transferência estimada do FOE para o GRF totalizou US\$ 128 milhões em 2010. As transferências futuras vão ser determinadas com base na situação financeira do FOE.

A seguir, um resumo das variações na Reserva geral (déficit) para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Alívio de dívida	Receita (despesa) exceto alívio de dívida	Total (do déficit) da reserva geral
Saldos em 1º de janeiro de 2007 .....	\$(4.698)	\$809	\$(3.889)
Lucro líquido .....	—	9	9
Saldo em 31 de dezembro de 2007 .....	(4.698)	818	(3.880)
Prejuízo líquido .....	—	(72)	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2008 .....	(4.698)	746	(3.952)
Lucro (prejuízo) líquido .....	3	(17)	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 .....	\$(4.695)	\$729	\$(3.966)

**Nota K – Ajustes de tradução acumulados**

Segue um resumo dos Ajustes de tradução acumulados para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	2009	2008	2007
Saldos em 1º de janeiro .....	\$102	\$118	\$ 84
Ajustes de tradução .....	9	(16)	34
Saldo em 31 de dezembro .....	\$111	\$102	\$118

**Nota L – Despesas administrativas**

De acordo com a política descrita na Nota B, o FOE compartilha de todas as despesas incorridas pelo Banco, exceto as de realinhamento, incluindo as relacionadas com os planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria.

**Nota M – Conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais**

Segue-se uma conciliação entre Resultado líquido (prejuízo) e Caixa líquido gerado por atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo) líquido .....	\$(14)	\$(72)	\$ 9
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Receita de empréstimos .....	(3)	—	3
Perda (ganho) líquida a realizar sobre investimentos .....	(26)	41	(32)
Despesas administrativas .....	(1)	(1)	(2)
Financiamentos de cooperação técnica e outros .....	(2)	6	—
Transferências para o GRF .....	81	35	38
Redução (aumento) líquida em investimentos .....	(14)	144	53
Alívio da dívida .....	(3)	—	—
Recursos líquidos gerados por atividades operacionais .....	\$ 18	\$153	\$ 69
<b>Divulgação suplementar de itens que não afetam caixa</b>			
Aumento (redução) resultante de flutuações na taxa de câmbio:			
Investimentos .....	\$ 11	\$(16)	\$ 9
Saldo de empréstimos .....	10	56	95
Valores a receber de países membros, líquido .....	(20)	49	(78)

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Nota N – Alívio de dívida e Reforma Financeira Concessional**

O Banco participa das Iniciativas HIPC Original e Reforçada, iniciativas internacionais coordenadas pelo Grupo dos Sete (G-7), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional, para tratar dos problemas de endividamento de um grupo de países identificados como países pobres muito endividados. Além disso, em 2007, o Banco aprovou a IMAD e a Reforma Financeira Concessional, proporcionando alívio de 100% das dívidas de empréstimos qualificados para países membros pobres altamente endividados e reestruturando as operações do FOE. De acordo com o IMAD, os países do grupo HIPC, a Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua se tornaram qualificados para o alívio de dívida no momento em que chegaram ao Ponto de Conclusão sob a Iniciativa HIPC Reforçada. No final de 2009, os cinco países qualificados tinham alcançado o Ponto de Conclusão e o Banco forneceu US\$ 4.695 milhões no total para o alívio de dívidas sob as três iniciativas. A participação do Banco nessas iniciativas culminou com o Haiti chegando ao Ponto de Conclusão em junho de 2009.

Como parte da reestruturação das atividades do FOE em 2007, após assegurar o alívio de dívida da IMAD, os países do FOE recebem empréstimos paralelos, que misturam recursos do FOE e do Capital Ordinário para oferecer recursos privilegiados para países qualificados, incluindo países que já receberam reduções nas taxas de juros cobradas em seus empréstimos do Capital Ordinário pelo MFI. Além disso, o FOE agora é responsável por uma porcentagem menor das despesas administrativas do Banco distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE.

**Nota O – Eventos subsequentes**

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 22 de março de 2010, data em que os demonstrativos financeiros foram aprovados pela Assembleia de Governadores. Como resultado da avaliação, exceto conforme indicado abaixo, não há evento subsequente, conforme definido, que exija o reconhecimento ou a divulgação dos demonstrativos financeiros do FOE em 31 de dezembro de 2009.

Em 22 de março de 2010, a Assembleia de Governadores do Banco acordou em tomar as medidas necessárias para, entre outras coisas, conceder separadamente US\$ 479 milhões para financiar o cancelamento da dívida do Haiti junto ao FOE e de suas restantes conversões de moeda local, de maneira a conceder financiamento imediato não reembolsável para o Haiti e converter os empréstimos não desembolsados para o Haiti em recursos não reembolsáveis. Em 31 de dezembro de 2009, a dívida do Haiti com o FOE, suas restantes conversões em moeda local e os empréstimos não desembolsados do FOE para o Haiti correspondiam, respectivamente, a US\$ 447 milhões, US\$ 28 milhões e US\$ 186 milhões. Os documentos técnicos e jurídicos necessários serão elaborados para submissão à Assembleia de Governadores, no prazo de 60 dias, a fim de proceder com uma votação formal.

## DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA D

31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

Investimentos	2009	2008
Fundos comuns de investimento <sup>(1)</sup> :		
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos . . . . .	\$ 94	\$128
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA . . . .	10	68
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto do governo dos EUA . . . . .	284	48
Títulos privados . . . . .	5	30
Obrigações de bancos. . . . .	222	305
Títulos lastreados em hipotecas . . . . .	130	150
Títulos lastreados em ativos . . . . .	85	108
	<u>830</u>	<u>837</u>
Investimentos diretos:		
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA . . . . .	141	31
Obrigações de bancos. . . . .	70	122
	<u>\$1.041</u>	<u>\$990</u>

<sup>(1)</sup> Detalhes dos investimentos por categorias, representando a parcela do FOE dos ativos de fundos comuns de investimento. Para mais detalhes, consulte a Nota D.

As moedas dos investimentos acima são as seguintes:

Moedas	2009	2008
Coroas dinamarquesas . . . . .	\$ 4	\$ 4
Coroas suecas . . . . .	4	3
Dólares canadenses . . . . .	45	31
Dólares dos Estados Unidos . . . .	850	852
Euros . . . . .	119	87
Libras esterlinas . . . . .	19	13
	<u>\$1.041</u>	<u>\$990</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## ANEXO II-2

**DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DE SALDO DE EMPRÉSTIMOS – NOTA F**

31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

País em cujo território foram concedidos empréstimos	Saldo de 2009 <sup>(1)</sup>	Moeda em que o saldo devedor deve ser recebido		A desembolsar	Saldo de 2008 <sup>(1)</sup>
		Moedas de países não mutuários	Moedas de países mutuários		
Argentina.....	\$ 80	\$ —	\$ 80	\$ —	\$ 89
Barbados.....	7	7	—	—	9
Bolívia.....	392	361	31	335	295
Brasil.....	195	—	195	—	224
Colômbia.....	80	6	74	—	94
Costa Rica.....	37	34	3	—	47
El Salvador.....	386	375	11	—	407
Equador.....	437	388	49	10	464
Guatemala.....	310	268	42	15	314
Guiana.....	252	251	1	149	188
Haiti.....	447	441	6	186	785
Honduras.....	396	365	31	306	363
Jamaica.....	28	24	4	—	32
México.....	7	—	7	—	10
Nicarágua.....	576	555	21	252	463
Panamá.....	19	16	3	—	26
Paraguai.....	271	254	17	33	283
Peru.....	28	7	21	—	38
República Dominicana.....	298	288	10	—	316
Suriname.....	1	—	1	4	1
Trinidad e Tobago.....	6	—	6	—	7
Uruguai.....	10	4	6	—	13
Regional.....	54	53	1	—	56
Total para 2009.....	<u>\$4.317</u>	<u>\$3.697</u>	<u>\$620</u>	<u>\$1.290</u>	
Total para 2008.....		<u>\$3.823</u>	<u>\$701</u>	<u>\$1.502</u>	<u>\$4.524</u>

<sup>(1)</sup> Exclui as participações vendidas ao Fundo Fiduciário de Progresso Social no total de US\$ 31 milhões (2008 – US\$ 33 milhões), incluindo US\$ 3 milhões (2008 – US\$ 3 milhões) para a Costa Rica, US\$ 5 milhões (2008 – US\$ 6 milhões) para a República Dominicana, US\$ 6 milhões (2008 – US\$ 6 milhões) para o Equador, US\$ 10 milhões (2008 – US\$ 10 milhões) para El Salvador, US\$ 4 milhões (2008 – US\$ 5 milhões) para a Guatemala, US\$ 2 milhões (2008 – US\$ 2 milhões) para o Panamá e US\$ 1 milhão (2008 – US\$ 1 milhão) para o Paraguai.

Segue o cronograma de recebimento dos empréstimos denominados em moedas de países não mutuários:

Moedas	2009	2008
Coroas dinamarquesas.....	\$ 22	\$ 23
Coroas norueguesas.....	11	16
Coroas suecas.....	8	12
Dólares canadenses.....	145	157
Dólares dos Estados Unidos.....	2.895	2.873
Euros.....	439	516
Franco suíço.....	25	30
Ienes.....	117	160
Libras esterlinas.....	35	36
	<u>\$3.697</u>	<u>\$3.823</u>

FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## ANEXO II-3

**DEMONSTRAÇÃO DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO – NOTA I**

31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos <sup>(1)</sup>

Países membros	Cotas de contribuição autorizadas e subscritas				
	Sujeitas à manutenção de valor		Não sujeitas à manutenção de valor	Total para 2009	Total para 2008
	Antes dos ajustes	Ajustes <sup>(2)</sup>			
Alemanha . . . . .	\$ 136,7	\$ —	\$ 93,3	\$ 230,0	\$ 230,0
Argentina . . . . .	402,8	29,5	73,1	505,4	505,4
Áustria . . . . .	11,0	—	9,0	20,0	20,0
Bahamas . . . . .	8,8	—	1,8	10,6	10,6
Barbados . . . . .	1,4	—	0,4	1,8	1,8
Bélgica . . . . .	27,1	—	15,4	42,5	42,5
Belize . . . . .	—	—	7,6	7,6	7,6
Bolívia . . . . .	32,5	9,7	6,5	48,7	48,7
Brasil . . . . .	402,8	62,2	79,4	544,4	544,4
Canadá . . . . .	226,3	12,6	71,3	310,2	309,4
Chile . . . . .	111,4	24,0	22,3	157,7	157,7
China . . . . .	—	—	125,0	125,0	—
Colômbia . . . . .	111,4	20,1	22,2	153,7	153,7
Costa Rica . . . . .	16,2	4,0	3,2	23,4	23,4
Croácia . . . . .	3,1	—	2,8	5,9	5,9
Dinamarca . . . . .	11,7	—	8,3	20,0	20,0
El Salvador . . . . .	16,2	2,0	3,2	21,4	21,4
Equador . . . . .	21,7	4,2	4,4	30,3	30,3
Eslovênia . . . . .	1,8	—	1,6	3,4	3,4
Espanha . . . . .	133,4	—	82,4	215,8	215,8
Estados Unidos . . . . .	4.100,0	243,7	495,3	4.839,0	4.839,0
Finlândia . . . . .	11,0	—	8,0	19,0	19,0
França . . . . .	133,4	—	87,7	221,1	221,1
Guatemala . . . . .	21,7	6,8	4,3	32,8	32,8
Guiana . . . . .	7,0	—	1,3	8,3	8,3
Haiti . . . . .	16,2	2,4	3,2	21,8	21,8
Honduras . . . . .	16,2	7,1	3,2	26,5	26,5
Israel . . . . .	10,8	—	7,2	18,0	18,0
Itália . . . . .	133,4	—	82,3	215,7	215,7
Jamaica . . . . .	21,7	2,7	4,4	28,8	28,8
Japão . . . . .	148,8	—	443,1	591,9	591,9
México . . . . .	259,2	15,0	54,8	329,0	329,0
Nicarágua . . . . .	16,2	4,8	3,2	24,2	24,2
Noruega . . . . .	11,7	—	8,3	20,0	20,0
Países Baixos . . . . .	20,3	—	16,6	36,9	36,9
Panamá . . . . .	16,2	5,9	3,3	25,4	25,4
Paraguai . . . . .	16,2	8,5	3,2	27,9	27,9
Peru . . . . .	54,5	14,3	11,0	79,8	79,8
Portugal . . . . .	5,0	—	2,8	7,8	7,8
Reino Unido . . . . .	133,4	—	41,9	175,3	175,3
República Dominicana . . . . .	21,7	7,9	4,3	33,9	33,9
Suécia . . . . .	23,7	—	16,4	40,1	40,1
Suíça . . . . .	38,7	—	24,4	63,1	62,9
Suriname . . . . .	5,3	—	1,0	6,3	6,3
Trinidad e Tobago . . . . .	16,2	1,5	3,2	20,9	20,9
Uruguai . . . . .	43,5	3,7	8,7	55,9	55,9
Venezuela . . . . .	250,1	12,1	53,1	315,3	315,3
Total para 2009 . . . . .	\$ 7.228	\$ 505	\$ 2.029	\$ 9.762	
Total para 2008 . . . . .	\$ 7.227	\$ 505	\$ 1.904		\$ 9.636

<sup>(1)</sup> Dados arredondados; devido ao arredondamento, a soma das parcelas pode diferir dos subtotais e dos totais.<sup>(2)</sup> Representa a manutenção de ajustes de valor resultantes de variações nos valores das moedas em 1972 e 1973 devido à desvalorização do dólar dos Estados Unidos naqueles anos.

## **CONTA DO MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO**

As demonstrações contábeis da Conta do Mecanismo de Financiamento Intermediário do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações contábeis em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2009	2008
<b>ATIVO</b>		
Caixa .....	\$ 1	\$ 1
Investimentos – Notas C, D, e Anexo III-1 .....	227	250
Total do ativo .....	<u>\$228</u>	<u>\$251</u>
<b>PASSIVO</b>		
Contas a pagar e despesas acumuladas .....	\$ 7	\$ 3
<b>SALDO DO FUNDO</b>		
Saldo do fundo .....	221	248
Total do passivo e saldo do fundo .....	<u>\$228</u>	<u>\$251</u>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Acréscimos</b>			
Receita de investimentos – Nota C .....	\$ 12	\$ —	\$ 14
Total de acréscimos .....	<u>12</u>	<u>—</u>	<u>14</u>
<b>Deduções</b>			
Perdas com investimentos – Nota C .....	—	7	—
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário .....	39	50	48
Total de deduções .....	<u>39</u>	<u>57</u>	<u>48</u>
<b>Variação no saldo do fundo .....</b>	<b>(27)</b>	<b>(57)</b>	<b>(34)</b>
<b>Saldo do fundo, início do exercício .....</b>	<b>248</b>	<b>305</b>	<b>339</b>
<b>Saldo do fundo, encerramento do exercício .....</b>	<b><u>\$221</u></b>	<b><u>\$248</u></b>	<b><u>\$305</u></b>

## DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais</b>			
Receita de investimentos .....	\$ 1	\$ 3	3
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário .....	(35)	(47)	(48)
Redução em investimentos, líquida .....	<u>34</u>	<u>43</u>	<u>47</u>
<b>Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações e aumento (redução) no saldo de caixa, líquido .....</b>	<b>—</b>	<b>(1)</b>	<b>2</b>
<b>Caixa, início do exercício .....</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>—</b>
<b>Caixa, encerramento do exercício .....</b>	<b><u>\$ 1</u></b>	<b><u>\$ 1</u></b>	<b><u>\$ 2</u></b>

As notas explicativas e anexo são parte integrante das demonstrações contábeis.



MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional, constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) prevê que suas operações sejam conduzidas pelo Capital Ordinário e pelo Fundo para Operações Especiais (FOE). O Mecanismo de Financiamento Intermediário (MFI) foi constituído em 1983 pela Assembleia de Governadores do Banco, com o propósito de subsidiar parte dos pagamentos de juros sobre os empréstimos do Capital Ordinário concedidos a certos mutuários. Até 31 de dezembro de 2006, o MFI era financiado principalmente por transferências do FOE. Em 2007, o Banco cancelou as transferências do FOE para o MFI (ver Nota G).

Na tomada de decisões com respeito a operações do MFI, o número de votos e o poder de voto percentual de cada país membro são os mesmos aplicáveis a decisões que envolvem o Capital Ordinário, exceto pelo fato de que a autoridade de voto para decisões de premiar os subsídios de empréstimos do MFI é determinada de acordo com a contribuição proporcional de cada país membro ao FOE.

### Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com os princípios contábeis vigentes nos Estados Unidos. A preparação de tais demonstrações contábeis de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos exige da administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

### Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em junho de 2009, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) publicou uma emenda à norma contábil referente à hierarquia dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (FASB ASC 105-10-65-1). Essa emenda altera a hierarquia dos princípios contábeis dos Estados Unidos usada na preparação de demonstrações contábeis de entidades não governamentais. Estabelece a Codificação de Normas de Contabilidade do FASB (FASB ASC) como a fonte mais autorizada de informações sobre princípios de contabilidade reconhecida pelo FASB para aplicação, por entidades não governamentais, na preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os princípios contábeis dos Estados Unidos. A adoção dessa emenda não teve impacto nas demonstrações contábeis do MFI.

Em 9 de abril de 2009, o FASB publicou o FASB ASC 820-10-65-4, que prevê diretrizes para tornar as medições ao valor justo mais condizentes com os princípios apresentados na norma contábil sobre Medições e Divulgações de Valor Justo; além disso, essa emenda exige um aprimoramento nas divulgações sobre ativos e passivos financeiros contabilizados ao seu valor justo. Esse pronunciamento contábil não afetou a posição financeira do MFI e nem os resultados de suas operações. As divulgações aprimoradas estão no Anexo III-1 – Demonstração Resumida dos Investimentos.

Em maio de 2009, o FASB publicou a norma contábil Eventos Subsequentes (FASB ASC 855-10). O objetivo deste pronunciamento contábil é estabelecer normas gerais de contabilidade relacionadas com eventos ocorridos entre a data do balanço e a data em que as demonstrações contábeis são publicadas ou ficam prontas para a publicação, bem como as divulgações aplicáveis. O MFI adotou o FASB ASC 855-10 em 2009 e a respectiva divulgação aparece na Nota H – Eventos Subsequentes.

### Investimentos

Todos os títulos para fins de investimento são registrados na data da operação e mantidos em uma carteira de curto prazo contabilizados ao seu valor justo, com as alterações no valor justo refletidas em Receita (prejuízo) de investimentos. Os valores justos dos títulos para fins de investimento são baseados nos preços praticados no mercado, quando disponíveis, ou em informações de serviços de precificação externos, distribuidoras independentes ou fluxos de caixa descontados.

### Despesas administrativas

Todas as despesas administrativas do MFI são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com um método de alocação aprovado pela Diretoria Executiva.

### Nota C – Investimentos

Como parte de sua estratégia geral de gestão de carteira, o Banco investe os recursos do MFI em títulos de alta qualidade, de acordo com diretrizes de investimento estabelecidas, por meio de dois fundos comuns de investimentos administrados pelo Banco que beneficiem o MFI e o FOE. Esses investimentos incluem obrigações emitidas por governos, órgãos governamentais, bancos e empresas, e títulos lastreados em hipotecas e ativos com praticamente todas as classificações de crédito entre AAA e A (os títulos de curto prazo têm a mais elevada classificação de crédito de curto prazo). O Banco limita as atividades de investimento em títulos a uma lista de distribuidoras e contrapartes autorizadas. Foram estabelecidos limites de crédito para cada contraparte.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

A parcela proporcional do MFI dos fundos comuns de investimentos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 é apresentada na Demonstração Resumida de Investimentos – Anexo III-1. Todos os investimentos são mantidos em dólares dos Estados Unidos. Durante 2009, a parcela do MFI dos ganhos com investimentos a realizar desses fundos totalizou US\$ 6 milhões (2008 – perdas a realizar no valor de US\$ 17 milhões). O retorno médio sobre os investimentos, incluindo ganhos e perdas realizados e a realizar, durante 2009, foi de 5,26% (2008 – (2,30%); 2007 – 4,41%).

**Nota D – Medições pelo valor justo**

A estrutura de medição do valor justo cria uma hierarquia de valor justo que estabelece uma escala de prioridades para os dados utilizados pelas técnicas de avaliação no estabelecimento do valor justo. Essa hierarquia dá a mais alta prioridade aos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, sem ajustes (Nível 1), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (Nível 3). Os três níveis da hierarquia do valor justo são:

- Nível 1—Preços (sem ajuste) cotados em mercados ativos acessíveis no momento da medição, para ativos ou passivos idênticos e sem restrições à negociação;
- Nível 2—Preços cotados em mercados que não são ativos ou dados observáveis, direta ou indiretamente, durante praticamente toda a vida do ativo ou passivo;
- Nível 3—Preços ou técnicas de avaliação que exijam dados ao mesmo tempo significativos para a medição ao valor justo e não observáveis (quer dizer, que contem com o apoio de pouca ou nenhuma atividade de mercado).

Os instrumentos para fins de investimento do MFI são avaliados com base em preços cotados em mercados que não são ativos, serviços de precificação externos, se houver, em cotações solicitadas a corretoras ou distribuidoras de valores ou preços derivados de modelos de precificação alternativos, utilizando fluxos de caixa descontados. Essas metodologias constituem-se em técnicas de avaliação condizentes com a abordagem de rendimento e mercado. Esses instrumentos são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de valor justo. Para mais detalhes sobre a carteira de títulos mantidos como investimento de curto prazo por classe, consulte o Anexo III-1.

**Nota E – Compromissos**

O pagamento pelo MFI de parte dos juros devidos por mutuários depende da disponibilidade de recursos. Em 31 de dezembro de 2009, os valores de desembolsos e saldos a desembolsar, classificados por país, dos empréstimos de que o MFI pagaria parte dos juros são os seguintes (em milhões):

País	Desembolsados em carteira	A desembolsar
Barbados.....	\$ 30	\$ —
Bolívia.....	61	—
Costa Rica.....	58	—
El Salvador.....	377	1
Equador.....	468	60
Guatemala.....	417	52
Jamaica.....	231	26
Nicarágua.....	63	—
Panamá.....	56	—
Paraguai.....	196	113
República Dominicana.....	302	18
Suriname.....	56	15
Trinidad e Tobago.....	53	—
Uruguai.....	53	—
Regional.....	29	—
	<u>\$2.450</u>	<u>\$285</u>

O subsídio das taxas de juros sobre certos empréstimos do Capital Ordinário é ajustado duas vezes ao ano pela Diretoria Executiva. O subsídio não pode exceder 3,62% por ano (5% por ano para empréstimos selecionados com subsídio maior, de acordo com a Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (HIPC)).

Os empréstimos aprovados depois de 31 de dezembro de 2006 não estão mais qualificados para o subsídio. Espera-se que, com o tempo, o Banco distribua todos os recursos do MFI para subsidiar parte dos pagamentos de juros pelos quais os mutuários do Capital Ordinário são responsáveis.

MECANISMO DE FINANCIAMENTO INTERMEDIÁRIO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Nota F – Conciliação entre a Variação no saldo do fundo e o Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais**

Segue-se uma conciliação entre Variação no saldo do fundo e Caixa líquido gerado por (aplicado em) atividades operacionais, como aparece na Demonstração de Fluxos de Caixa (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		
	2009	2008	2007
Alteração no saldo do fundo . . . . .	\$(27)	\$(57)	\$(34)
Diferença entre valores acumulados e valores pagos ou recebidos por:			
Perda (ganho) líquida a realizar sobre investimentos . . . . .	(11)	10	(11)
Juros pagos em nome dos mutuários do Capital Ordinário . . . .	4	3	—
Redução em investimentos, líquida . . . . .	34	43	47
Caixa líquido gerado por (aplicado em) operações . . . . .	<u>\$ —</u>	<u>\$ (1)</u>	<u>\$ 2</u>

**Nota G – Alívio da Dívida Multilateral e Reforma Financeira Concessional**

Como resultado do Alívio da Dívida Multilateral e da Reforma Financeira Concessional (iniciativa do Banco aprovada em 2007, prevendo alívio de 100% da dívida de empréstimos qualificados do FOE para países pobres muito endividados e reestruturação das operações do FOE), o Banco cancelou as transferências da reserva geral do FOE para o MFI. Os países qualificados para os subsídios do MFI continuam a receber recursos privilegiados para empréstimos até 2015, na forma de empréstimos paralelos (uma combinação de empréstimos do FOE e do Capital Ordinário) no lugar de uma redução nas taxas de juros cobradas, e ainda recebem a redução na cobrança das taxas de juros de empréstimos aprovados até 31 de dezembro de 2006, sujeitas à disponibilidade de recursos do MFI.

**Nota H – Eventos subsequentes**

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 22 de março de 2010, data em que as demonstrações contábeis foram aprovadas pela Assembleia de Governadores. Como resultado dessa avaliação, não há eventos subsequentes, como foi definido, que exijam reconhecimento ou divulgação nas demonstrações contábeis do MFI em 31 de dezembro de 2009.

## DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS INVESTIMENTOS – NOTA C

31 de dezembro de 2009 e 2008

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

<u>Investimentos</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundos comuns de investimento <sup>(1)</sup> :		
Obrigações do governo dos Estados Unidos, suas empresas e órgãos . . . . .	\$ 46	\$ 47
Empresas patrocinadas pelo governo dos EUA . . . . .	4	22
Obrigações de governos e seus órgãos, exceto governo dos EUA . . . . .	83	17
Títulos privados . . . . .	2	11
Obrigações de bancos . . . . .	48	84
Títulos lastreados em hipotecas . . . . .	24	31
Títulos lastreados em ativos . . . . .	20	38
	<u>\$227</u>	<u>\$250</u>

<sup>(1)</sup> Os detalhes dos investimentos por categorias representam a parcela proporcional do MFI nos ativos de fundos comuns de investimentos. Para mais detalhes, consulte a Nota C.

## **FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID**

As demonstrações contábeis do Fundo Não Reembolsável do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram traduzidas para o português dos textos em inglês. As demonstrações contábeis em inglês e espanhol foram examinadas por auditores independentes do Banco. O relatório dos auditores sobre o exame efetuado e o seu parecer encontram-se nas versões em inglês e espanhol do *Relatório Anual*.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	31 de dezembro	
	2009	2008
<b>ATIVO</b>		
Valores a receber do Fundo para Operações Especiais . . . .	\$154	\$ 73
Total do ativo . . . . .	<u>\$154</u>	<u>\$ 73</u>
<b>PASSIVO E SALDO DO FUNDO</b>		
<b>Passivo:</b>		
Doações não desembolsadas – Nota C . . . . .	\$154	\$ 73
Saldo do fundo . . . . .	—	—
Total do passivo e saldo do fundo . . . . .	<u>\$154</u>	<u>\$ 73</u>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO SALDO DO FUNDO

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		De 29 de junho de 2007 (criação) até 31 de dezembro
	2009	2008	2007
<b>Acréscimos</b>			
Transferências do Fundo para Operações Especiais . . . . .	\$122	\$ 50	\$ 50
Total dos acréscimos . . . . .	122	50	50
<b>Deduções</b>			
Doações . . . . .	122	50	50
Variação no saldo do fundo . . . . .	—	—	—
Saldo do fundo, início do período . . . . .	—	—	—
Saldo do fundo, encerramento do período . . . . .	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

## DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhões de dólares dos Estados Unidos

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		De 29 de junho de 2007 (criação) até 31 de dezembro
	2009	2008	2007
<b>Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais</b>			
Transferências de caixa do Fundo para Operações Especiais . .	\$ 41	\$ 15	\$ 12
Desembolsos com doações . . . . .	(41)	(15)	(12)
Fluxo de caixa gerado por atividades operacionais, líquido . .	—	—	—
<b>Caixa, início do período . . . . .</b>	—	—	—
<b>Caixa, fim do período . . . . .</b>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>	<u>\$ —</u>

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações contábeis.

FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Nota A – Origem

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) é uma organização internacional, constituída em dezembro de 1959. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina e no Caribe, principalmente através de empréstimos e assistência técnica correlata para projetos específicos e para programas de reforma econômica. O Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Convênio) prevê que suas operações sejam conduzidas pelo Capital Ordinário e pelo Fundo para Operações Especiais (FOE). Em junho de 2007, a Assembleia de Governadores aprovou a criação do Fundo Não Reembolsável do BID (GRF), cuja finalidade é fazer doações adequadas para enfrentar circunstâncias especiais em certos países (atualmente apenas o Haiti) ou de certos projetos. O GRF é financiado por transferências da reserva geral do FOE e por possíveis contribuições diretas de países doadores.

### Nota B – Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com os princípios contábeis vigentes nos Estados Unidos. A preparação de demonstrações contábeis de acordo com princípios contábeis vigentes nos Estados Unidos exige da Administração estimativas e pressupostos que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores divulgados para as receitas e despesas do exercício. Os resultados finais podem diferir dessas estimativas.

### Novos pronunciamentos sobre contabilidade

Em junho de 2009, a Comissão de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) publicou uma emenda à norma contábil referente à hierarquia dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (FASB ASC 105-10-65-1). Essa emenda altera a hierarquia dos princípios contábeis dos Estados Unidos usada na preparação de demonstrações contábeis de entidades não governamentais. Estabelece a Codificação de Normas de Contabilidade do FASB (FASB ASC) como a fonte mais autori-

zada de informações sobre princípios de contabilidade reconhecida pelo FASB para aplicação, por entidades não governamentais, na preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os princípios contábeis dos Estados Unidos. A adoção dessa emenda não teve impacto nas demonstrações contábeis do GRF.

Em maio de 2009, o FASB publicou a norma contábil Eventos Subsequentes (FASB ASC 855-10). O objetivo deste pronunciamento contábil é estabelecer normas gerais de contabilidade relacionadas com eventos ocorridos entre a data do balanço e a data em que as demonstrações contábeis são publicadas ou ficam prontas para a publicação, bem como as divulgações aplicáveis. O GRF adotou o FASB ASC 855-10 em 2009 e a respectiva divulgação aparece na Nota D – Eventos Subsequentes.

### Doações

As doações são registradas como dedução do saldo do fundo, no momento da aprovação. Os cancelamentos das parcelas não desembolsadas das doações são registrados como uma dedução de Doações<sup>1</sup> no período em que ocorrerem.

### Transferências do FOE

As transferências do FOE são reconhecidas quando aprovadas pela Assembleia de Governadores. No entanto, o FOE financia essas transferências de acordo com as exigências de financiamento do GRF. A parcela de transferências pendentes aprovadas a serem recebidas do FOE é refletida em Valores a receber do Fundo para Operações Especiais no Balanço Patrimonial.

### Despesas administrativas

Todas as despesas administrativas do GRF são pagas pelo Banco e distribuídas entre o Capital Ordinário e o FOE, de acordo com fórmulas de alocação aprovadas pela Diretoria Executiva.

<sup>1</sup> As referências a contas e títulos nas demonstrações contábeis são identificadas pelo nome da conta ou título, começando com inicial maiúscula, sempre que aparecerem nas notas às demonstrações contábeis.



FUNDO NÃO REEMBOLSÁVEL DO BID  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (continuação)

**Nota C – Doações a desembolsar**

Durante 2009, o Banco aprovou doações para o Haiti no valor de US\$ 122 milhões (2008 – US\$ 50 milhões). A seguir, um resumo das variações em Doações a desembolsar para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e o período de 29 de junho de 2007 (criação) até 31 de dezembro de 2007 (em milhões de dólares dos Estados Unidos):

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro		De 29 de junho de 2007 (criação) até 31 de dezembro de 2007
	2009	2008	2007
Saldo no início do período . .	\$ 73	\$ 38	\$—
Aprovações . . . . .	122	50	50
Desembolsos . . . . .	(41)	(15)	(12)
Saldo em 31 de dezembro . . .	<u>\$154</u>	<u>\$ 73</u>	<u>\$38</u>

**Nota D – Eventos subsequentes**

A Administração avaliou os eventos subsequentes até 22 de março de 2010, data em que os demonstrativos financeiros foram aprovados pela Assembleia de Governadores. Como resultado da avaliação, exceto conforme discutido abaixo, não há evento subsequente, conforme definido, que exija o reconhecimento ou a divulgação dos demonstrativos financeiros do Fundo Não Reembolsável em 31 de dezembro de 2009.

Em 22 de março de 2010, a Assembleia de Governadores do Banco concordou em tomar as medidas necessárias para, entre outras coisas, conceder anualmente US\$ 200 milhões em transferências da renda do Capital Ordinário ao Fundo, até o ano de 2020. Os documentos técnicos e jurídicos necessários serão elaborados para submissão à Assembleia de Governadores, no prazo de 60 dias, a fim de proceder com uma votação formal.

## **APÊNDICES GERAIS**



**GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTE**

<b>País</b>	<b>Governador</b>	<b>Governador Suplente</b>
ALEMANHA	Gudrun Kopp	Rolf Wenzel
ARGENTINA	Amado Boudou	Martín P. Redrado
ÁUSTRIA	Josef Pröll	Edith Frauwallner
BAHAMAS	Zhivargo S. Laing	Ehurd Cunningham
BARBADOS	David J. H. Thompson	Grantley W. Smith
BÉLGICA	Didier Reynders	Franciscus Godts
BELIZE	Dean Barrow	Joseph Waight
BOLÍVIA	Noel Ricardo Aguirre Ledezma	Luis Alberto Arce Catacora
BRASIL	Paulo Bernardo Silva	Alexandre Meira da Rosa
CANADÁ	Lawrence Cannon	James Haley
CHILE	Andrés Velasco Brañes	María Olivia Recart Herrera
CHINA	Zhou Xiaochuan	Yi Gang
COLÔMBIA	Óscar Iván Zuluaga Escobar	Esteban Piedrahita Uribe
COREIA, REPÚBLICA DA	Jeung-Hyun Yoon	Seongtae Lee
COSTA RICA	Jenny Phillips Aguilar	Francisco de Paula Gutiérrez
CROÁCIA	Ivan Suker	Zdravko Maric
DINAMARCA	Susan Ulbæk	Lars Bredal
EL SALVADOR	Alexander Ernesto Segovia Cáceres	Juan Ramón Cáceres Chávez
EQUADOR	María Elsa Viteri Acaiturri	Diego Borja Cornejo
ESLOVÊNIA	Franc Krizanic	Mitja Mavko
ESPANHA	Elena Salgado	José Manuel Campa Fernández
ESTADOS UNIDOS	Timothy F. Geithner	Robert D. Hormats
FINLÂNDIA	Ritva Koukku-Ronde	Jorma Julin
FRANÇA	Christine Lagarde	Ramón Fernández
GUATEMALA	Juan Alberto Fuentes Knight	María Antonieta de Bonilla
GUIANA	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
HAITI	Ronald Baudin	Jean-Max Bellerive
HONDURAS	Rebeca Patricia Santos Rivera	Edwin Araque Bonilla
ISRAEL	Stanley Fischer	Oded Brook
ITÁLIA	Giulio Tremonti	Mario Draghi
JAMAICA	Audley Shaw, MP	Wesley Hughes, CD
JAPÃO	Hirohisa Fujii	Masaaki Shirakawa
MÉXICO	Ernesto Cordero-Arroyo	Alejandro Werner Wainfeld
NICARÁGUA	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
NORUEGA	Ingrid Fiskaa	Henrik Harboe
PAÍSES BAIXOS	Bert Koenders	Yoka Brandt
PANAMÁ	Alberto Vallarino Clément	Frank De Lima Gercich
PARAGUAI	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
PERU	Mercedes Aráoz	José Berley Arista Arbildo
PORTUGAL	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
REINO UNIDO	Douglas Alexander, MP	Mike Foster, MP
REPÚBLICA DOMINICANA	Vicente Ignacio Bengoa Albizu	Juan Temístocles Montás
SUÉCIA	Jan Knutsson	Anders Bengtén
SUÍÇA	Beatrice Maser Mallor	Roger Denzer
SURINAME	Humphrey S. Hildenberg	
TRINIDAD E TOBAGO	Emily Gaynor Dick-Forde	Esme Rawlins-Charles
URUGUAI	Álvaro García Rodríguez	Enrique Rubio
VENEZUELA	Alí Rodríguez Araque	Jorge A. Giordani C.

**DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTE**

		<b>Votos</b>	<b>Porcentagem</b>
Gustavo Arnavat, <b>ESTADOS UNIDOS</b> Vago (Suplente), <b>ESTADOS UNIDOS</b>	<b>Designado pelos:</b> Estados Unidos	2.512.664	30,006
Adina Bastidas, <b>VENEZUELA</b> Antonio De Roux (Suplente), <b>PANAMÁ</b>	<b>Eleita por:</b> Panamá Venezuela	518.658	6,194
Manuel Coronel Novoa, <b>NICARÁGUA</b> Carmen María Madriz (Suplente) <b>COSTA RICA</b>	<b>Eleito por:</b> Belize Costa Rica El Salvador Guatemala Honduras Nicarágua	202.692	2,420
Winston A. Cox, <b>BARBADOS</b> Richard Bernal (Suplente), <b>JAMAICA</b>	<b>Eleito por:</b> Bahamas Barbados Guiana Jamaica Trinidad e Tobago	126.574	1,511
Eugenio Díaz-Bonilla, <b>ARGENTINA</b> Martín Bès (Suplente), <b>ARGENTINA</b>	<b>Eleito por:</b> Argentina Haiti	936.545	11,184
Alejandro Foxley Tapia, <b>CHILE</b> Xavier Eduardo Santillán (Suplente) <b>EQUADOR</b>	<b>Eleito por:</b> Chile Equador	295.653	3,531
Hans Hammann, <b>ALEMANHA</b> Francesca Manno (Suplente), <b>ITÁLIA</b>	<b>Eleito por:</b> Alemanha Bélgica China Israel Itália Países Baixos Suíça	426.523	5,093
Hernando Larrazábal, <b>BOLÍVIA</b> Marcelo Bisogno (Suplente), <b>URUGUAI</b>	<b>Eleito por:</b> Bolívia Paraguai Uruguai	205.291	2,452
José Carlos Miranda, <b>BRASIL</b> Sérgio Portugal (Suplente), <b>BRASIL</b>	<b>Eleito por:</b> Brasil Suriname	907.766	10,840
Cecilia Ramos Ávila, <b>MÉXICO</b> Muriel Alfonseca (Suplente) <b>REPÚBLICA DOMINICANA</b>	<b>Eleita por:</b> México República Dominicana	627.122	7,489
Marc-Olivier Strauss-Kahn, <b>FRANÇA</b> Elisabeth Gruber (Suplente), <b>ÁUSTRIA</b>	<b>Eleito por:</b> Áustria Dinamarca Espanha Finlândia França Noruega Suécia	400.427	4,782
Yasusuke Tsukagoshi, <b>JAPÃO</b> Gerry Duffy (Suplente), <b>REINO UNIDO</b>	<b>Eleito por:</b> Coreia, República da Croácia Eslovênia Japão Portugal Reino Unido	511.113	6,104
Vinita Watson, <b>CANADÁ</b> Peter Cameron (Suplente), <b>CANADÁ</b>	<b>Eleita por:</b> Canadá	335.022	4,001
Verónica Zavala Lombardi, <b>PERU</b> Luis Guillermo Echeverri (Suplente) <b>COLÔMBIA</b>	<b>Eleita por:</b> Colômbia Peru	367.878	4,393
<b>TOTAL</b>		<b>8.373.928</b>	<b>100,00*</b>

**Escritório de Avaliação e Supervisão**

Stephen A. Quick, Diretor  
Sixto Felipe Aquino, Subdiretor

Em 31 de dezembro de 2009

\* Devido ao arredondamento, o total pode não coincidir.

**ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO E DEPOSITÁRIOS**

<b>País Membro</b>	<b>Órgão de Ligação</b>	<b>Depositário</b>
ALEMANHA	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento	Deutsche Bundesbank
ARGENTINA	Ministerio de Economía	Banco Central de la República Argentina
ÁUSTRIA	Ministério Federal das Finanças	Österreichische Nationalbank
BAHAMAS	Federal Ministry of Finance	Central Bank of The Bahamas
BARBADOS	Ministry of Economic Development	Central Bank of Barbados
BÉLGICA	Ministère des Finances	Banque Nationale de Belgique
BELIZE	Ministry of Finance	Central Bank of Belize
BOLÍVIA	Banco Central de Bolivia	Banco Central de Bolivia
BRASIL	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Banco Central do Brasil
CANADÁ	Institutions financières internationales, Direction générale des programmes multilatéraux, Agence canadienne de développement international	Banque du Canada
CHILE	Ministerio de Hacienda	Banco Central de Chile
CHINA	People's Bank of China	
COLÔMBIA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco de la República
COREIA, REPÚBLICA DA	Ministério da Estratégia e das Finanças	Banco da Coreia
COSTA RICA	Ministerio de Relaciones Exteriores	Banco Central de Costa Rica
CROÁCIA	Ministério da Fazenda	Banco Nacional da Croácia
DINAMARCA	Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA)	Danmarks Nationalbank
EL SALVADOR	Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Central de Reserva de El Salvador
EQUADOR	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Ecuador
ESLOVÊNIA	Ministério das Finanças	Banco da Eslovênia
ESPANHA	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales, Ministerio de Economía	Banco de España
ESTADOS UNIDOS	Treasury Department	Federal Reserve Bank of New York
FINLÂNDIA	Ministério das Relações Exteriores	Banco da Finlândia
FRANÇA	Ministère de l'Économie, de l'Industrie et de l'emploi	Banque de France
GUATEMALA	Banco de Guatemala	Banco de Guatemala
GUIANA	Ministry of Finance	Bank of Guyana
HAITI	Banque de la République d'Haïti	Banque de la République d'Haïti
HONDURAS	Banco Central de Honduras	Banco Central de Honduras
ISRAEL	Banco de Israel	Banco de Israel
ITÁLIA	Ministério de Economia e Finanças	Banca d'Italia
JAMAICA	Ministry of Finance and Planning	Bank of Jamaica
JAPÃO	Ministério das Finanças	Banco do Japão
MÉXICO	Secretaría de Hacienda y Crédito Público	Banco de México
NICARÁGUA	Ministerio de Hacienda y Crédito Público	Banco Central de Nicaragua
NORUEGA	Real Ministério Norueguês das Relações Exteriores	Banco da Noruega
PAÍSES BAIXOS	Ministério das Finanças	De Nederlandsche Bank N.V.
PANAMÁ	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Nacional de Panamá
PARAGUAI	Banco Central del Paraguay	Banco Central del Paraguay
PERU	Banco Central de Reserva del Perú	Banco Central de Reserva del Perú
PORTUGAL	Ministério das Finanças e da Administração Pública	Banco de Portugal
REINO UNIDO	Department for International Development	Bank of England
REPÚBLICA DOMINICANA	Banco Central de la República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
SUÉCIA	Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional	Sveriges Riksbank
SUIÇA	Office fédéral des affaires économiques extérieures	Banque Nationale Suisse
SURINAME	Ministério das Finanças	Central Bank van Suriname
TRINIDAD E TOBAGO	Central Bank of Trinidad and Tobago	Central Bank of Trinidad and Tobago
URUGUAI	Ministerio de Economía y Finanzas	Banco Central del Uruguay
VENEZUELA	Ministerio de Planificación y Desarrollo	Banco Central de Venezuela

## PRINCIPAIS FUNCIONÁRIOS

Presidente	Luis Alberto Moreno
Vice-Presidente Executivo	Daniel M. Zelikow
Vice-Presidente de Países	Roberto Vellutini
Vice-Presidente de Setores e Conhecimento	Santiago Levy Algazi
Vice-Presidente de Finanças e Administração	Manuel Rapoport
Vice-Presidente do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana	Steven J. Puig
Gerente Geral e Economista-Chefe, Departamento de Pesquisa e Economista-Chefe a.i.	Eduardo Lora
Gerente Geral, Departamento de Países do Cone Sul	Carlos Hurtado López
Gerente Geral, Departamento de Países do Grupo Andino	Alicia Ritchie
Gerente Geral, Departamento de Países da América Central, México, Panamá e República Dominicana	Gina Montiel
Gerente Geral, Departamento de Países do Caribe	Dora Currea
Secretário	Germán Quintana
Consultor Jurídico	James Spinner
Chefe de Gabinete da Presidência	Luis A. Giorgio
Assessor-Chefe do Escritório do Vice-Presidente Executivo	Robert Kaplan
Gerente Geral e Diretor Financeiro, Departamento Financeiro	Edward Bartholomew
Gerente Geral e Diretor de Eficácia no Desenvolvimento, Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento	Luis Estanislao Echebarría
Gerente Geral, Departamento de Orçamento e Serviços	John R. Hauge
Gerente Geral, Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo	Hans Schulz
Gerente Geral, Departamento de Recursos Humanos	Guillermo Miranda
Gerente Geral e Diretor de Informática, Departamento de Tecnologia da Informação	Simon Gauthier
Gerente Geral, Escritório do Fundo Multilateral de Investimentos	Julie T. Katzman
Auditor Executivo	Alan N. Siegfried
Assessor, Assessoria de Relações Externas	George de Lama
Gerente, Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente a.i.	José Agustín Aguerre
Gerente, Setor Social	Kei Kawabata
Gerente, Setor de Capacidade Institucional e Finanças	Mario Marcel Cullell
Gerente, Setor de Integração e Comércio	Antoni Esteveordal
Gerente, Setor de Conhecimento e Aprendizagem	Graciela Schamis
Gerente, Setor de Oportunidades para a Maioria	Luiz Ros
Assessor, Escritório de Parcerias Estratégicas	Bernardo Guillamón
Assessor, Escritório de Gestão de Risco	Fernando Yñigo
Diretor, Escritório de Integridade Institucional a.i.	Roberto de Michele



## REPRESENTAÇÕES E REPRESENTANTES

**ARGENTINA, Daniel Oliveira**  
Calle Esmeralda 130, pisos 19 y 20  
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)  
Buenos Aires Tel: 4320-1800

**BAHAMAS, Oscar E. Spencer**  
IDB House, East Bay Street  
(P.O. Box N-3743)  
Nassau Tel: 396-7801

**BARBADOS, Anneke Jessen**  
Maple Manor, Hastings  
(P.O. Box 402)  
Christ Church Tel: 227-8502

**BELIZE, Caroline L. Clarke**  
1024 Newtown Barracks  
101 1<sup>st</sup> Floor  
Marina Towers Building  
(P.O. Box 1853)  
Belize City Tel: 221-5305

**BOLÍVIA, Baudouin Duquesne**  
Edificio "BISA", piso 5  
Avda. 16 de Julio, 1628  
(Casilla 5872)  
La Paz Tel: 235-1221

**BRASIL, José Luis Lupo**  
Setor de Embaixadas Norte  
Quadra 802 Conjunto F  
Lote 39 - Asa Norte  
70.800-400 Brasília, D.F. Tel: 3317-4286

**CHILE, Jaime Alberto Sujoy**  
Avda. Pedro de Valdivia 0193, piso 11  
(Casilla 16611)  
Correo 9 (Providencia)  
Santiago Tel: 431-3700

**COLÔMBIA, Rodrigo Parot**  
Carrera 7, 71-21  
Torre B, piso 19  
Edificio Bancafe  
Bogotá Tel: 325-7000

**COSTA RICA, Fernando Quevedo**  
Edificio Centro Colón, piso 12  
Paseo Colón, entre calles 38 y 40  
San José Tel: 2523-3304

**EL SALVADOR**  
**María Carmenza McLean**  
Edificio World Trade Center, piso 4  
89 Avda. Norte y Calle El Mirador  
Colonia Escalón  
San Salvador Tel: 2233-8920

**EQUADOR, Carlos N. Melo**  
Avda. 12 de Octubre N24-528 y  
Cordero  
Ed. World Trade Center - Torre II, piso 9  
(Apartado postal 17-07-9041)  
Quito Tel: 299-6900

**GUATEMALA, Juan José Taccone**  
3<sup>era</sup> Avenida 13-78, Zona 10  
Torre Citigroup – Nivel 10  
(Apartado postal 935)  
Guatemala Tel: 2379-9393

**GUIANA, Marco Carlo Nicolás**  
47 High Street, Kingston  
(P.O. Box 10867)  
Georgetown Tel: 225-7950

**HAITI, Eduardo Marques Almeida**  
Banque interaméricaine de  
développement  
Bourdon 389  
(Boîte postale 1321)  
Port-au-Prince Tel: 45-5711

**HONDURAS, Miguel Manzi a.i.**  
Colonia Lomas del Guijarro Sur  
Primera Calle  
(Apartado postal 3180)  
Tegucigalpa Tel: 290-3500

**JAMAICA, Gerard S. Johnson**  
40-46 Knutsford Blvd., 6th floor  
(P.O. Box 429)  
Kingston 10 Tel: 764-0833

**MÉXICO, Ellis J. Juan**  
Avda. Paseo de la Reforma 222, piso 11  
Colonia Juárez  
Delegación Cuauhtémoc  
06600 México, D.F. Tel: 9138-6200

**NICARÁGUA**  
**Mirna Liévano de Marques**  
Edificio BID  
Km. 4-1/2 Carretera a Masaya  
(Apartado postal 2512)  
Managua Tel: 264-9082

**PANAMÁ, Marcelo G. Antinori**  
Avda. Samuel Lewis, Obarrio  
Torre HSBC, piso 14  
(Apartado postal 0816-02900)  
Panamá 5 Tel: 206-0901

**PARAGUAI, Vladimir Radovic**  
Calle Quesada esq. Legión Civil  
Extranjera  
(Casilla 1209)  
Asunción Tel: 616-2000

**PERU, Ana Rodríguez-Ortiz**  
Paseo de la República 3245, piso 14  
(Apartado postal 270154)  
San Isidro, Lima 27 Tel: 215-7801

**REPÚBLICA DOMINICANA**  
**Manuel Labrado**  
Calle Luis F. Thomen esq. Winston  
Churchill  
Torre BHD, piso 10  
(Apartado postal 1386)  
Santo Domingo Tel: 562-6400

**SURINAME, Ancile E. Brewster**  
Peter Brunetlaan 2-4  
Paramaribo Tel: 52-1204

**TRINIDAD E TOBAGO**  
**Iwan P. Sewberath Misser**  
17 Alexandra Street, St. Clair  
(P.O. Box 68)  
Port of Spain Tel: 822-6435

**URUGUAI, Tracy A. Betts**  
Rincón 640 esq. Bartolomé Mitre  
(Casilla de correo 5029)  
11000 Montevideo Tel: 915-4330

**VENEZUELA, Joel Branski**  
Edificio Central Federal, piso 3  
Avda. Venezuela, El Rosal  
Caracas 1060 Tel: 955-2952

**INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**  
**Ricardo R. Carciofi**  
Calle Esmeralda 130, pisos 16 y 17  
(Casilla de correo 181, Sucursal 1)  
Buenos Aires Tel: 4323-2350

**ESCRITÓRIO NA EUROPA**  
**Carlos M. Jarque**  
Banque interaméricaine de  
développement  
66, Avenue d'Iéna  
75116 Paris, France Tel: 40 69 31 00

**ESCRITÓRIO NO JAPÃO**  
**Soichi Yoshimura**  
Fukoku Seimei Building 16-F  
2-2-2 Uchisaiwaicho, Chiyoda-ku  
Tokyo 100 Tel: 3591-0461







ISSN: 0253-6048